

Fontes de Informação na Imprensa Regional: Estudo comparativo de dois jornais dos concelhos de Santa Maria da Feira e Anadia



*Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo, na
Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, sob a
orientação do Professor Doutor José Ricardo Carvalheiro*

Mário Matos (licenciado)

Covilhã, Junho de 2010

A ausência de quem parte dá força aos que ficam

Dedicado a A. Magro, M. Céu, A. Manuel e V. Silva

A realização da presente tese não seria possível sem a compreensão daqueles que me são mais próximos e do apoio e entendimento do Professor Doutor José Ricardo Carvalheiro, que tem conhecimento dos factos a que me reporto.

Este agradecimento inicial é dirigido especialmente a eles, mas estende igualmente a todos quantos colaboraram directa ou indirectamente para que esta dissertação pudesse ser concluída.

A todos, o meu profundo apreço e consideração.

Lista de gráficos

Gráfico 1 – CF: Utilização das fontes identificadas	pg.75
Gráfico 2 – RB: Utilização das fontes identificadas	pg.75
Gráfico 3 – AC: Utilização das fontes identificadas	pg.79
Gráfico 4 – CF: Utilização dos diversos tipos fontes	pg.83
Gráfico 5 – RB: Utilização dos diversos tipos fontes	pg.83
Gráfico 6 – AC: Utilização das fontes quanto ao seu envolvimento nas notícias	pg.87
Gráfico 7 – AC: Utilização das fontes identificadas quanto ao seu envolvimento nas notícias.....	pg.87
Gráfico 8 – AC: Utilização de fontes identificadas	pg.90
Gráfico 9 – Peso das breves no Correio da Feira	pg.109
Gráfico 10 – CF: Notícias quanto ao seu autor	pg.109
Gráfico 11 – CF: Notícias por secção	pg.110
Gráfico 12 – CF: Breves por secção	pg.110
Gráfico 13 – RB: Peso das breves	pg.115
Gráfico 14 – RB: Notícias quanto ao seu autor	pg.115
Gráfico 15 – RB: Notícias por secção	pg.116
Gráfico 16 – RB: Breves por secção	pg.116

CF: “Correio da Feira”; RB: “Região Bairradina”; AC: Análise Comparativa

Lista de quadros

Quadro 1 – CF: Amostra 1/6	pág.105
Quadro 2 – CF: Amostra 2/6	pág.105
Quadro 3 – CF: Amostra 3/6	pág.106
Quadro 4 – CF: Amostra 4/6	pág.106
Quadro 5 – CF: Amostra 5/6	pág.107
Quadro 6 – CF: Amostra 6/6	pág.108
Quadro 7 – RB: Amostra 1/6.....	pág.112
Quadro 8 – RB: Amostra 2/6.....	pág.112
Quadro 9 – RB: Amostra 3/6.....	pág.113
Quadro 10 – RB: Amostra 4/6.....	pág.113
Quadro 11 – RB: Amostra 5/6.....	pág.114
Quadro 12 – RB: Amostra 6/6.....	pág. 114

CF: “Correio da Feira”; RB: “Região Bairradina”; AC: Análise Comparativa

Lista de tabelas

Tabela 1 – AC: Tipos de fontes utilizadas, quanto ao envolvimento nas notíciaspg.89
Tabela 2 – AC: Fontes identificadas quanto ao seu envolvimento nas notíciaspg.89
Tabela 3 – CF: Dados globais das seis edições analisadaspg.109
Tabela 4 – CF: Notícias e breves por secçãopg.115
Tabela 5 – RB: Dados globais das seis edições analisadaspg.116
Tabela 6 – RB: Notícias e breves por secçãopg.116

CF: “Correio da Feira”; RB: “Região Bairradina”; AC: Análise Comparativa

Resumo

A presente dissertação faz parte integral dos requisitos para a obtenção do grau de mestre em Jornalismo na Universidade da Beira Interior, curso frequentado pelo autor desta tese na sequência da licenciatura, em ciências da comunicação, no mesmo estabelecimento de ensino superior.

O desígnio principal do estudo é, estabelecendo a comparação entre dois jornais regionais (“Correio da Feira” e “Região Bairradina”), perceber de que forma os seus jornalistas utilizam as fontes de informação ao nível da diversidade e pluralidade das mesmas, bem como que razões os levam a fazê-lo dessa forma.

Ambos os periódicos pertencem ao distrito de Aveiro e possuem uma estrutura organizacional, meios humanos e técnicos é semelhantes, diferindo somente quanto ao contexto em que exercem a sua actividade informativa, os concelhos de Santa Maria da Feira e Anadia.

Os resultados obtidos com o presente estudo comparativo dos dois jornais não representaram a realidade nacional da imprensa regional, mas oferecem uma visão do que acontece naqueles periódicos em concreto, contribuindo assim eventualmente para o entendimento, ainda que localizado geográfica e temporalmente, do jornalismo regional em Portugal.

Palavras-chave: jornalismo regional, fontes de informação

Abstract

This work is the final requirement for obtaining a master's degree in journalism at the University of Beira Interior, course taken by the author of this thesis in the following degree of communication sciences at the same institution of higher education.

The intention of the study is to establish a comparison between two regional newspapers (“Correio da Feira” and “Região Bairradina”), in order to observe how their journalists use the sources of information regarding the diversity and plurality of them, and the reasons that lead them to do it in those terms.

Both journals belong to the district of Aveiro and have an organizational structure. The human and technical resources are similar and the newspapers differing only in the context in which they inform, the cities of Santa Maria da Feira and Anadia.

The results obtained with the current comparative study of the two newspapers don't represent the national situation of the regional press in Portugal, but offers a vision of what happens concretely in those journals, possibly contributing to the understanding, although located geographically and temporally, of the regional journalism in Camões native country.

Keywords: regional journalism, sources of information


ÍNDICE

Lista de gráficos	pág.4
Lista de quadros.....	pág.5
Lista de tabelas	pág.6
Resumo	pág.7
Abstract.....	pág.8
Introdução	pág.12
Capítulo 1: Teorias do jornalismo	pág.15
Jornalismo regional actual: o <i>novo jornalismo</i> revisitado	pág.16
A acção do gatekeeper na escolha dos temas	pág.18
A visão construtivista do trabalho jornalístico.....	pág.19
Divergências entre as teorias construtivistas	pág.25
A rotinização do trabalho jornalístico	pág.29
Promotores das notícias e a influência do Poder	pág.31
Capítulo 2: Fontes de informação.....	pág.36
O que é uma fonte de informação	pág.36
Propostas de tipologias das fontes de informação.....	pág.43
Tipologia de fontes aplicada na análise comparativa	pág.52
Capítulo 3: Profissionalização do jornalismo regional e o panorama actual	pág.57
Capítulo 4: Os jornais e o seu contexto local.....	pág.60
“Correio da Feira”	pág.61
“Região Bairradina”	pág.63
Capítulo 5: Metodologia de análise	pág.65
5.1 Pressupostos de investigação	pág.65
5.2 Definição da amostra	pág.66
Edições seleccionadas	pág.67
Amostra qualitativa.....	pág.69
Amostra quantitativa	pág.71
Capítulo 6: Resultados e discussão crítica	pág.73
Capítulo 7: Considerações finais.....	pág.92

Bibliografia	pág.96
Anexos.....	pág.100
Parte I: Anexo 1 - Guião das entrevistas	pág.101
Parte II: “Correio da Feira”	pág.103
Anexo 2: Análise qualitativa do “Correio da Feira”	pág.104
Anexo 3: Análise quantitativa do “Correio da Feira”	pág.108
Parte III: “Região Bairradina”	pág.110
Anexo 4: Análise qualitativa do “Região Bairradina”	pág.111
Anexo 5: Análise quantitativa do “Região Bairradina”	pág.114

Peso: a relação jornalista/fontes




Autor desconhecido
Licença Creative Commons

A fonte é o sangue do jornalista
Melvin Mencher, 1991

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, vários foram os estudos conduzidos no sentido de aprofundar mais os conhecimentos sobre o vasto campo do jornalismo regional, provavelmente o lado menos explorado da profissão a nível académico, especialmente no panorama nacional. O ponto mais comumente destacado nas diversas análises está essencialmente relacionado com as maiores dificuldades com que se deparam os jornalistas dos *media* regionais face à maior proximidade que têm com as fontes de informação e as implicações que daí decorrem.

Apesar da assaz importância do ponto supra enunciado, há uma outra questão que se levanta, que se encontra relacionada com a variedade e pluralidade das fontes utilizadas pelos jornalistas dos meios de comunicação social regionais. Estando num espaço geográfico mais circunscrito, com um âmbito de informação mais pequeno que o espectro nacional, há uma natural menor quantidade de eventos e factos noticiáveis, que impelem a uma maior procura no sentido de encontrar assuntos passíveis de tratar jornalisticamente. Desta forma, a relação dos profissionais com quem lhes fornece informações é crucial, sobretudo no que diz respeito à forma como essa ligação se poderá eventualmente reflectir nas notícias.

Em conjunto, o estudo da diversificação e quantidade de fontes utilizadas pelos jornalistas é um passo que poderá permitir retirar algumas conclusões sobre o modo como os profissionais encaram as fontes e as informações que estas facultam. Nesse sentido, e tendo em linha de conta todos os constrangimentos do trabalho jornalístico, com as especificidades das limitações do trabalho de âmbito regional, a investigação desenvolvida na presente tese tem por objectivo fornecer dados sobre essa actuação, no caso concreto dos quatro profissionais dos jornais seleccionados para estudo na presente tese.

As dificuldades que se colocam no caminho de um jornalista no *media* regionais foi uma das primeiras constatações que efectuei no decurso da minha própria experiência profissional de cinco anos na área, na qual continuo a exercer, agora em simultâneo com o trabalho de âmbito nacional. Foi durante aquele período inicial de trabalho, realizado em simultâneo e desde o início da licenciatura, que surgiram algumas das questões que estão na base da minha opção por encetar o presente estudo, interrogações essas que foram sendo despoletadas pelo exercício do jornalismo paralelamente aos conhecimentos que iam sendo adquiridos com a formação académica ao longo desses mesmos anos.

Com o decorrer do tempo, fui-me apercebendo que algumas das características do jornalismo em geral correspondem exactamente ao que se opera no âmbito regional, mas que existem determinadas especificidades que decorrem do espectro único desta forma de jornalismo. A actividade mantém os seus traços genéricos, adaptados, como é natural, ao espaço geográfico em que actuam, mas os obstáculos com que um profissional dos *media* nacional se depara, multiplica-se em várias campos no jornalismo regional. Neste ponto, refiro-me à maior proximidade com as fontes, que são em menor número; à maior proximidade com os leitores e menor volume de informação passível de se tornar notícia, particulares que decorrem de um mesmo factor: estamos perante meios de comunicação que têm um esfera de influência mais circunscrito territorialmente.

Assim, tendo como objectivo traçado a verificação da variedade e diversidade das fontes utilizadas pelos jornalistas de dois jornais regionais – o “Correio da Feira” (Santa Maria da Feira) e “Região Bairradina” (Anadia) – e como aqueles lidam com as suas fontes de informação, foram seleccionadas e analisadas 12 edições destes periódicos, seus de cada um. Os números escolhidos foram estudados tendo em conta vários tópicos relativos ao conteúdo daqueles, no que concerne aos artigos dos jornalistas. A análise foi conduzida de forma qualitativa (quatro notícias por edição, de características diferentes, num total de 24 por jornal) e quantitativa (criadas estatísticas que abordam os aspectos desta tese com a verificação do textos dos jornalistas). A apresentação dos dados é complementada pela observação empírica, a minha própria

experiência profissional e as respostas dadas pelos profissionais dos respectivos *media* numa entrevista realizada a estes, com vista à percepção que estes têm do seu trabalho, essencialmente quanto ao conhecimento das causas que estão na base da escolha das suas fontes para as notícias e os mecanismos que utilizam para obter a informação necessária à escrita das mesmas.

Os resultados alcançados pela análise dos dados recolhidos para esta tese de mestrado circunscrevem-se em exclusivo à actividade realizada pelos profissionais de ambos os jornais estudados, reflectindo a realidade destes *media* locais, mas não constituindo, por isso, "a" visão do jornalismo local em toda a sua abrangência, assumindo-se sim como mais um eventual contributo a compreensão do vasto campo que é o jornalismo regional.

CAPÍTULO 1

TEORIAS DO JORNALISMO

Na sociedade actual totalmente globalizada, os acontecimentos sucedem-se à «velocidade da luz» e a esfera pública e privada estão cada vez mais próximas. A sucessão de eventos é tanta, que agora, provavelmente mais do que nunca, o “jornalismo, expressão máxima da comunicação social” (Traquina, 1999), assume um papel de relevância social, cultural e educativa por se dedicar à actividade humana que é a própria vivência e actos resultantes do ser humano e da coexistência dos membros de uma dada comunidade. Este seu papel na sociedade, qualquer que ela seja, deriva em grande parte, segundo Nelson Traquina, da sua acção de determinação dos “acontecimentos com direito a existência pública” e a “definição do(s) significado(s) dos acontecimento(s)”.

As duas funções primárias do jornalismo incumbem, assim, ao profissional dos *media*, duas tarefas: elaborar uma lista (*agenda-setting*) de temas «com direito» a visibilidade na esfera pública e acontecimentos passíveis a serem interpretados (pelo jornalista); e impelindo a que os jornalistas facultem uma compreensão daqueles, dado que a construção da notícia implica já uma desconstrução da realidade para que se possam retirar da ocorrência os factos “dignos” de serem tornados notícia, que no fundo são “encaradas como um produto cultural” e um “artefacto criado” com “padrões pré-existentes e convenções narrativas” (Schudson, 1982).

As preocupações sobre a forma como são produzidas as notícias e tratados os factos pelos jornalistas sempre foi uma questão central que ocupou grande parte das preocupações dos estudiosos da comunicação, que desde a abertura do mestrado e doutoramento em jornalismo, nos Estados Unidos da América, tem levado à criação de

inúmeros estudos que versam sobre o que pode advir do método de criação das notícias, o que estas são em concreto e qual é o papel que o jornalismo tem na sociedade. Contudo, e dado que este é um “objectivo inextrincavelmente complexo” (Gaye Tuchman, 1972), não existe uma resposta exacta, cabal, mas um conjunto de teorias que não apresentam uma resposta absoluta e única ou indiscutível, fornecem antes dados que permitem retirar algumas conclusões no sentido de tornar claros determinados pontos fulcrais levantados por aquelas questões.

Jornalismo regional actual: o *novo jornalismo* revisitado

Nas últimas décadas, sobretudo nas zonas não periféricas às grandes cidades, o paradigma do jornalismo regional tem vindo a sofrer profundas alterações, nomeadamente no que concerne à elevada taxa de profissionalização dos profissionais que trabalham nestes *media* locais, que são em maior número e contrariam uma realidade que vigorava até há bem pouco tempo, sobretudo nos concelhos sem proximidade com os grandes centros urbanos de Lisboa ou Porto. Dada esta realidade, embora que numa taxa bem mais moderada, poder-se-ia comparar as modificações deste âmbito da profissão com o sucedido no jornalismo a nível geral ao longo do século XIX, período em que surgiu o denominado *novo jornalismo*, expressão que pertence a Siebert e designa um jornalismo como prática de informar as pessoas imparcialmente, separando claramente factos e opiniões, ideia-chave do jornalismo de informação desenvolvido entre os anos 30 e 60 do século XIX (Siebert, Peterson e Schramm, 1956).

O *novo jornalismo* identificado por Siebert e co-autores foi precisamente um dos momentos históricos que despoletou a concepção da primeira teoria que se debruçou sobre a eterna questão do porquê das notícias serem como são, a Teoria do Espelho, que está ligada a um segundo aspecto, o aparecimento do conceito de objectividade. Contudo, neste último é de realçar a leitura que segundo Shudson está verdadeiramente na base daquele termo, que “não é a negação da subjectividade”,

mas um método de enfrentar as modificações operadas no próprio espaço público e, mais concretamente, o surgimento das Relações Públicas. No fundo, a objectividade será um “método científico profissional, um antídoto para a subjectividade” (Lippmann, 1922) e um caminho para o relato das situações e dos factos, afastado o mais que possível de influências exteriores, numa “mensagem dita informativa, de dar a palavra e deixar exprimir a realidade” (Chatelat, 1979).

No seu âmago, a Teoria do Espelho acaba por basear-se numa das características que foi elevada a máxima da profissão, a objectividade, que deve ser conduzida numa “relação epistemológica com a realidade, que impeça quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre a realidade e a ficção” (Traquina, 2002). Este é um factor importante e relevado nesta teoria, que sublinha essa necessidade de as notícias reflectirem imparcialmente a realidade, frisando que o jornalista é um mediador que recolhe dados e relata os factos, sem reflectir na notícia os interesses ou posições que defenda sobre o assunto acerca do qual escreve.

Assim, embora possa ser considerado audacioso fazer uma comparação entre a mudança significativa registada na América do Norte e na Europa a partir de meados do século XX, a verdade é que as alterações são semelhantes, a um nível mais reduzido, no que diz respeito às modificações que estão a ser operadas em grande parte dos meios de comunicação regionais. O anterior paradigma dos *media* regionais, onde predominava o jornalismo “militante” ou “de opinião”, foi substituído pelo “informativo” ou “noticioso”, tal como descrito por Schudson.

A imprensa é o caso mais evidente disso mesmo, tendo vindo a apostar crescentemente na profissionalização dos seus quadros, procurando, porventura, eliminar alguns dos obstáculos que são colocados no caminho de quem não tem uma formação, académica ou não, que lhe permita encarar os desafios que se colocam a um profissional dos *media*, e em especial, a manter uma posição neutral de “comunicador desinteressado e observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (Traquina, 2002).

Embora não existam dados relativos ao incremento de profissionais nos meios

de comunicação social regionais, vários investigadores detectaram essa alteração, não mencionando dados concretos. No caso dos jornais analisados na presente tese (“Correio da Feira” e “Região Bairradina”), a escolha de jornalistas para as suas redacções também é algo relativamente recente, sendo superior a duas décadas, o que ainda assim representa um bom exemplo da predilecção das direcções por pessoas qualificadas para produzirem os conteúdos dos seus jornais.

A acção do *gatekeeper* na escolha dos temas

No espectro regional, à semelhança do que sucede no âmbito nacional, a comunicação social desempenha um papel de assaz importância, nomeadamente na divulgação de informações consideradas relevantes para o espaço público. Contudo, essa é uma função que acarreta um vasto conjunto de responsabilidades, em especial no que concerne à forma como são seleccionados os temas que “merecem” ser relegados pelos *media* para o primeiro plano da discussão social. É aqui que entra o papel do filtro do jornalista, que tem de escolher de entre acontecimentos quais os que são noticiáveis, num decurso que não cabe somente ao próprio jornalista, mas a toda a cadeia informativa do meio de comunicação em si, tendo em conta os diferentes agentes pelos quais passam os temas antes de estes chegarem ao jornalista, que deverá tratar devidamente a informação. Esta é a cadeia consecutiva de filtros que David Manning White analisou na chamada Teoria do Gatekeeper, que segundo ele descrevia o processo pelo qual passam os temas “abordáveis” desde que são mencionados até chegarem ao profissional que os transformará em notícia.

A teoria de White foi desenvolvida a partir da dissertação anterior que Kurt Lewin, um dos grandes estudiosos da comunicação, tinha expressado num artigo publicado em 1947, no qual este autor identificava a existência de canais de comunicação que actuariam como “gates” (portões), e pelos quais tinham de passar os assuntos antes de poderem ser trabalhados pelos jornalistas. Foi neste texto que Lewin levantou a questão sobre que factores levariam esses mesmos “gates” a “rejeitar” ou “deixar entrar” um determinado tema. No fundo, quais as regras que eram aplicadas

para tomar essa decisão. Partindo da referida interrogação de Lewin, White empenhou esforços na realização de um estudo cuja finalidade assumida foi precisamente a de “examinar de perto o modo como um dos *gatekeepers* dos complexos canais de comunicação controla o seu *gate*” (White, 1964), ou seja, que motivos o impeliam a escolher um assunto em detrimento de outro.

O estudo de David White centrou-se no acompanhamento das rotinas de produção de “Mr. Gates”, um jornalista de 40 anos de idade e mais de um quarto de século de experiência na área, que exercia funções de editor num jornal de Midwest, nos Estados Unidos da América. Através dos hábitos daquele profissional, o investigador concluiu que o processo de escolha era bastante subjectivo, tendo “por base um conjunto de experiências, atitudes e expectativas” do próprio *gatekeeper* e não propriamente uma série definida e inequívoca de critérios estabelecidos (*op. cit.*).

A visão construtivista do trabalho jornalístico

Em 1987, no seu livro *Teorias da Comunicação*, Mauro Wolf concretizava aquela que segundo ele era a “questão central do jornalismo”, referindo-se à pergunta já anteriormente formulada por outros estudiosos: “o que é a notícia?”. Embora esta interrogação continue sem ter uma resposta absoluta [se é que alguma vez terá], Wolf percebeu e sublinhou a importância de procurar linhas de orientação para esclarecer esta dúvida nos “critérios que determinam a *noticiabilidade* (*newsworthiness*) dos acontecimentos” (1987). Segundo o autor, será crucial entender o porquê da escolha que leva os jornalistas a optar por um assunto em detrimento de outro, analisando que factores possam ter influenciado nessa decisão de relevar certos temas para a esfera pública, deixando outros de lado.

Antes mesmo de Mauro Wolf ter sugerido uma «intrusão» nos motivos que ditam a selecção prévia sobre o objecto da notícia, foram desenvolvidos vários estudos académicos que romperam com as visões apresentadas pelas teorias do espelho, do

gatekeeper, organizacionais e de acção política¹. Refiro-me ao novo paradigma proposto pelas teorias construtivistas, que surgiram ao longo da década de 70 e apresentavam a defesa das notícias como construção, afastando-se em vários pontos das perspectivas que viam as notícias como espelho ou distorção da realidade.

O novo encarar da informação e, mais propriamente do trabalho jornalístico de produzir as notícias, não implica, contudo, um desprimor da função dos profissionais porque, como sublinha Gaye Tuchman, a “notícia, como todos os documentos públicos, é uma realidade construída e possuidora da sua própria validade interna” (1976). Esta ressalva é efectuada perante os argumentos que levam os defensores das teorias construtivistas a rejeitar a proposta das notícias como espelho, pois é impossível aos meios de comunicação reflectirem exactamente a realidade que observam, dado que as próprias notícias são parte crucial da construção da realidade.

Como as os conteúdos jornalísticos não são, de acordo com as teorias construtivistas, um espelho do real, é ao profissional dos *media* que cabe a acção de “tradução” dos acontecimentos (enquadramento e simplificação para melhor compreensão), realizada através da linguagem, e sem a qual as ocorrências teriam dificuldade em assumir significado para os consumidores dos *media*. Porém, mesmo essa “tradução” não transmite de forma exacta as ocorrências, pois as palavras são incapazes de transmitir com precisão o sentido daquelas, dado que a linguagem não é absolutamente neutral. Por fim, uma terceira justificação para a recusa da teoria do espelho está ligada à convicção de que os *media* já constroem e concebem uma representação dos acontecimentos, que está demarcada pela organização dos meios de comunicação e pelo trabalho jornalístico, bem como pelas limitações orçamentais e natureza dos acontecimentos em si.

Nas teorias construtivistas, é assim possível detectar que é enquadrada uma

¹ As teorias de acção política estão ligadas aos estudos sobre a parcialidade das notícias e enviesamento político das notícias (*news bias studies*). Este filão teórico tende a ver o jornalismo como uma actividade ao serviço de uma ideologia da classe política, embora admita a possibilidade de essa “servidão” não ser propositada, mas inconsciente, surgidas naturalmente como fruto da sociedade e época em que se vive, podendo ser transmitidas pelos jornalistas nas notícias, sem que estes se apercebam de que o estão a fazer.

pressuposição verificada por Stuart Hall, que afirmou: “qualquer acontecimento pode ser construído das mais diversas maneiras e pode-se fazê-lo ter outros significados” (1984). A declaração poderá, no entanto, segundo aquele autor, ser entendida de forma negativa pelos profissionais que podem pensar erradamente que se lhes retira a credibilidade pelo facto de ser mencionado «construção», mas a verdade é que encarar “as notícias como construção não implica que estas sejam ficção” (Traquina, 2002), porque aquelas “não são ficcionais, mas sim convencionais” (Schudson, 1982).

Para Bird e Dardenne, as notícias serem uma construção não as torna “narrativas que negam o valor de as considerar como correspondentes da realidade” (1988). A ressalva é feita porque muitos profissionais consideram as teorias construtivistas como uma forma de colocar em causa a sua objectividade. A esta preocupação dos jornalistas, Itzhak Roeh responde com uma afirmação veemente onde destaca a “fé metafísica obstinada e conservadora de que a linguagem é transparente” (1989), quando na realidade o jornalismo pertence ao “contexto de expressão humana da actividade expressiva”, correspondendo esta aversão dos profissionais dos *media* a uma “recusa em lidar com a escrita das notícias por aquilo que é na sua essência, contar *estórias*” (*op. cit.*).

O próprio conceito de *estória*, popularizado na actividade jornalística, especialmente nos países de língua inglesa, remete para o carácter narrativo das peças jornalísticas encerram, dado que “os relatos de acontecimentos noticiosos são *estórias*, nem mais nem menos” (Tuchman, 1976). No fundo, as notícias são uma forma de literatura popular, uma reencarnação das mais populares novelas apresentadas de uma ou de outra forma (Park, McKenzie, Burgess 1925), no sentido em que relatam as ocorrências, procurando fazê-lo de forma exacta, realizando o mesmo trabalho que um escritor que cria as suas próprias histórias, sendo a grande diferença relativa ao facto de os jornalistas contarem algo que aconteceu verdadeiramente, enquanto os escritores se podem ou não basear no real, mas têm a possibilidade de acrescentar algo de criativos e único, dando um carácter mais singular ao que passam nas páginas dos seus textos. Por se lado, os jornalistas não podem inventar sucedidos, devem circunscrever a sua escrita ao relato do que aconteceu, não fabricando dados em torno

da ocorrência.

A importância de construir, nas notícias, o que é o acontecimento no seu âmago, é uma ideia sublinhada pelo sociólogo Michael Schudson (1995), para quem a concepção construtivista não é uma descredibilização do trabalho do jornalista, mas a constatação de que as “pessoas operam, inconscientemente, num sistema cultural, depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discursos”. Este mesmo pensamento construtivista é o de Stuart Hall e co-autores, que já em 1978 tinham seguido o conceito de “gramática cultural” por sua vez enunciado por Colby (1975) e relativo às normas implícitas de construção da narrativa, que aqueles académicos tomaram como princípio para dissertar sobre o papel que os “mapas de significado” têm na criação das notícias, elaboradas a partir de “coisas” que “representam volubilidade, imprevisibilidade e natureza conflituosa” (Hall *et al.*, 1978).

De acordo com os cinco estudiosos liderados por Stuart Hall, o jornalista necessita de “trazer ao campo dos significados” as ocorrências, simplificando as informações a fim de passar a mensagem, reportando “acontecimentos invulgares e inesperados para «mapas de significado» que já constituem a base do nosso conhecimento cultural” (*opt. cit*). A construção do real para dar as notícias será, assim, de acordo com os autores, um ponto crucial que permite a quem lê, vê e ouve os *media*, obter informação numa linguagem mais compreensível ao nível universal, que *descomplica* termos técnicos e factos complexos, traduzindo-os em algo mais simples, mas não simplista, os produtos jornalísticos (sejam eles audiovisuais ou impressos).

A corrente de investigação das notícias como construção apareceu nos estudos da comunicação a partir de 1970, sob a forma das teorias estruturalista e interaccionista, numa altura de grande profissionalização do jornalismo e intensificação das Relações Públicas, que obrigaram os *media* a enveredar por métodos de trabalho alternativos. As alterações visavam contornar este novo agente de intervenção social, cuja principal finalidade é enriquecer a comunicação entre público e empresas, “gerindo e ampliando o processo total da comunicação institucional da organização, recorrendo para isso ao desenvolvimento de um nível de confiança com a ajuda de

técnicas de interacção com os diferentes públicos, a fim de «implantar» um conceito favorável sobre a organização, assente na credibilidade desta” (Gruning e Hunt, 1984).

As duas teorias consagradas na segunda metade do século passado realçam a assaz importância que a profissionalização dos jornalistas teve para enfrentar as novas realidades criadas pelas Relações Públicas, assim como o quão crucial se tornaram as “rotinas e práticas de produção jornalística” (Schlesinger, 1980) para criar um trabalho livre de preconceitos, aqui na acepção primária do termo, ou seja, de ideias pré-concebidas. Da mesma forma, ambas rejeitam a teoria do espelho, reiterando que a notícia resulta de “processos complexos de interacção social entre os jornalistas e as fontes de informação, jornalistas e sociedade e os membros da comunidade profissional” (Traquina, 2002).

Não obstante das características mencionadas, é comum o reconhecimento de que as teorias estruturalista e interaccionista relevam os constrangimentos que os jornalistas enfrentam, sejam estes económicos ou organizacionais, tal como Warren Breed já havia constatado, quando em 1955 publicou o seu primeiro estudo onde explorou a teoria que denominou de organizacional, segundo a qual existem constrangimentos a que o jornalista está sujeito e podem influenciar o seu trabalho, nomeadamente aqueles que são impostos pela política editorial, mais do que os de ordem pessoal.

Um outro sentido em que ambas as teorias convergem é na importância que admitem ter os valores-notícia, rotinas e procedimentos utilizados pelos jornalistas. Conjuntamente com as ideologias da própria comunidade profissional, estes três factores negam a “visão *instrumentalista* das notícias”, denominada de “teoria conspiratória” por Stuart Hall e os demais co-autores da obra *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order* (1978). Esta afirmação é de resto suportada pela premissa dos estudos construtivistas do jornalismo, que sublinham um certo grau de autonomia dos profissionais dos *media*, que não são meros observadores passivos, mas parte integrante dos agentes que constroem a realidade, neste caso específico, “tornando os acontecimentos significativos” (Hall *et al.*, 1973).

Defendendo a ideia das notícias como construção, os argumentos utilizados pelos estudiosos liderados por Hall defendem que as teorias estruturalista e interaccionista destacam que aquelas (notícias) têm uma narrativa e são *estórias* que encerram em si características do ambiente social em que são produzidas, expressas através de uma linguagem particular, a escrita jornalística. Este “jornalês”, como lhe chamou Barbara Phillips (1976), é dotado de um estilo muito particular, constituído por um “saber de narração” (Ericson, Baranek e Chan, 1987) usado para transmitir de forma noticiosa um determinado acontecimento, dando-lhe sentido para que os receptores das mensagens dos meios de comunicação social possam compreender o sucedido, o que terá lugar somente quando se coloca a ocorrência “num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais” (Hall *et al.*, 1978).

Quanto à função de «tradução» dos factos noticiáveis, o extenso artigo *A Produção Social das Notícias: O “Mugging” nos Media* (Hall *et al.*, *opt. cit.*) é peremptório em frisar o “papel crucial” que os *media* desempenham ao oferecerem “poderosas interpretações de como compreender” os factos. Esta função é paralelamente uma das maiores tarefas dos *media*, que não só “definem para a maioria da população quais os acontecimentos significativos”, como oferecem um *produto cultural*² que já possui descortinadas as significâncias por detrás dos factos complexos relativos a temas que por vezes são de difícil compreensão em áreas específicas, a exemplo das finanças, economia ou direito, entre outras. Neste sentido, o trabalho jornalístico consegue “tornar inteligível um acontecimento”, recorrendo aos seus métodos e técnicas de construir as notícias, que segundo os defensores das teorias construtivistas estão embutidas de “suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona”, o que acaba por tornar os acontecimentos mais confusos em algo acessível a todos quantos têm contacto com os meios de comunicação social.

² Termo usado pela escola culturalista inglesa, que considerava as notícias como um dos factores que contribuía para a hegemonia cultural, uma vez que estas eram produzidas e integrantes da indústria cultural.

Divergências entre as teorias construtivistas

Conquanto que apresentem diversos pontos nos quais coincidem por completo, as teorias estruturalista e interaccionista têm algumas discordâncias, sendo possivelmente a visão que têm da relação com as fontes a maior de todas e a que mais importa destacar para efeitos desta tese e do que nela se procura analisar, embora num plano secundário, pois o principal objectivo com este trabalho académico é perceber a quantidade, variedade de fontes utilizadas e o porquê da recorrência a essas, e não tanto os problemas decorrentes da utilização de uma ou outra fonte de informação, que são semelhantes aos obstáculos já referidos em estudos dedicados a identificar que problemas advêm da rotina e predilecção por determinadas fontes.

Na primeira conjectura, as fontes oficiais são vistas como um bloco uniforme e unido, que segundo Hall *et al* (1973) os próprios *media* tomam como “fontes acreditadas” e, por esse motivo, em última instância, acabam por “reproduzir as definições dos poderosos, sem que estejam ao serviço destes”, fazendo uso do direito que lhes assiste, o de recorrer a fontes com acesso privilegiado às informações que se pretendem obter. De acordo com aqueles académicos, é desta “relação estrutural” entre meios de comunicação e “fontes poderosas” que poderá advir o perigo de produzir notícias que transmitam a “ideologia da classe dirigente”, embora aqueles autores ressalvem que essa acção não resulta numa “servidão” dos *media* perante a “classe dominante”, mas é o reflexo da tirania das *horas de fecho*³ e das próprias exigências profissionais de imparcialidade e objectividade.

No entanto, e apesar da salvaguarda, este “determinismo excessivo” (Traquina, 2002) da posição sustentada pelos defensores da teoria estruturalista é um dos pontos mais criticados da mesma, devido ao facto de considerar unidireccional a relação entre os jornalistas e os “definidores primários”. Sendo que é a estes últimos que está entregue o “comando da acção”, isso significaria que os profissionais dos

³ A expressão de Paul Weaver é relativa à afirmação que o académico faz sobre a pressão que os jornalistas sofrem do tempo, “factor que define a actividade [jornalismo] como relatos actuais sobre acontecimentos actuais” e “condiciona todo o processo de produção das notícias (...) porque o jornalismo é marcado por horas de fecho”. Citação de *Newspaper and Television News* (1975) in TRAQUINA, Nelson (1999); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias” – 2ª Edição*; Vega)

media ficariam a um passo, ténue, de transmitir as ideias da “classe dirigente”, sector que aqueles representam (Hall *et al.*, *opt. cit.*).

A ligação “atemporal” e “imutável” entre os profissionais do jornalismo e os *primary defenders*⁴ é o resultado da pressão das rotinas que acabam por ser criadas pelo sistemático recurso dos jornalistas aos *definidores primários*, imposto pela já sublinhada pressão do tempo e outros factores inerentes à profissão. Desta forma, todas as eventuais futuras discussões acerca de um determinado assunto acabarão por ser tidas à luz da “interpretação da ideologia da classe dominante”, relegando assim os meios de comunicação para um “papel secundário” devido a esta relação estrutural que coloca os *media* numa “posição de subordinação hierárquica” em relação os *primary defenders* (Hall *et al.*, *opt. cit.*)

Seguindo as directrizes de pensamento da teoria estruturalista, não haverá desta forma grande margem de manobra para os jornalistas, que podem sempre contornar a “sujeição às ideias da classe no poder” (Hall *et al.*, 1973) com a realização do jornalismo de investigação. Ainda assim, esta posição dos defensores desta teoria não deixa de ser excessivamente determinista, como afirmou Traquina (2002), porque, justifica, “nunca há um processo de negociação antes da definição principal”, sendo o jornalismo apenas “encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante”. Esta posição significaria uma perda da sua capacidade de servir de “recurso potencial para todos os diversos agentes sociais”, que usufruem do trabalho do jornalista, cujas funções passam por produzir notícias com informações potencialmente de interesse público, que podem vir a ser usadas pelos diferentes agentes sociais como uma fonte. No fundo, a não consideração de uma relativa autonomia aos jornalistas não só inviabiliza o direito dos *media* a acederem à informação (como receptores), como também suprime a possibilidade de expressão dos mesmos enquanto emissores.

⁴ Os “definidores primários” (*primary definers*) foram identificados por Suart *et al.* como sendo os “poderosos” das “classes dominantes”, cujas opiniões são favorecidas por terem origem em quem detém “posições institucionais privilegiadas”. Conceito explorado no artigo HALL, Stuart, C., Critcher, Jefferson, Tony, Clarke, John., Roberts, Brian (1973); *The Social production of News: Mugging in the Media*, in TRAQUINA, Nelson (1999); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias” – 2ª Edição*; Vega; Lisboa

Na segunda teoria construtivista (interaccionista), as notícias são consideradas como um produto que resulta de um complexo processo a três fases: percepção, selecção e transformação da matéria-prima, os acontecimentos (Hall *et al.*, 1973). Este paradigma reconhece a existência e predominância dos *definidores primários* salientados pela estruturalista, mas ao contrário desta adianta que há a possibilidade de outros agentes sociais além daqueles poderem entrar no campo jornalístico, não negando, contudo, o facto de o poder instalado ter maior facilidade nesta tarefa. No entanto, a maior questão do jornalismo para os defensores desta teoria é entender a forma como os profissionais fazem a selecção dos assuntos com direito a existência pública e que factores ditam ou não a noticiabilidade (*newsworthiness*) de um acontecimento, ou seja, tal como Mauro Wolf (1987) se interrogou, o que é notícia.

De acordo com Tuchman, o segredo para algo ser colocado no mapa dos acontecimentos com existência pública é “conhecer a distribuição da rede noticiosa de um meio de comunicação social”, porque dessa forma “sabem-se quais são os critérios de noticiabilidade pelos quais [aquele] se rege” (1978). Assim, sempre que uma gente esteja ciente destes pressupostos poderá levar a cabo uma acção para irromper no “campo de notícia” (Santos, 1997), independentemente de possuir mais ou menos recursos a nível económico, social ou cultural. Contudo, por muito grande que seja a distribuição da rede noticiosa, a socióloga frisa que algumas ocorrências serão invariavelmente mais consideradas que outras, já que existem sempre as restrições inerentes à fixação dos meios de comunicação social no espaço e no tempo.

Um jornal nunca poderá trazer todas as notícias de um país, de um distrito, de um concelho ou sequer de uma cidade. Esta tarefa é impossível e por isso mesmo as empresas jornalísticas tiveram que criar formas de contornar esta situação, seleccionando o que deve ser publicado e como se deve noticiar, tendo em conta que este trabalho diário está sujeito aos *deadlines* a cumprir, agravados pela natureza intrínseca da imprevisibilidade espacial e temporal da matéria-prima das notícias, os acontecimentos, que podem ter lugar a qualquer hora, em qualquer local. As estratégias desenvolvidas pelos *media* para reverter esta realidade foram sublinhadas pela socióloga norte-americana Gaye Tuchman, segundo a qual os meios de

comunicação social procuram impor uma ordem no espaço e no tempo, acção crucial e parte complementar essencial das rotinas jornalísticas para enfrentarem a pluralidade de acontecimentos que se sucedem quotidianamente.

Para a investigadora, as empresas jornalísticas respondem ao âmbito espacial com três estratégias de acção: apresentação de uma territorialidade, dividindo o mundo em zonas de importância noticiosa; desenvolvimento de uma especialização organizacional através da criação de delegações e escolha de correspondentes para os vários locais, determinando-os como “sentinelas em organizações-chave”, cuja função será alertados o *media* para o qual trabalham, na eventualidade da ocorrência de um acontecimento passível de ser tornado público; e especializando-se ao nível dos temas, impondo uma organização por secções genéricas, tais como os separadores de destaque, política, mundo, desporto, sociedade, entre outros.

Relativamente à ordem do espaço, é ainda de frisar a importância de certos tipos de fontes (essencialmente oficiais e dos circuitos nacionais da decisão política, económica e finanças), que determinam a própria distribuição espacial dos meios de comunicação social. No caso concreto português, a centralidade dos *media* é por demais evidente, sobretudo quando olhamos para os números apurados por Luís Garcia (1994), que num estudo por ele conduzido apurou o que o próprio autor denominou de “centralismo geográfico”, dado os resultados obtidos, reveladores de que 50,7% dos jornalistas nacionais cobrem a área metropolitana de Lisboa, enquanto 13,9% estão incumbidos de acompanhar o que acontece na área metropolitana do Porto, deixando somente 35,4% dos profissionais para seguirem as restantes regiões do país e para os cenários internacionais.

Quanto à ordem no tempo, vários investigadores sociais defendem que esta é igualmente perpetrada pelos *media*, constituindo-se como um factor essencial que permite a criação diária de conteúdos jornalísticos, cuja cadência de produção “tem o seu próprio biorritmo”, a que correspondem períodos de maior e menor actividade de informação. Não obstante, existe também serviço de agenda, que consiste na criação de uma lista com os acontecimentos com datas marcadas, como eventos ou iniciativas.

Por fim, o âmbito temporal executado pelos meios de comunicação social abrange ainda o ritmo do trabalho jornalístico, pautado pela actualidade, imediatismo e acontecimentos, não a problemática, dado que esta última característica implica maior investimento de tempo, ao contrário da anterior, que facilmente se elabora de forma jornalística, com um texto redigido segundo as normas da escrita jornalística, em especial a técnica dos cinco *w's* (o quê, quando, onde, como e porquê).

A rotinização do trabalho jornalístico

A complexidade que decorre do alargado âmbito em que têm lugar os factos e acontecimentos, matéria-prima das notícias, levou os jornalistas a desenvolverem estratégias que permitissem organizar o seu trabalho, deixando assim que este fosse realizado segundo as exigências de imparcialidade e objectividade, *vencendo* simultaneamente os obstáculos colocados pela “tirania do tempo” e imprevisibilidade espacial e temporal das ocorrências.

O esforço dos *media* para criarem hábitos produção, desde a selecção à criação dos conteúdos, remonta aos inícios da profissionalização do jornalismo, mas foi Tuchman quem em 1978 se debruçou sobre essa nova forma de actuação dos meios de comunicação social. No seu estudo publicado pela primeira vez nesse mesmo ano, a investigadora concluiu que os profissionais recorriam a essa forma de agir com o objectivo de conceberem uma espécie de manual que lhes permitisse encarar os diversos tipos de acontecimentos e trabalhá-los com uma maior eficácia e, preferencialmente, num curto espaço de tempo, respeitando assim os *deadlines*.

Na sequência dos resultados apurados pela socióloga, Gurevicht e Blumler (1982) conduziram um estudo durante o qual acompanharam de perto a cobertura realizada pela BBC a umas eleições legislativas da Grã-Bretanha. Após a revisão de todo o processo, os académicos extraíram três factores que consideraram imprescindíveis para o produto jornalístico: enquadramento legal e deveres da estação pública inglesa (a preocupação em dar tempos de antena iguais a cada partido político, pois o canal televisivo de um Estado democrático tem essa obrigação); produzir um “pacote unido”,

dar uma construção coerente da realidade (unir as entrevistas e as declarações num todo que faça sentido e tenha um fio condutor, mesmo quando não existe um tema concreto); e a percepção de que o controlo das operações está no “centro”, nas instalações da BBC (toda a logística do que é feito, não se deve fazer e tem de ser realizado é comandado pela equipa de responsáveis que se encontra na sede da estação a coordenar tudo o que se passa).

A investigação de Gurevicht e Blumler, embora muito específica ao espaço britânico e ao âmbito do acto eleitoral analisado, permitiu que fossem identificadas algumas características do jornalismo e a forma como este lida com a pressão do tempo e quantidade de informação. Para os académicos, foi evidente que “a cobertura realizada pelo noticiário tornou-se numa operação extremamente *rotinizada*” que, reconhecem os autores, simplificou o trabalho dos profissionais, que assim eram capazes de fazer o seu trabalho, ultrapassando os obstáculos que se lhes iam surgindo ao longo do percurso de produção das notícias.

Contudo, embora era rotina facilite o trabalho jornalístico, acarreta graves problemas inerentes ao que Gaye Tuchman denominou de “rotina do inesperado”, que corresponde ao recurso reiterado dos *media* às fontes oficiais, numa resposta à pressão causada pelo tempo, espaço e constrangimentos da profissão. O resultado desta acção é, continua a investigadora, a “dependência dos canais de rotina”, que poderá ter consequências nefastas, tais as que Walter Lippmann (1974) enunciou: “a criação de relações de confiança e simpatia com políticos e homens de negócios”.

Uma última nota para as dificuldades decorrentes do uso da rotina pelos jornalistas, mas nem por isso menos importante, bem pelo contrário, é concernente ao facto de uma boa parte das notícias criadas a partir das fontes oficiais emanarem o risco de se estar a lidar com pessoas que estão habituadas a lidar com os jornalistas e sabem como fazê-lo, sendo conhecedoras da melhor forma de chamar a atenção daquele profissional para um determinado aspecto, “sugerindo-lhe” o realce de um dado em concreto. Neste caso, não é exclusivamente aos assessores de imprensa ou relações públicas que se está a referir, mas às personalidades em si, que tal como os

políticos, possuem cada vez mais formação de alguma natureza, que lhes permite saberem como estabelecerem ligação com os *media*, algo totalmente natural e mesmo imprescindível numa sociedade mediatizada como aquela em que vivemos.

Promotores das notícias e a influência do Poder

Antes mesmo de Tuchman, já Molotch e Lester (1974) tinham chamado a atenção para a importância que o acesso aos *media* tinha para descortinar de que forma chegavam os temas das notícias às empresas jornalísticas que, de acordo com estes dois académicos, eram o resultado de acessos de três tipos. O primeiro seria o habitual, o mais utilizado pelo jornalista e cujas necessidades de acontecimentos geralmente coincidem com as do profissional (fontes oficiais). No caso do segundo (disruptivo) são as pessoas ou grupos que precisam de entrar na agenda dos *media*, mas que para isso têm de entrar em “conflito, causar agitação, surpresa, choque ou uma qualquer forma latente de agitação”, criando um acontecimento anti-rotina. Por último, o acesso directo, correspondente à iniciativa do próprio jornalista “desenterrar” temas e provocar debate público em torno deles, colocando-os na agenda política e mediática.

A contribuição dos dois académicos para o paradigma construtivista estendeu-se mais além da identificação dos três tipos de acessos aos *media*, ideia que complementaram com a enunciação de três categorias de pessoas posicionadas diferentemente face ao trabalho jornalístico e a sua organização. Na opinião dos autores, o processo interactivo de construção dos acontecimentos implica que existam três agentes responsáveis por essa dinâmica: promotores das notícias (*news promoters* – quem se apercebe de um facto que pode ser noticiável), *news assemblers* (todos os profissionais que participam na criação do produto jornalístico) e consumidores das notícias (quem recebe o produto jornalístico através dos *media*).

Decorrente do papel desta tripla de intervenientes, não se pode deixar passar em claro que os dois académicos desenvolveram mais profundamente a questão da importância da promoção, investigando sobre as interrogações que se colocam quando

o vocábulo *promoção* é entendido no sentido em que os dois académicos o tomaram, a “acção de um actor, que ao presenciar uma ocorrência, ajuda a torná-la pública para um grande número de pessoas” (*opt. cit*). Neste âmbito, é necessário frisar que os autores identificaram e destacaram os conceitos de interesses e intencionalidade, que podem estar ligados aos motivos que levam os agentes a considerarem um determinado acontecimento como tendo valor de notícia.

Explicadas as “agências principais que constituem os acontecimentos” fica ainda por realçar que Molotch e Lester não consideram todas as ocorrências como acontecimentos, pois estes são “ocorrências criativamente utilizadas na demarcação do tempo”. Assim, nem todas as ocorrências serão passíveis de ter “existência pública”, mas aquelas que o são dão maior relevância à função do jornalismo na sociedade porque, como frisam os dois estudiosos, “toda a gente precisa de notícias” (*opt. cit*).

A credibilidade do jornalismo é uma das características fundamentais da profissão e tomada como patamar para avaliar o próprio trabalho jornalístico. Por isso, o profissional tenta procurar preferencialmente uma fonte de informação que seja crível, o que à partida dá menos espaço ao cidadão comum, que é sobretudo considerado como uma das fontes primordiais quando está envolvido no acontecimento ou o pode assistir a ele de forma privilegiada. Contudo, mesmo nestes casos os jornalistas procuram ouvir uma fonte oficial, uma autoridade que possa acrescentar dados relevantes e confirmar ou negar a veracidade das informações creditadas às «outras» fontes, sendo posteriormente da responsabilidade do profissional voltar a confrontar as partes com eventuais informações contraditórias, procurando apurar a verdade dos factos, o derradeiro desafio que se coloca ao jornalismo, sobretudo na mediatizada sociedade actual.

Na tentativa de veicular maioritariamente informações de «fontes acreditadas», os jornalistas correm o risco de ficarem dependentes teste tipo de fontes, o que poderá fazê-los “ceder à tentação de escrever para a fonte e não para o público”, como observa Traquina (2002). O autor destaca ainda que, quando isso acontece, o profissional “perde alguma independência, ao permitir que seja a fonte

definir as situações”. No entanto, o investigador português realça também o lado positivo dessa interdependência, que é o facto de poder vir a facilitar «fugas» de informação.

A reciprocidade da relação entre jornalistas e fontes é uma ideia que já tinha sido defendida por Bennet, Gressett e Haltom (1985), que descreveram esta ligação daqueles dois agentes como “simbiótica”, justificando-o com o benefício que ambos retiram do câmbio de necessidades que efectuam. Com esta permuta, as fontes oficiais obtêm maior possibilidade de divulgação dos seus actos, uma eventual maior visibilidade e reforço da sua legitimidade. Por seu turno, os jornalistas conseguem mais eficácia, maior estabilidade no trabalho e têm a segurança de uma autoridade que «assina por baixo» as informações veiculadas pelo jornalista nas notícias. Desta forma, ambos saem a ganhar, mas terá invariavelmente de ser colocada a pertinente questão dos interesses que podem, ainda que inadvertidamente, serem perpetuados pelo jornalista, na sequência da utilização habitual e *rotinizada* daquelas fontes oficiais.

São diversos os estudos que demonstram a relação entre os profissionais dos *media* e as fontes de informação, tanto quantos aqueles que colocam em primeiro plano a problemática que está associada à diferenciação que existe no acesso ao campo dos meios de comunicação social, no que há possibilidade de ser notícia diz respeito. Isso mesmo verificou Schlesinger (1978), segundo o qual as fontes não são todas iguais nem tão pouco consideradas como tendo a mesma relevância, havendo diferenças que levam ao tratamento diferencial no acesso às empresas noticiosas. Gans (1979) vai ainda mais longe e afirma que “as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”.

A desigualdade dos agentes no acesso aos *media* já havia sido defendida por Gitlin, em 1980, quando o autor afirmou, no seu estudo *News as Ideology and Contest Area: Toward a Theory of Hegemony, Crisis and Opposition*, que grupos reformistas e revolucionários chegam a notícia nos *media* de formas bem distintas. Enquanto os primeiros podem ver projectados os temas desejados e funcionarem para o jornalista como especialistas, os segundos apenas ganham visibilidade noticiosa quando entram

em conflito. Assim, os grupos reformistas serão apresentados ao público com imagem coerente e sóbria (“com uma vantagem relativamente boa”), contrariamente aos grupos revolucionários, relegados para uma “posição marginal” que só atinge a esfera pública quando aqueles se tornam numa “*estória* interessante”.

A estreita ligação entre o jornalismo e as fontes oficiais, em particular com as de poder, foi um tema a que Gaye Tuchman dedicou algumas investigações pormenorizadas, nomeadamente estabelecendo correlações com estudos acerca dos critérios de *noticiabilidade*, que de acordo com a socióloga legitimam o *status quo*, na medida em que aqueles colocam à margem os grupos sociais que não actuam de acordo do “socialmente legitimado”, ou seja, “fogem” aos estereótipos característicos do contexto no qual estão inseridos, que é específico de uma dada época e espaço “onde vigora uma hegemonia ideológica dos poderosos” (Tuchman, 1978).

A tarefa dos *media* em efectuar a «tradução» das ocorrências e factos, definindo para a maioria da população quais os acontecimentos que são significativos é uma das funções mais cruciais dos meios de comunicação social. Porém, quando a recorrência às fontes oficiais se torna habitual, nomeadamente incorporando-as nas rotinas de produção de forma intensa, agrava-se a possibilidade de reprodução da hegemonia ideológica da classe social dominante, o que irá implicar que as “poderosas interpretações” fornecidas pelos *media* nos conteúdos jornalísticos veiculem a opinião de quem se encontra no poder (Hall *et al.*, 1973).

Recordando o determinismo excessivo apontado à teoria estruturalista, que é precisamente um dos pontos mais criticados daquela, vale a pena frisar que isso significa que as fontes oficiais são vistas como um todo uniforme, que não concebe a hipótese de os jornalistas elaborarem as notícias com informações para lá das concedidas pelas fontes oficiais, sendo o campo jornalístico considerado como um espaço onde se reproduz a ideologia dominante. É também no seio destes agentes que existe o que Molotch e Lester (1974) identificaram como “luta simbólica entre promotores”, que é caracterizada pela disputa entre aqueles (os diferentes promotores) em torno de um objectivo: fazer com que os acontecimentos nos quais se tem

interesse sejam divulgados, batalhando para relegar as demais ocorrências (dos outros promotores) para um segundo plano.

Embora as fontes oficiais acarretem vantagens substanciais em relação às anónimas (mantidas sem identificação perante o público), sobretudo no âmbito da credibilidade, diversos académicos alertaram, nos seus estudos, para a necessidade de diversificação de fontes, tornando as notícias como um produto verdadeiramente completo, com uma pluralidade representativa das distintas visões. Contudo, esta é uma tarefa utópica, porque não haveria espaço ou tempo suficiente para tal acção, nem se justifica que esta se realize de forma tão exaustiva. Ainda assim, os vários investigadores são unânimes em reconhecer que as posições das classes no poder são as maioritariamente veiculadas nos conteúdos jornalísticos, havendo, no entanto, forma de os grupos minoritários entrarem na disputa do tempo de antena nos *media*, que estará dependente do uso estratégico dos acontecimentos.

Mesmo detendo um lugar mais privilegiado para o acesso aos meios de comunicação social, como é admitido a larga escala no vasto campo dos estudos sociais do jornalismo, nenhum autor afirma, de forma alguma, que os “poderosos” utilizam os *media* deliberadamente para transmitir a sua ideologia «ao estilo» de conspiração directa nesse sentido, mas ressalvam a hipótese de que os agentes de poder usufruem ocasionalmente do seu estatuto de maior proximidade com as informações que os jornalistas pretendem para obterem maior visibilidade. Desta forma, caberá aos profissionais fazer uso da sua autonomia e autoridade concedidas pelo facto de se pertence ao chamado “quarto poder”, o suposto *contrapoder*, que é na realidade um mito, visto que não existe uma independência total, pois os meios de comunicação social estão habitualmente ligados a grupos económicos que os detêm, estando por isso obrigados a respeitar as normas destes e as regras impostas pela própria sociedade em que operam, às quais não são, naturalmente, alheios.

CAPÍTULO 2

FONTES DE INFORMAÇÃO

O que é uma fonte de informação

No trabalho jornalístico, sendo o campo de acção tão vasto como é, não é possível que os profissionais consigam estar presentes em todos os locais em simultâneo, testemunhando o que aconteceu, transmitindo-o através das notícias. A natureza imprevisível da matéria-prima dos profissionais (os acontecimentos) e os constrangimentos temporais impostos pela “hora de fecho” impedem que os jornalistas possam estar presentes para assistir «em primeira mão» às ocorrências, tendo por este motivo que recorrer a testemunhos de outras pessoas, capazes de descrever o que decorreu e fornecer informações cruciais sobre o sucedido.

A natural ausência da capacidade de omnipresença dos jornalistas é um dos motivos na base do importantíssimo papel que as fontes de informação desempenham no trabalho dos *media*, mas o facto de aquelas concederem um reforço de credibilidade às notícias é igualmente crucial. E por reforço entenda-se o sublinhar daquilo que o jornalista relata através das palavras de quem presenciou o acontecimento ou nele esteve envolvido de forma directa ou indirecta, divulgando, por isso, dados relevantes que acrescentam algo mais à compreensão do público.

Na óptica de Gomis (1991), as fontes de informação são quaisquer pessoas, grupos, instituições ou vestígios (documentos, discursos, dados) elaborados por aqueles. Esses informadores estarão, invariavelmente, conotados a posições sociais e relações dentro desse mesmo espaço, onde defendem os seus interesses e pontos de vista, que são específicos espacial e temporalmente, estando assim localizados nestes dois âmbitos de acção. Uma definição semelhante foi avançada pelo investigador

brasileiro Nilson Lage (2001), para quem uma fonte pode ser uma instituição, pessoa que testemunha ou participa num evento de interesse público, estando posteriormente apto para fornecer informações que podem vir a dar origem a produtos jornalísticos ou complementar este último.

Citando as palavras de Traquina, “para os jornalistas, qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação”, sendo considerado como tal o “indivíduo que o jornalista observa ou entrevista e lhe fornece informações”. Desta forma, continua o catedrático português, “qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto” por ser potencialmente considerada uma fonte de informação (2002).

A função essencial dos jornalistas é comunicar algo relevante em que possam estar interessados os seus leitores, ouvintes ou telespectadores. Contudo, para que o profissional tenha em mãos esses mesmos dados, é necessário recorrer a um elemento crucial do processo comunicativo, a fonte. Esta poderá ser, para Berlo, uma pessoa ou grupo de pessoas que têm por objectivo despoletar a comunicação humana, acção essa que tem sempre, sem excepções, pelo menos uma fonte (2003).

Em suma, e reunindo traços das várias definições ou tentativas de explicar o que é uma fonte, pode-se entendê-la como *qualquer emissor que fornece, ao jornalista, dados relevantes sobre um determinado tema, facto ou acontecimento sobre o qual tenha conhecimento*. Essas informações podem ter sido obtidas porque aquele esteve envolvido directa ou indirectamente na ocorrência, por faz parte da estrutura sobre o qual é criado o produto jornalístico ou porque presenciou o sucedido. Uma fonte, ainda que numa determinação mais vasta, poderá igualmente ser um especialista sobre o assunto em causa, que por isso dá o seu parecer sobre os factos, tendo como finalidade derradeira facilitar o entendimento dos consumidores dos *media*, clarificando questões mais complexas que surjam no decorrer da tentativa de perceber um determinado facto ou acontecimento. No fundo, num sentido eminentemente crucial, e como afirmou Melvin Mencher, “a fonte é o sangue do jornalista” (1991).

Complexidade da relação entre jornalistas e fontes

No processo de criação das notícias, as fontes têm um papel de assaz importância, pois é através das informações por elas fornecidas que os profissionais elaboram muitas vezes os produtos jornalísticos. A existência das daquelas é tão crucial, que os melhores jornalistas são aqueles que têm contacto com as melhores fontes, o que explica o facto de que os mais requisitados e (por vezes) melhores profissionais do ramo serem aqueles que possuem uma boa carteira de fontes num determinado contexto espacial e temporal. Como se diz na gíria profissional, “ter bons conhecimentos” é um passo essencial para a construção de uma carreira de sucesso, seja num âmbito internacional ou nacional, e mais ainda regional e local.

A diferença entre ter boas notícias e trabalhos medianos depende em muito das fontes que se tem, pelo que a rede de «conhecidos» desempenha um papel importantíssimo na profissão, mais até do que ser um bom jornalista. Um profissional pode ser óptimo na sua função e criar trabalhos de grande qualidade, mas se estiver dependentes de terceiros para obter as informações, as hipóteses de ter uma carreira sólida estarão sempre ligadas a essa necessidade de que outros lhes cedam os contactos. Por isso, a ausência de uma boa carteira de fontes será sinónimo de uma (ou mais) das próximas situações: as chefias dos meios de comunicação dão acesso do jornalista às fontes; os produtos jornalísticos são construídos com base em fontes oficiais, com todos os eventuais problemas daí decorrentes; o profissional procura as suas fontes e vai criando os seus contactos (o que leva tempo e não acontece de um momento para o outro, há que desenvolver confiança mútua); ou outro jornalista dá a referência da fonte indicada (que dificilmente acontecerá, pois quanto mais única for a fonte, melhor esta se torna como tal).⁵

Dada a importância já exposta das fontes de informação, não é por isso surpreendente que os jornalistas dediquem especial atenção à forma como lidam com

⁵ Conclusão pessoal e empírica retirada das entrevistas efectuadas aos quatro jornalistas dos dois semanários analisados para efeitos desta tese, em conjunto com cinco anos de experiência profissional em *medias* regionais e outros quatro anos como *freelancer* de três meios de comunicação (um local e quatro regionais).

estas. A relação entre ambos é sagrada no meio profissional e inclusivamente perante a sociedade, de tal forma que o jornalista se reserva ao direito de não revelar as suas fontes, recorrendo ao sigilo profissional, cuja quebra é considerada um acto grave no seio da comunidade jornalística, constituindo uma profunda infracção ao próprio Código Deontológico dos jornalistas, pelo qual estes se regem.

Recuperando o âmago do paradigma das notícias como construção do real, que defende a produção dos conteúdos jornalísticos pela interacção entre dois agentes (o jornalista e as fontes), tal como sustentado pelas teorias construtivistas, torna-se decisivo compreender de que forma os jornalistas constroem essa mesma realidade. Assim, descortinar o modo como acontece e quais os meios através dos quais tem lugar essa interacção entre aqueles dois agentes, assume contornos de especial importância para perceber o resultado final que resulta desta interacção, a notícia.

Um dos primeiros autores a debruçar-se sobre as relações estabelecidas entre jornalistas e fontes de informação foi o norte-americano David Berlo (1960). No seu mais conhecido estudo, intitulado *O Processo da Comunicação*, o académico sublinhou a existência de quatro factores que, segundo ele, podem aumentar a eficácia das fontes. De acordo com o académico, o que poderá dar maior ou menor fidelidade às fontes são as habilidades comunicacionais (escrita e palavra - fontes codificadas; leitura e audição - fontes desmcodificadas; raciocínio - criada pelas quatro anteriores); as atitudes quotidianas (acções que se tem com outras pessoas e consigo mesmo, assim como em relação ao tema); o nível de conhecimento da fonte (o domínio que tem do assunto e da instituição que representa ou sobre a qual fala) e a posição da fonte no sistema sociocultural (o *status* social influencia a forma como abordamos as questões e como se constrói a mensagem).

Quase duas décadas depois, em 1974, Molotch e Lester relevaram a importância que os quatro géneros de acontecimentos (rotina, acidentes, escândalos e acaso) tinham para a construção da notícia. Partindo desta detecção, os académicos separaram três níveis distintos de construção da notícia e organização do trabalho jornalístico: promotores (*news promoters*), *news assemblers* e consumidores das

notícias (*news consumers*). Assim, frisam os autores, é por isso importante compreender o que leva a que determinada fonte considere um assunto relevante para ser noticiado e quais as razões por detrás dessa decisão, nomeadamente ponderando a existência de interesses que tenham levado a realçar a divulgação de um facto ou acontecimento em concreto.

Uns anos mais tarde, em 1979, Leon Sigal defendeu a ideia de que as notícias não reflectem aquilo que os jornalistas pensam, mas sim a evidência de que os conteúdos jornalísticos estão dependentes das informações que as fontes concedem, com ênfase para o papel mediador que têm as agências noticiosas e os próprios jornalistas. De acordo com o estudioso, a construção das notícias passaria precisamente pelos dados referidos pelas fontes de informação, reconhecendo-se a supremacia das fontes oficiais, nomeadamente o poder político, dado que integram as rotinas jornalísticas, que levam os profissionais dos *media* a uma recorrência mais frequente por aquelas terem acesso privilegiado às informações. Da mesma forma, também os acontecimentos convencionais (como o Natal, a Páscoa e semelhantes) ditam o debate desses temas em datas definidas por convenções. Por seu lado, os denominados “desconhecidos têm se fazer notar” (Sigal, 1973) para terem acesso aos meios de comunicação social, conseguido, por exemplo, pela quebra das rotinas, a «disrupção», como Molotch e Lester já haviam declarado.

Quanto à questão da autonomia dos jornalistas relativamente às fontes, Moloch e Lester concordam com a opinião avançada por Sigal, ressalvando, no entanto, a existência dos “promotores de notícias”, como já foi referido anteriormente na presente tese. Segundo os académicos, as notícias surgem da necessidade dos jornalistas em dar informação, que é aproveitada pelas fontes que tenham interesse em passar determinado facto, geralmente positivo para a instituição e/ou organização que representam. Por esse motivo, as rotinas podem eventualmente ser nefastas para o trabalho do jornalista, dado que os “promotores” conhecem aqueles hábitos de produção, podendo tentar utilizá-los a seu favor. Quando esta situação se verifica, existem fortes possibilidade da perpetuação da sua “hegemonia ideológica” através dos *media*, a quem Moloch e Lester admitem uma grande autonomia, cabendo ao

profissional impor-se nesse “jogo negocial” que é o acesso ao seu campo de acção, nomeadamente através do confronto das informações recebidas das fontes oficiais com dados de outros tipos de fontes, uma acção que será uma crucial para contornar eventuais manobras de manipulação da classe dominante sobre o trabalho jornalístico.

Contrariamente ao que preconizaram Sigal, Moloch e Lester, a opinião de Hall *et. al* segue uma visão mais limitada da autonomia dos jornalistas, admitindo mesmo que certas fontes oficiais são capazes de influenciar os jornalistas ao ponto de inculcirem a forma de abordagem a dar às notícias, opondo-se assim, fortemente, aos quadros teóricos dos três autores acima citados. De resto, a linha determinista de pensamento de Hall *et. al* é definida como excessivamente estruturalista por autores como Santos (1997) ou Traquina (1998), segundo os quais aquela teoria não considera as chamadas “cachas”, uma vez que pressupõe a divulgação de informações apenas pelas vias oficiais. Não obstante, consideram ainda os dois autores, ignora a possibilidade de existirem agentes que tenham poder decisório, mas opinião contrária à da classe social em que possam estar integrados, como uma fonte oficial que não partilhe do mesmo pensamento que a instituição que representa, podendo dar as duas versões, em seu nome e não da entidade, embora isso acontece em casos pontuais. Ainda assim, a linha de pensamento de Hall *et al*. não pondera sequer a eventualidade de estas situações ocorrerem.

A mesma posição teórica dos autores supra citados (Moloch e Lester) foi seguida por Schlesinger (1992), Blumer e Gurevitch (1995), que nas suas obras destacam a possibilidade da existência de um interesse mútuo da parte dos jornalistas e das fontes, decorrente das necessidades que ambos têm de suprir, produzir notícias e divulgar acontecimentos ou factos. Esta é, aliás, uma “intencionalidade” que Daniel Boorstin já tinha detectado em 1961, ano em que publicou o livro *The Image: or What Happened to the American Dream?*, onde explorou os *media* norte-americanos, tendo concluído que havia nestes uma preponderante e crescente tendência do chamado “*pseudo-acontecimento*”. O conceito, definido como ocorrência “fabricada” por um agente (instituição, organização, pessoa, entre outros) com o objectivo de lhe dar “existência pública” através dos meios de comunicação social, teria um duplo interesse,

dado que seria da conveniência do público (que consome os produtos dos *media*) e do promotor dessa mesma ocorrência.

Numa analogia bastante exacta, Gans comparou inclusivamente a relação entre as fontes e o jornalismo a uma dança, onde “as fontes procuram acesso aos jornalistas e os jornalistas procuram acesso às fontes” (1979). Esta afirmação não poderia ilustrar melhor a recíproca dependência entre aqueles dois agentes que participam na construção das notícias, numa comparação em que se podem entender os passos de dança como representantes metafóricos da acção do jornalista, que produz o conteúdo para os *news consumers*, e da fonte, que fornece dados que permitem a elaboração das notícias. No fundo, esta acção é um movimento contínuo e fundamental para os jornalistas, que necessitam de informação, e para as fontes, que usufruem dessa necessidade para suprir a sua: divulgar o que consideram relevante, numa óptica de tornar público um determinado facto ou acontecimento, promovendo-o com ou sem interesses, no sentido dos *news promoters* identificados por Molotch e Lester (1974).

Rogério Santos releva igualmente o quão determinante é a relação entre jornalista e fonte, atribuindo a esta última a «responsabilidade» de relatar os acontecimentos da forma mais fiel possível ao profissional dos *media*, uma vez que este nem sempre pode estar presente no momento em que têm lugar os acontecimentos que possam ter o cariz necessário para se tornarem públicos e, por esse motivo, necessitam de alguém que descreva o que aconteceu, garantindo desta forma que a ocorrência possa ser veiculada nos meios de comunicação social, com o máximo de rigor e probidade, apenas concretizável, na ausência do jornalista, com o recurso às fontes (1997).

O académico Manuel Chaparro reconhece igualmente a complexidade do trabalho jornalístico, acrescentando algo mais ao que Tuchman já havia afirmado quando sublinhou a importância das rotinas criadas pelos *media* para contornar a tirania do tempo e exigências da profissão. Para o investigador brasileiro, os profissionais acabam por sofrer a influência das fontes na escrita dos artigos, que será

tanto maior quanto melhor, mais competentes e mais capacitadas forem as fontes, que podem mesmo determinar ângulos de abordagem, destaques a dar, títulos e a própria narração jornalística (2001).

Para Denis McQuail (2003), que teceu algumas considerações sobre a complexa relação entre os jornalistas e as fontes, é importante sublinhar o quão “essenciais são as fontes para os *media* noticiosos”. O destaque deve ainda, segundo o autor, ser dado à ligação que é desenvolvida por diversas ocasiões através de “activo processo binário”, caracterizado pela constante busca de “conteúdos convenientes” por parte dos meios de comunicação social, da mesma forma que, em simultâneo, outros “conteúdos (nem sempre convenientes) estão à procura de uma possibilidade de saída nas notícias” e a conseqüente visibilidade pública.

Propostas de tipologias das fontes de informação

Embora o jornalista e a fonte de informação sejam os principais agentes para a construção da notícia, há outros intervenientes que têm de ser tidos em conta, pois contribuem igualmente para a criação deste produto jornalístico. Neste sentido, é necessário que se alargue a ligação entre aqueles dois agentes a uma escala *macrossocial*, passando a considerar a notícia como “fruto da relação fruto da relação e negociação entre jornalistas e fontes, entre várias fontes, jornalistas, meios noticiosos, organizações das fontes e a sociedade em geral” (Tunstall, 1971).

As tentativas de criar uma tipificação das fontes remontam aos primeiros anos após o início da profissionalização do jornalismo. Foi desde esta data que a maior preocupação neste sentido começou a ser colocada em prática, com diversos investigadores a procurarem categorizar as diferentes fontes de informação, que têm um papel determinante para a criação das notícias porque, como sublinhou Manuel Chaparro (2007), “sem fontes não há notícia nem noticiários”.

Volvendo aos princípios do jornalismo, uma das primeiras tipologias identificada – que não se encontra atribuída a nenhum autor – é a clássica distinção entre fontes oficiais e não oficiais, uma diferenciação ampla, encarada posteriormente como ponto de partida para os estudos de académicos que mais tarde viriam a subdividir criteriosamente as várias fontes de informação utilizadas pelos jornalistas para a construção das notícias. Como propõe Rogério Santos (1997), a “comunicação debruça-se especialmente sobre o campo das fontes de informação, divididas em fontes oficiais, não oficiais e outras fontes”.

No conjunto de investigações, conduzidas para apurar os diferentes tipos de fontes com que os jornalistas trabalham diariamente, Walter Gieber e Walter Johnson (1961) foram dos primeiros académicos a avançar uma distinção entre fontes oficiais e outros tipos de fontes. Segundo os autores, as primeiras seriam as mais consideradas pelos jornalistas, que manteriam distanciamento daquelas, ou seja, haveria uma total independência entre a fonte e o profissional dos *media*, que cultivavam entre si uma relação recíproca de cooperação.

De acordo com Gieber e Johnson, estes dois agentes têm alguns objectivos comuns, entre os quais a necessidade de publicação das notícias (a fonte) e de informação para facultar ao público (o jornalista). No entanto, seria também esta característica que levava, “em determinadas ocasiões, as fontes a passarem somente a informação que pretendem” ver manifestada. Assim, a fonte acabava por “criar praticamente a notícia”, sobretudo após o surgimento dos gabinetes de comunicação e agências de relações públicas que, conhecendo o trabalho jornalístico, emitem a “informação convocada”, de que são exemplo os bons comunicados de imprensa, que possuem a capacidade de passar por notícias, como se de um conteúdo jornalístico se tratasse, pois já são criados nesse âmbito, respeitando as fórmulas de escrita jornalística, neste caso aplicadas ao serviço da divulgação controlada de informações.

Na sequência destas constatações decorrentes da análise da relação entre fontes e jornalistas, através da investigação do caso concreto dos decisores políticos de Nova Iorque, Gieber e Johnson alertam a necessidade de os profissionais dos *media*

desenvolverem uma capacidade de antever eventuais tentativas de controlo provenientes das fontes, que “poderá ser um motivo de conflito”, especialmente quando de desenvolve no sentido contrário ao das regras profissionais, actualmente espelhadas no Código Deontológico dos jornalistas (*opt. cit.*).

Na década seguinte, Leon Sigal (1973) estendeu a investigação anterior de Gieber e Johnson a outros âmbitos mais abrangentes, realçando igualmente a existência das fontes não oficiais, alargando assim a tipologia que considerava apenas as oficiais. Segundo este autor, as segundas abrangiam todos os demais tipos de fontes, representando as “fontes desconhecidas” (anónimas para o leitor, mas identificadas perante o jornalista), enquanto as fontes oficiais seriam os agentes com poder político, económico, social ou cultural. A esse propósito, Sigal afirma que a maioria das notícias é resultado de informações provenientes de fontes oficiais, que passam pelos canais normais, ainda que haja lugar à divulgação, por fontes oficiais, de informações que estas não estão autorizadas a facultar, mas que por algum motivo o fazem. Contudo, embora existam fontes oficiais e não oficiais, o jornalista daria preferência às primeiras, por motivos de credibilidade (informação com autor identificado) e constrangimentos da profissão e empresas onde trabalham.

Em qualquer dos casos, seja a notícia construída através do recurso às fontes oficiais ou não oficiais, o académico frisa que os conteúdos jornalísticos não resultam só principalmente dos conceitos e ideias dos jornalistas, mas da informação transmitida pelas fontes. Assim, e admitindo a importância das rotinas e convenções jornalísticas e organizações noticiosas, Sigal destaca que existe uma relação de reciprocidade, dado que os jornalistas necessitam das informações das fontes, que por sua vez, precisam de saber como os profissionais acedem à informação, ou seja, como a procuram e a recebem (*opt. cit.*).

Para Harvey Moloch e Marilyn Lester (1974), as fontes seriam “promotores de notícias” (*news promoters*), que poderiam ter intencionalidade por detrás da acção de divulgar ou bloquear a saída de determinadas informações. De acordo com os dois autores, as fontes usufruíam do conhecimento dos processos jornalísticos para

concretizar essas acções, consoante os seus interesses próprios, cabendo ao jornalista a função de se aperceber dessas situações de utilização dos *media*, devendo aquele profissional seleccionar os factos e acontecimentos realmente importantes, impedindo, desta forma, a transmissão das ideias de uma classe dominante, de um estrato social hierarquicamente superior na óptica da sociedade moderna (entenda-se, com maior influência económica, de gestão e governação).

Segundo o quadro teórico manifestado pela investigação conduzida por Stuart Hall (1973), haverá fontes primárias (definidores primários – fontes estruturadas, que têm a possibilidade de se impor devido à posição social que ocupam) e secundárias (definidores secundários – fontes não estruturadas, onde se inclui o cidadão comum). Neste caso, os *primary definers* terão uma “relação estrutural” com os meios de comunicação social, que segundo aqueles autores, e “em última instância, pode levar os *media* a reproduzir as definições dos poderosos” e “inclusivamente de estereótipos”, sobretudo devido à pressão do tempo e as exigências de imparcialidade e objectividade impostas pela profissão, que acabam por ser as razões que levam os jornalistas a um acesso exageradamente estruturado aos definidores primários.

Contudo, ainda de acordo com aqueles académicos, os *media* têm uma relativa autonomia, visto que são instituições independentes do poder político – embora os grandes grupos económicos detenham uma parte significativa dos órgãos de comunicação – e as próprias lógicas de funcionamento dos *media* podem levá-los a entrar em conflito com a visão fornecida pelos *primary definers*, impleindo os profissionais a uma investigação mais aprofundada. Esta será assim, segundo aqueles estudiosos, a forma de os *media* contrariarem a “posição de subordinação estruturada” face aos definidores primários (*opt. cit.*).

Além da diferenciação entre fontes primárias e secundárias, Hall *et al.* realçam a existência de quatro tipos de autoridade dos definidores primários: fontes institucionais, de poder ou autoridade, políticas e especializadas (relações públicas e assessores de imprensa). Os académicos detectam ainda as fontes anónimas ou não conhecidas, cujo acesso aos *media* é garantido quando fornecem informações que

sejam referentes à quebra da rotina, a algo que se enquadre nos valores-notícia e não tenha chegado por outros meios, quer isto dizer, por ruptura.

À luz da teoria de *Hall* e os co-autores de *The Social production of News: Mugging in the Media*, defensores de que as fontes definem as próprias notícias, é por isso essencial que o mesmo artigo tenha várias e diferentes fontes de informação, cabendo aos *media* filtrar os factos com direito a existência pública. Esta acção será a forma de não se cair no erro de perpetuar a hegemonia do poder instalado, que é o maior obstáculo colocado à objectividade dos jornalistas, que resulta da rotina do próprio trabalho dos profissionais, que usam o recurso às fontes oficiais por estas serem representadas por agentes que têm acesso directo aos dados que muitas vezes os jornalistas pretendem saber, e que por esse motivo, acabam por assumir importância para os profissionais como fontes de eleição.

O norte-americano Herbert Gans (1980) foi outro dos autores que identificou uma tipologia de fontes, quando estudou os hábitos e produção jornalística de profissionais da NBC, CBS, Newsweek e Times. Da sua observação, concluiu que existiriam fontes **institucionais** ou **oficiosas**⁶, provisórias ou estáveis, conhecidas ou desconhecidas do jornalista. Nesta sequência, distinguiu ainda as fontes quanto à sua utilização, que seriam activas ou passivas, e com as quais convinha manter uma relação célere, sendo que estas fontes correspondiam aos assessores de imprensa e profissionais das relações públicas, que possuíam uma actividade mais ou menos colaborativa com os *media*, cujo grau de variação era determinado consoante a sua necessidade de lançar um determinado facto ou tema para a esfera pública.

Outro dado de assaz importância que Gans apontou foi a distinção entre as acções de profissionais que estavam familiarizados com os temas e, por isso mesmo, recorriam a fontes próximas com quem conservavam uma relação recíproca de obrigações (jornalistas especializados) e os profissionais que se vêem obrigados a utilizar fontes oficiais por falta de tempo ou menor conhecimento do assunto abordado

⁶ Realço a negrito, a partir daqui, a formulação teórica dos tipos de fontes que considero especialmente relevantes para este estudo e que usarei na investigação empírica da presente tese

(jornalistas não especializados). Cada um destes casos acarreta um problema: os jornalistas especializados devem cultivar as suas fontes, mas não cair no erro de publicar somente assuntos de interesse na óptica da fonte; e os jornalistas não especializados ficam dependentes das fontes com acesso privilegiado à informação, o que pode originar a passagem de dados com determinadas intenções.

Continuando com propostas avançadas por Gans, haveria igualmente a considerar outro factor. Além do tipo de fontes elementar (institucionais, oficiosas, provisórias, conhecidos e desconhecidos) e necessidades produtivas destas (passivas e activas), a proximidade geográfica e social com as fontes era igualmente determinante na estratificação destas, que teriam relevância de níveis distintos, conforme se afastassem mais ou menos da área de influência dos *media* em causa (*opt. cit.*).

No ano de 1994, em *Periodismo de Investigación: Técnicas y Estratégias*, o investigador espanhol Pepe Rodríguez também definiu as fontes primárias como sendo as principais a que o jornalista recorre obter os dados essenciais, tais como percentagens, números, declarações oficiais dos responsáveis, entre outros. As fontes secundárias seriam, na óptica do estudioso, utilizadas quando se pretendem pontos de vista divergentes para a criação de um conteúdo jornalístico com vários ângulos de abordagem, uma missão do jornalista, sobretudo nos temas passíveis de lançar maior polémica, tanto no sentido nativo da palavra, como na acepção que vaticina um assunto que pode dar azo ao debate.

Segundo Pepe Rodríguez, existe ainda uma diferença crucial, inerente à natureza das fontes de informação, quatro anos mais tarde enunciadas de forma mais exploratória por Brian McNair. Para o investigador espanhol, as fontes secundárias deveriam incluir as pessoais, cuja divisão poderá ser realizada mediante uma distinção de acordo com o factor tempo (temporalidade: assíduas e ocasionais), conteúdo informativo (pontuais/específicas e gerais), estrutura da comunicação (públicas, privadas e confidenciais) e ética. No caso deste último, mais ligado ao conceito de voluntariedade, seria pertinente, para o autor, distinguir entre fontes voluntárias, involuntárias e informador, variando este derradeiro consoante a sua credibilidade.

O inglês Brian McNair (1998) sublinhou a natureza distinta das fontes, relevando este facto, não as denominando de acordo com uma tipificação inequívoca. Partindo desse princípio, identificou as fontes segundo a natureza (pessoais ou **documentais**, públicas ou privadas); segundo a duração (pontuais/episódicas ou permanentes/definitivas); segundo o espaço geográfico (locais, nacionais e internacionais); segundo o grau de envolvimento com o acontecimento ou facto (**primárias/testemunhas oculares** ou secundárias/indirectas); segundo a atitude perante o jornalista (activas/espontâneas/ávidas ou passivas/abertas/resistentes); segundo a estratégia de actuação (pro-activas ou reactivas e preventivas ou defensivas); e segundo a visibilidade exigida (fontes assumidas, confidenciais e outras que se definem perante o público como algo que não são).

Joaquim Vieira (2007: 119-120), académico português, sugeriu também uma tipologia das fontes, que reúne as anónimas (não identificadas perante o leitor) em seis tipos diferentes, incluindo as identificadas na categoria com esta mesma designação. Na divisão proposta pelo autor, os diferentes géneros de fontes correspondem aos diversos “graus intermédios que localizam com maior ou menor rigor a origem” do informador, numa escala “entre um grau de credibilidade mínima e um grau de credibilidade máxima”. Assim, percebendo a hierarquização das fontes desde a mais para a menos acreditada, o autor avança com a estruturação das fontes de informação em fonte fidedigna, fonte próxima, fonte da instituição, fonte oficiosa, fonte oficial, fonte do gabinete ou fonte da família e fonte identificada.

A **fonte fidedigna** é comumente referida pelos jornalistas como “fonte anónima” ou “fonte que pede para não ser identificada”. Estas são as fontes em que o jornalista tem uma confiança que lhe permite tomar como verdadeiras as informações por aquela concedidas, e que por isso mesmo anui ao pedido da fonte, que tendo dados relevantes e de interesse público, prefere que o jornalista não refira o seu nome nas peças por motivos vários, eventualmente inerentes ao carácter da informação que está a fornecer. A escolha desta definição é, segundo o autor, somente para não serem tomados os dados como duvidosos, porque as formulações segundas não indicam “o grau de conhecimento que o informador tem sobre a matéria em causa”. Todavia, esse

facto retira uma certa credibilidade à informação divulgada, pois o “anonimato total possui um grau de credibilidade muito reduzido”, sendo que apenas o “jornalista ou o *media* que a difunde” pode atestar essa credulidade, uma vez que são os únicos que sabem verdadeiramente a proveniência dela, qual o seu autor ou autores.

A **fonte próxima**, semelhante à anterior, é distinta desta por ter um maior grau de credibilidade, dado que, embora continue a ser anónima, o jornalista já refere a proximidade que o informador tem relativamente ao protagonista da notícia. Desta forma, mantém-se incógnita, mas é dado a conhecer ao público que a origem da informação é, de alguma forma, próxima do agente em destaque no conteúdo jornalístico, mas nega-se a ser identificado perante os consumidores dos *media*.

Na sequência da “fonte próxima”, o autor sugere a designação de **fonte da instituição**, que será referente a um informador que está ainda mais ligado ao assunto que é retratado na notícia. Apesar de permanecer o anonimato de quem fornece as informações, encontra-se garantida “uma aproximação mais objectiva à fiabilidade da matéria”, com a identificação da entidade a que pertence o informador, “desde que a notícia tenha a ver com a acção dessa mesma entidade”.

A **fonte oficiosa** é, segundo Joaquim Vieira, a designação atribuída a uma “fonte qualificada ligada a determinada entidade, que porém não quer responsabilizar essa entidade pela difusão da informação, prestada a título individual”. Esta fonte será, portanto, alguém com um cargo de relevância em determinada organização, que faculta informações sobre um dado particular, mas em seu nome, não como prestação directa da entidade que representa. Neste sentido, estamos perante uma fonte de grande proximidade, num âmbito mais restrito “círculo de quem é o protagonista da notícia, pelo que cresce em credibilidade”.

Já a **fonte oficial** será a que relata as informações ao jornalista em nome de uma entidade, “embora não deseje ser identificada pessoalmente”. A classificação de “oficial” estará dependente do jornalista, que deve averiguar a qualidade oficial dessa fonte, não apenas pelo que ela diz, mas investigando se realmente a forma “oficial” como se identifica é verdadeira. Sendo este um título já muito próximo do agente

principal da notícia, o cuidado em atribuir esse título é crucial, pois a informação tornar-se mais fiável dado o grau de proximidade, assumindo mais relevância para o público, que não poderá sair defraudado por uma “fonte oficial” que diz sê-lo, mas não o é. Daí a importância de confirmar cuidadosamente a sua veracidade.

No que diz respeito à **fonte do gabinete ou fonte da família**, bem como designações semelhantes, o autor defende que neste caso se refere a alguém que se encontra num “círculo mais próximo do protagonista da notícia, consoante a natureza desta” seja institucional ou pessoal. O anonimato mantém-se, mas é claramente referida a extrema proximidade do informador com o referente principal da notícia, “talvez mesmo o próprio”. Contudo, “ao deixar que a fonte seja referida desta forma, assume o risco de que seja confundido com ela”.

Por último, a **fonte identificada**, que deverá ser aquela a que o jornalista deve dar preferência, engloba todos os casos em que é anunciado o nome da fonte. Atinge-se assim “a máxima segurança quanto à genuidade da informação”. No entanto, como frisa o académico, só por si esse facto não torna a notícia verdadeira, mas em caso de ser incorrecta, “o público está informado da origem do erro”, algo que já não acontece com fontes sem identificação, sendo que nestes casos “a responsabilidade [do erro] recai, integralmente, sobre o jornalista” (*opt. cit.*).

Mais recentemente, Nilson Lage (2008) identificou fontes oficiais, oficiosas e independentes. As primeiras são relativas a órgãos do Estado, empresas e organizações, instituições, sindicatos, associações, fundações e semelhantes. As segundas estão ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas não se encontram autorizadas a falar em nome destas. Por último, as independentes, relativas a quem não tem interesses na base da acção de se tornar numa fonte de informação.

Recorrendo à distinção que Hall *et al.* já haviam feito entre definidores primários e secundários, Lage (*Ibidem*) indica também a existência das fontes primárias e secundárias que correspondente, respectivamente, a uma relação directa e indirecta que os agentes têm com a informação. Desta ligação, extrai ainda as testemunhas (que presenciam os acontecimentos) e os especialistas (**experts** – que dominam uma

determinada área e servem de fontes para os jornalistas, sobretudo na análise e simplificação dos factos).

Já no ano passado, o brasileiro Manuel Chaparro⁷ sugeriu um começo da teorização das fontes de acordo com uma tipologia assente em sete diferentes categorias: organizadas (empresas e organizações que já produzem algo perto da notícia); informais (falam apenas por si, não por uma entidade específica), aliadas (com relação recíproca com os jornalistas pela sua credibilidade), fontes de aferição (especializadas em determinada área), de referência (especialistas ou instituições reconhecidas), documentais (documento soltos, mas devidamente identificados e credíveis) e bibliográficas (livros, teses e outras formas de transmissão de conhecimento científico, tecnológico e cultural).

Tipologia de fontes aplicada na análise comparativa

Nas várias décadas de investigação sobre as fontes de informação, foram diversas as tentativas de criar uma tipificação das mesmas, que pudesse permitir uma abrangência tanto maior quanto possível. Desde os estudos conduzidos por Walter Gieber e Walter (1961), Leon Sigal (1973), às identificações efectuadas Harvey Moloch e Marilyn Lester (1974), Stuart Hall (1978), ou Herbert Gans (1979), passando pelas mais recentes propostas de Pepe Rodríguez (1994), Brian McNair (1998), Nilson Lage (2001), Joaquim Vieira (2007) e Carlos Chaparro (2009), são múltiplas as tentativas de criar uma categorização tipo das fontes.

Embora existam várias orientações propostas por diversos autores, sendo umas mais completas que outras, todas elas tocam em determinados pontos, mas sem estenderem muito as explicações a nível de as tornarem completamente claras e sugerirem uma linha que possa ser considerada abrangente aos vários níveis de fontes que podem funcionar como tal para os jornalistas. Assim, para a análise realizada na presente tese, a opção recaiu sobre a conjugação das tipologias no seu todo, com

⁷ CHAPARRO, Carlos (2009); Iniciação a uma Teoria das Fontes; Publicado online em O Xis da Questão

maior incidência na gradação apresentada por Joaquim Vieira, assim como as de Brian McNair e Manuel Chaparro, todas elas com traços comuns visíveis nas diferenciações de outros autores, sobretudo entre as oficiais e não oficiais.

Seguindo a forma como os académicos definiram os diferentes tipos de fontes nas suas propostas de categorização das mesmas, optei por realizar a análise das mesmas de acordo com a distinção entre fonte fidedigna, próxima, da instituição, oficiosa, oficial, gabinete/familiar, identificada (Vieira), documental (Chaparro) e bibliográfica (McNair).

Aos tipos de fontes propostas pelos autores acima referidos, tidos de acordo com a formulação que estes defenderam, dividi igualmente as fontes identificadas em três subtipos: institucionais (poder político, chefia empresarial/responsáveis, chefia burocrática, chefia técnica); *experts* (Lage) e cidadãos comuns. O objectivo desta fragmentação detalhada é procurar responder da melhor forma à questão de qual o tipo de fontes são mais utilizadas pelos jornalistas, não apenas ao nível mais abrangente (se integra uma entidade ou não), mas ainda mais específico, que cargo ou função essa fonte ocupa dentro dessa instituição e, se não for pertencente a uma instituição, se é um especialista ou cidadão comum.

O intuito de procurar identificar, dentro das fontes identificadas, que tipo de posição possam deter na hierarquia social é uma acção crucial, dado que poderá fornecer eventuais “luzes” sobre a maior ou menor recorrência a fontes que detenham um qualquer tipo de poder, seja ele político, económico, social ou cultural. Não obstante, esta subdivisão das fontes identificadas poderá ainda permitir averiguar se no jornalismo praticado pelos profissionais nos periódicos em causa, há uma tendência para ir de encontro ao lado mais próximo do jornalismo, dando «voz» ao cidadão comum, tanto ou mais do que ao poder instalado, ou inversamente, veiculam mais a ideologia dominante do que ao nível nacional, utilizando as fontes acreditadas por uma possível menor existência de fluxo informativo e informadores creditados.

Desta forma, com a reunião de um conjunto onde se encontram englobadas propostas de investigadores distintos e as sugestões que decidi acrescentar para responder mais claramente às interrogações principais da presente tese, teremos:

1. **Fonte fidedigna** é aquela que pede para não ser identificada pelo jornalista, sendo geralmente citada como fonte anónima;
2. **Fonte próxima** é ainda mais chegada ao protagonista da notícia do que o anterior tipo de fonte, mas continua a não ser revelada a sua identidade;
3. **Fonte da instituição** atribui-se a fontes que pertencem à própria entidade que é focada na notícia, mas que mantém o anonimato perante o público;
4. **Fonte oficiosa** é referida a alguém que se encontra ligado a uma instituição, que não fala em nome desta, mas a título pessoal;
5. **Fonte oficial** refere-se ao informador que integra uma entidade (que se fala na notícia), mas não é identificada pelo seu nome;
6. **Fonte do gabinete ou da família** é atribuída, respectivamente, a um informador que se encontra num circuito muito próximo do agente central da notícia, consoante este seja do âmbito institucional ou pessoal;
7. **Fonte documental** é referente a todos documentos soltos e credíveis que sejam consultados pelo jornalista para a criação das notícias (relatórios, discursos, etc.);
8. **Fonte bibliográfica** engloba todo o género de artefactos utilizados para a transmissão de conhecimento, tais como livros ou revistas, entre outros;
9. **Fontes identificadas** abrangem todas as que estão devidamente referidas e identificadas. Desta forma, não sendo anónimas, podem responder individualmente pelas informações declaradas.
 - a. **Cidadão comum** é uma pessoa que tenha estado envolvida no assunto ou facto retratado na notícia, como por exemplo, um voluntário que integra uma campanha de solidariedade ou o sinistrado num acidente.
Fazem também parte deste tipo de fontes a pessoa que assiste a determinado acontecimento e, por esse motivo, pode facultar informações que ajudam o jornalista a desenvolver a notícia. Esta é uma fonte muito importante, pois o jornalista não é omnipresente, sendo-lhe impossível presenciar tudo aquilo que relata, usufruindo, neste caso, do que outros presenciaram.

- b. **Experts** são pessoas ou entidades que têm uma autoridade reconhecida numa determinada área e cuja opinião é, por essa razão valorizada. Geralmente auxiliam a esclarecer para o público em geral um determinado ponto de algum tema, facto ou acontecimento, tornando-o mais compreensível para os consumidores dos *media*.

- c. **Institucionais** são um tipo de fontes que está ligado a uma determinada organização, empresa ou entidade e ocupa uma posição privilegiada para fornecer determinadas informações. Pode ser um representante máximo ou detentor de um cargo hierarquicamente mais baixo.
 - i. **Poder Político**: presidentes de forças políticas e postos cimeiros de administração pública (Direcções Regionais, Distritais, Assembleia República, etc.), presidentes de câmaras municipais e juntas de freguesia;
 - ii. **Chefia Empresarial/Responsável**: que comandam uma entidade, empresa ou são os responsáveis pela organização de um evento ou iniciativa;
 - iii. **Chefia Burocrática**: relativo ao poder político, mas não aos decisores máximos. São secretários-gerais de forças partidárias ou membros de partidos, entre outros;
 - iv. **Chefia Técnica**: que estão encarregados de uma determinada função em entidades ou empresas, mas não as gerem ou detêm. Podem ser tesoureiros, subdirectores, dirigente de secção, etc.

Numa tentativa de particularizar ainda mais o tipo de fontes utilizada, para obter dados substancialmente mais concreto, optei por identificar as fontes quanto à sua relação com a notícia, ou seja, qual a natureza do seu envolvimento com o assunto ou acontecimento sobre o qual o conteúdo jornalístico versa. Assim, distingui entre dois tipos de fontes:

1. **Participantes** são aquelas pessoas ou entidades que estão directamente envolvidas no tema, assunto ou facto sobre o qual trata a notícia e são ouvidas nesse sentido, ou seja, a sua opinião é considerada relevante pelo jornalista, pois aqueles são parte activa no processo;

- 2. Não Participantes** correspondem ao (quase) oposto do anterior, sendo que neste caso os “não participantes” são as chamadas testemunhas, que podem ser quaisquer indivíduos ou entidades que tenham assistido ou estado envolvidos indirectamente no tema, assunto ou facto sobre o qual trata a notícia e, por esse motivo, o que possam dizer poderá ser relevante para o público. Por isso, devem utilizar-se quando cumprem este requisito de relevância.

A tipologia mista supra-referida pela qual optei será, desta forma, a única a ser utilizada para analisar as notícias dos jornais, tanto para estudar a amostra qualitativa como para a quantitativa, sendo a linha orientadora para o estabelecimento dos quadros finais de análise.

Nas situações em que não for referida a origem da fonte, esta será classificada como “**não identifica**” (quando são enunciados muitos dados concretos, mas não é discriminado de onde provêm) ou “**não atribuída**” (citações directas ou indirectas sem mencionar o seu autor). Assim, mesmo nestas situações haverá a possibilidade de enquadrar a fonte num tipo específico, facilitando a leitura e compreensão dos dados em si e, conseqüentemente, uma melhor avaliação dos mesmos.

CAPÍTULO 3

ADVENTO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO REGIONAL E O PANORAMA ACTUAL

A revolução no jornalismo regional teve início na sequência de uma outra revolução, bem maior e mais significativa, a Revolução dos Cravos. Depois de Salazar ter governado despoticamente o povo português desde 1933, o icónico 25 de Abril veio pôr fim a quase três décadas de repressão a todos os níveis, cujo término principiou depois de um acidente, em 1968, quando o maior ditador da história de Portugal caiu de uma cadeira e ficou inválido. Dois anos mais tarde, viria a falecer, tendo o país começado a realizar os primeiros passos para se recompor da opressão.

Foi já nos primeiros anos da década de 70 que se experienciaram em Portugal os esforços inaugurais para recuperar décadas de atraso social, económico e cultural, a todos os níveis penalizadora. No entanto, a missão foi bastante complicada, dado que a nação encontrava-se muitíssimo fragmentada, não ordenada e com uma população profundamente descontente pela falta de condições financeiras e uma política completamente unilateral e, conseqüentemente, a ausência (quase) total de liberdade.

O contexto enunciado é o do surgimento do Movimento das Forças Armadas (MFA), responsável pelo encetar de uma nova era no país, que originou o progresso e desenvolvimento, potenciado gradualmente após o 25 de Abril de 1974. Esta é também a data dos princípios da reformulação profunda do jornalismo, não só no âmbito nacional, mas igualmente do regional, em especial no que concerne à especialização dos jornalistas que nestes *media* trabalham.

O novo impulso dado pela Revolução dos Cravos acabou com a censura aos meios de comunicação social e foi nesta sequência que surgiu a primeira Lei de Imprensa Regional, que procurava colocar Portugal em pé de igualdade com os restantes países da União Europeia, nomeadamente a Inglaterra, Itália, França, Alemanha ou Espanha. Ainda assim, a tarefa não foi simples e ainda hoje permanecem diferenças acentuadas entre estes periódicos regionais fortemente enraizados e os jornais regionais portugueses, que têm um longo caminho a percorrer.

Uma das maiores preocupações relacionadas com os jornais regionais, que sempre existiu e permanece, está relacionada com a elevada dependência de subsídios e ajudas estatais ou de entidades de comunicação, que apoiam aqueles através de várias medidas, desde o porte pago, ao apoio monetário inicial, passando pela oferta de montantes iniciais atribuídos a fundo perdido. Esta mesma evidência foi constatada por Mário Mesquita em *Portugal – 20 Anos de Democracia* (1994), obra na qual o escritor nacional não sublinhou apenas este facto, mas revelou que entre 1974 e 1986 havia, em território luso, 427 publicações, “entre os quais jornais (diocesanos), diários e semanários; jornais regionais (oficialmente designados de «inspiração cristã»); boletins paroquiais; publicações de congregações e institutos religiosos; publicações de movimentos e associações católicas; revistas diocesanas e nacionais”.

Actualmente, a realidade do jornalismo regional português é ligeiramente diferente, e sobretudo caracterizada por uma informação que mantém ainda traços específicos que persistem nos periódicos que surgem um pouco por todo o país, de forma incessante, dos quais cerca de 50% têm nos seus quadros jornalistas profissionais. Esta é uma situação atingida recentemente, sendo os números referentes ao ano passado, altura em que existiam em Portugal mais de 800 jornais regionais e locais, segundo um estudo sumário do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O novo paradigma, mais profissional do jornalismo regional, não elimina, no entanto, o cariz elementar que continua inalterado em quase metade da imprensa deste âmbito, parte dela existente sob a forma de folhetins básicos sem estilo definido. Mesmo assim, entre 1975 e 1985 os jornais regionais chegaram mesmo a conseguir

tiragens que ultrapassavam as da imprensa nacional de referência (como o Expresso ou Diário de Notícias), com destaque para os mais lidos na altura, o Diário da Madeira, Diário dos Açores e Diário de Coimbra, que tinham mais leitores que os nacionais, no segundo país europeu onde menos se lê, segundo o estudo do Eurobarómetro (2009), onde é realçado que só 49% dos portugueses admite ler diariamente.

Embora não existam investigações concretas e exaustivas que refiram números específicos quanto ao teor dos jornais regionais, as últimas projecções da Markttest e Meio Regional (2009) apontam para a predominância, em Portugal, de publicações ligadas a paróquias, órgãos de poder autárquico, associações, entidades, que representam sobretudo o sector de jornais locais, num total de cerca de 35%, o que deixa à imprensa regional em si 65% da cota daquelas publicações.

Hoje em dia, a actividade dos jornais regionais começa a convergir para grandes grupos de comunicação regional, como a Sojormedia/Lena Comunicações, Jorlis ou Grupo Diário de Coimbra, os maiores a nível nacional. Esta tem sido a resposta para contrariar a menor existência de meios técnicos, humanos e as frágeis estruturas dos periódicos nacionais, que apesar de terem perdido cerca de 100 títulos desde 1990, ano em que havia 900 jornais regionais e locais, vive hoje em dia um período de franco aperfeiçoamento do trabalho e cobertura jornalística, que será a chave para um *media* mais credibilizado perante o público. Esta acção poderá ter como consequência a atracção de mais leitores, e concludentemente mais publicidade, o suporte financeiro real dos periódicos, que apenas com sustentabilidade económica podem abrir portas para uma (ainda) maior profissionalização desta actividade de âmbito regional, pondo termo ou diminuindo as dificuldades económicas, o principal entrave ao mais acentuado desenvolvimento do jornalismo regional.

CAPÍTULO 4

OS JORNAIS E O SEU CONTEXTO LOCAL

Para um melhor enquadramento deste estudo e da realidade de ambos os jornais, torna-se importante conhecer o espaço geográfico sobre o qual incide a sua cobertura noticiosa e outros aspectos, tais como o seu panorama socioeconómico, cultural e características populacionais. Por estes motivos, as linhas seguintes servem para elucidar sobre estes tópicos, no que concerne aos concelhos sobre os quais actuam dois periódicos seleccionados para amostra desta tese.

Importa ainda referir, acerca de ambos os jornais analisados para efeitos desta tese, alguns aspectos organizacionais internos à sua estrutura, que podem explicar alguns dos dados apresentados, nomeadamente para facultar uma visão mais integral do panorama empresarial em que actuam os *media* examinados neste estudo.

Relativamente ao “Correio da Feira” (CF), enfrentou até há bem pouco tempo um período de grande expansão do seu concorrente directo, o “Terras da Feira” (TF), editado bissemanalmente até à última semana do ano passado, tendo este voltado actualmente a ser publicado semanalmente, à semelhança do que acontece com o CF. Ambos os jornais são propriedade de empresas sem quaisquer outras entidades, de comunicação ou outras, pertencendo o “Terras da Feira” à FeiraPress Lda e o “Correio da Feira” à Trazer Notícias Lda, propriedade de empresários em nome individual.

Quanto ao “Região Bairradina”, editado desde 1987, enfrenta a solidez do “Jornal da Bairrada”, fundado em 1951 e detido pelo maior grupo de comunicação social regional do país, a Lena Comunicação, uma *subholding* do Grupo Lena, que opera nas áreas da construção, turismo, comércio, sector automóvel e outras. No sector da comunicação

desta entidade estão integradas 17, das quais 11 são periódicos regionais⁸, um diário nacional de referência (jornal "I"), duas rádios regionais (Antena Livre, NoAr), uma televisão online (TV Ribatejo), uma editora (Imagens & Letras) e uma agência de gestão, compra e venda de espaços publicitários na imprensa regional (Meio Regional).

"Correio da Feira"

O jornal "Correio da Feira", sediado em Santa Maria da Feira, cobre uma área com mais de 215.6 km², subdividida em 31 freguesias. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE)⁹, no concelho vivem cerca de 142.300 habitantes, dos quais 30.5% têm menos de 24 anos, 56.9% têm entre 25 e 64 anos, e 12.5% têm mais de 65 anos.

No panorama educacional, a maioria (57%) da população concelhia de Santa Maria da Feira possui um baixo nível de ensino, com habilitações literárias médias inferiores ao 3º ciclo. Segundo os dados do Censos 2006 (INE), apenas 11.5% dos habitantes concluíram com sucesso o 9º ano de escolaridade e 11.3 % terminaram o ensino secundário, ao passo que somente 7% da população possui habilitações literárias superiores. A taxa de analfabetismo no concelho da Feira é de 6.7%, ainda assim quase três pontos percentuais abaixo da média nacional de 9.0% para este indicador demográfico estatístico.

A nível económico, o concelho é dominado pelo sector da indústria, mais concretamente da cortiça, calçado, que absorve mais de metade da mão-de-obra. Contudo, existe uma forte e enraizada tradição relativamente implantada nas áreas das ferragens, madeiras, papel e abrasivos. Não obstante, na cidade de Santa Maria da Feira e freguesias circundantes, o sector dos serviços assume igualmente um peso bastante importante, sobretudo por ser uma área algo próxima da cidade do Porto, assumindo-se como um local onde habitam várias centenas de pessoas que têm a sua

⁸ "Diário as Beiras", "Grande Porto", "Jornal da Bairrada", "Jornal de Abrantes", "Jornal do Centro", "Negócios & Notícias", "O Algarve", "O Aveiro", "O Eco", "O Ribatejo" e "Região de Leiria"

⁹ Dados da Estrutura da População e Indicadores Demográficos Nacionais, INE – 2004

actividade laboral na invicta e arredores.

No concelho de Santa Maria da Feira coexistem, além do “Correio da Feira”, os jornais “Terras da Feira”, “O Activo” (Fiães), “Notícias de Lourosa” e “Jornal de S. João de Vêr”. No entanto, apenas o “Correio da Feira” e “Terras da Feira” têm edições semanais, sendo os restantes editados, pelo menos, nove vezes por ano. Porém, desde Setembro de 2009 que deixaram de ser editados, mês em que a Plural de Santa Maria da Feira, empresa proprietária destes títulos, cessou a publicação dos mesmos.

O concelho da Feira tem ainda duas rádios sediadas na cidade sede de concelho, a Rádio Clube da Feira (RCF) e a Rádio Águia Azul, que emitem para as 31 freguesias feirenses, conseguindo esta última uma emissão alargada um maior espaço geográfico devido à localização da antena emissora, que permite um alcance substancialmente maior que a sua concorrente.

O conteúdo veiculado nos diferentes meios de comunicação é sobretudo centrado nos temas de interesse do concelho de Santa Maria da Feira, com uma relevância quase nula para o que sucede nos concelhos limítrofes. As rádios são quem dá mais destaque extra-concelhio, com *flashs* noticiosos e iniciativas pontuais a àqueles dedicados, numa que deriva directamente da sua maior necessidade de o fazer (mais espaço a preencher diariamente), sendo a RCF que maior prevalência informativa detém. Já os jornais, mantêm a mesma posição de centralidade geográfica na Feira, com nenhuma página dedicada a concelhos circundantes, que têm apenas referências quando o facto ou acontecimento tem implicações exteriores, como acontece quando equipas desportivas ou associações feirenses realizam actividades com a participação de outras localidades que não pertençam ao concelho da Feira.

Dentro do panorama da importância ocupada, o “Correio da Feira” tem o sexto lugar dos regionais mais lidos no distrito de Aveiro, com uma audiência média de 3.2%, ligeiramente abaixo dos 3.8% conseguidos pelo “Terras da Feira”¹⁰, o seu concorrente territorial directo no espaço igual sobre o qual ambos actuam.

¹⁰ Dados do Bareme Imprensa Regional 2010, realizado pela Marktest e MeioRegional

“Região Bairradina”

O periódico “Região Bairradina” veicula maioritariamente informação sobre o concelho de Anadia, embora inclua também, algumas páginas por semana para notícias relacionadas com os concelhos da Mealhada e Oliveira do Bairro. Os três concelhos integram a chamada zona da Bairrada, a delimitação geográfica sobre a qual actua a actividade informativa do referido jornal, considerado para a presente tese.

O concelho de Anadia tem uma área total de 216.6 km², englobando um total de 15 freguesias, com uma densidade populacional de cerca de 154 hab/km² (número de habitantes por quilómetro quadrado). A população total do concelho é de 31.545 pessoas, das quais 14.58% têm menos de 15 anos, 61.52% têm entre 15 e 60 anos, e 23.90% têm mais de 60 anos. Relativamente ao nível de escolaridade da população, esta tem uma taxa de analfabetismo de 9.7%, ligeiramente acima da média nacional (9.0%). O nível de educação é maioritariamente básico, com 65.82% da população com habilitações literárias inferiores ao terceiro ciclo. Por sua vez, 14.69% concluíram o ensino secundário e 9.79% têm formação superior¹¹.

A nível económico, o concelho de Anadia é dominado pelo sector da indústria cerâmica, onde trabalha 39.3% da população empregada, sendo a restante mão-de-obra distribuída pelos serviços e comércio local. A zona industrial de Anadia, criada nos limites da cidade, é constituída por seis grandes empresas, dedicadas ao ramo da cerâmica para interiores e exteriores, azulejos, tintas e colorantes. O sector da enologia é outro dos grandes empregadores do concelho, sobretudo no que diz respeito à produção de espumantes, que em conjunto com a restauração e serviços emprega 28.7% da população, ainda assim 10.6% inferior aos valores apresentados pelo sector da indústria anadiense¹².

Quanto aos meios de comunicação, o concelho de Anadia tem a sua cobertura mediática local explorada pelos semanários “Região Bairradina” e “Jornal da Província”, ambos sediados na cidade de sede concelhia, embora este segundo tenha a

¹¹ Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) – Censos 2001

¹² Dados da Estrutura da População e Indicadores Demográficos Nacionais, INE – 2001

venda exclusivamente assegura por assinatura, com uma irregular periodicidade de publicação e um média de leitores bem inferior a 0.5%, não figurando, por esse motivo, nos estudos do Bareme de Imprensa Regional da Marktest, onde apenas são considerados jornais com mais do que aquela percentagem de leitores. Há ainda o “Jornal da Bairrada”, que reparte o conteúdo entre os temas de interesse de Oliveira do Bairro, Anadia e a Mealhada, tendo este último concelho dois periódicos a ele dedicados, o “Jornal da Mealhada” e “Mealhada Moderna”, ambos com uma média de duas páginas dedicadas a Anadia.

O único meio radiofónico do concelho de Anadia é a Rádio Província (do mesmo proprietário que o Jornal da Província), sediada em Anadia, embora exista ainda a Rádio Clube Pampilhosa (RCP FM), com boa audiência em Anadia, mas que é difundida a partir daquela localidade do concelho da Mealhada. No entanto, nenhuma destas estações dá uma importância acentuada aos conteúdos locais, que têm pouco espaço na programação daquelas, preenchida sobretudo com música e alguns programas temáticos. Ainda assim, a RCP FM é a que mais produção própria e informação local veicula, sendo que no caso das duas rádios, as referências de Anadia são partilhadas com a Mealhada e Oliveira do Bairro, bem como outras regiões do distrito de Aveiro.

Relativamente ao conteúdo veiculado, o “Região Bairradina” dedica as suas edições ao âmbito anadiense, com uma média de três a cinco páginas para os concelhos de Oliveira do Bairro e Mealhada. Por sua vez, o “Jornal da Bairrada” tem uma média superior a 25% das páginas dedicadas a Anadia, concelho onde tem uma média de audiência superior à conseguida pelo concorrente directo, o jornal analisado na presente tese. Em termos de leitores, o RB apresenta uma percentagem de 1.1% contra os bem superiores 5% do JB em Aveiro, sendo o semanário regional mais lido de todo o distrito, com uma implantação de 40% na zona da Bairrada, apresentando números somente abaixo do Diário de Aveiro, a publicação não nacional com maior audiência (5.5%) no distrito aveirense¹³.

¹³ Bareme de Imprensa Regional 2010, da Marktest e Meio Regional

CAPÍTULO 5

METODOLOGIA DE ANÁLISE

5.1 Pressupostos gerais de investigação

O principal intuito da presente tese é fornecer os dados concretos e relativos à análise extensiva de dois jornais regionais seleccionados, o “Correio da Feira” e o “Região Bairradina”, periódicos com um raio de acção em Santa Maria da Feira e Bairrada (Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro), respectivamente.

Com os dados obtidos pelo estudo dos resultados dos quatro métodos de recolha das informações (análise quantitativa e qualitativa, entrevistas e observação empírica), o objectivo é complementar os dados conseguidos em cada um destes processos, pretendendo-se verificar de que forma os quatro jornalistas residentes dos referidos periódicos se relacionam com as fontes, como tratam a informação que recebem delas e como essas atitudes se reflectem, na prática, no seu trabalho diário de produção de notícias nos *media* onde trabalham.

Desta forma, e com a recolha de dados preexistentes que se afigurem pertinentes, nomeadamente os facultados por investigações precedentes na mesma área do jornalismo regional, pretendo:

- a) Verificar a diversidade e variedade de fontes de informação utilizadas pelos jornalistas nas notícias que produzem para os dois periódicos;
- b) Identificar que tipos de fontes de informação são mais utilizadas pelos quatro profissionais e porquê;
- c) Recolher informações que facultem alguma compreensão de como é a relação dos jornalistas com as suas fontes, especialmente para verificar de

que forma é mantida e gerida essa ligação, que implicações pode ter e como se contornam essas implicações;

5.2 Definição da amostra

Para a base do estudo apresentado foram recolhidas as seis edições de cada um dos jornais, num total de 12 números do “Correio da Feira” (CF) e “Região Bairradina” (RB), os periódicos seleccionados para efeitos de estudo da presente tese. O estudo terá em conta todas as secções dos periódicos, excepto a desportiva, dado que os artigos desta têm um estilo muito próprio, essencialmente descritivo, de crónica das partidas, com uma estrutura mais próxima do comentário que da notícia.

Os dois meios de comunicação servem concelhos com outros jornais, partilhando um espaço geográfico de influência. No caso do “Correio da Feira”, o periódico actua na mesma área de difusão do jornal “Terras da Feira” (TF), tendo ambos como raio de acção o concelho de Santa Maria da Feira. Quanto ao “Região Bairradina”, contempla o mesmo espaço geográfico do “Jornal da Bairrada” (JB), sendo que ambos veiculam informações dos concelhos de Anadia, Oliveira do Bairro e Mealhada, embora o RB dê substancialmente maior destaque aos conteúdos do concelho onde se encontra sediado, Anadia, enquanto o JB releva mais informações concernentes a Oliveira do Bairro, cidade sede concelhia onde está a sede do periódico, mas com uma boa parte das suas páginas dedicadas a temas de interesse anadiense.

O facto de a escolha dos *media* analisados para efeitos desta tese serem o “Correio da Feira” e “Região Bairradina”, prende-se com a possibilidade de estabelecer uma comparação entre dois jornais regionais que estão no segundo lugar dos mais lidos nos concelhos em que estão sediados e estudar periódicos com estruturas internas semelhantes. Tanto o CF como o RB são menos lidos que os seus concorrentes directos¹⁴, o TF e JB, respectivamente, sendo que ambos operam com dois jornalistas profissionais residentes e sectores administrativos, de gestão e tesouraria com o

¹⁴ Dados do Bareme Imprensa Regional 2010, realizado pela Marktest e MeioRegional: “Terras da Feira” (3.8%) e “Correio da Feira” (3.2%); “Jornal da Bairrada” (5.5%) e “Região Bairradina” (1.1%)

mesmo número de elementos, não pertencendo nenhum dos periódicos a grupos de comunicação ou empresariais com outros *media* ou empresas de quaisquer áreas, mas a empresários em nome individual, com profissões liberais. No caso do “Região Bairradina”, os detentores do periódico são mesmo um dos jornalistas (25%) e as duas responsáveis dos serviços administrativos, tendo uma delas a posse de 50% do jornal, detendo a outra os restantes 25%.

Desta forma, com meios humanos e organizativos muito semelhantes, é possível verificar de que forma os profissionais de dois jornais de zonas diferentes do distrito de Aveiro utilizam as fontes e fazem ou não uso da eventual pluralidade destas, procurando-se assim verificar se existe algum paralelismo ou distinção na forma como esta acção é realizada, em dois periódicos de espaços geográficos diferentes, mas com condições internas muito idênticas.

Edições seleccionadas

Em cada mês, ambos os periódicos dedicam algumas páginas a assuntos específicos que determinam os denominados “cadernos especiais” ou “suplementos”, não editados em blocos independentes, mas incluídos na própria edição do jornal, neste caso alargada a mais algumas páginas para o efeito, em algumas ocasiões, embora essa não seja a regra. A inclusão destes “suplementos” varia quanto à semana em que é publicado, podendo sair na primeira, segunda, terceira, quarta ou quinta semana do mês, pelo que se optei por criar uma grelha de análise de edições alternadas de cada um dos jornais, evitando assim os números com “cadernos especiais”, mas seguindo uma linha de estudo coerente dos periódicos, a que é excepção somente o mês de Fevereiro, como já expus no ponto anterior, como mais adiante se explicará.

O período de recolha das edições compreende duas edições de cada um dos jornais durante os meses de Novembro, Janeiro e Fevereiro. Os números analisados foram escolhidos de forma alternada a cada semana, evitando assim que se incluíssem as edições quinzenais com os “cadernos especiais” que ambos os periódicos editam, uma vez que estes não são encartes separados, mas ocupam as páginas comuns do jornal, retirando assim espaço às demais secções dos jornais. A opção por não

considerar os artigos destes “cadernos especiais” prende-se com o facto de estes serem preenchidos com conteúdo eminentemente orientado para a promoção e/ou captação publicitária, que assume a razão da publicação destes “cadernos”, nos quais o conteúdo é acessório, não estando assinados os textos em mais de 95% dos casos.

Nos referidos “suplementos” de ambos os jornais, que usufruem de épocas específicas (Carnaval, Páscoa, férias de Verão, Natal...) ou incidem sobre assuntos e áreas de destaque da sua região de influência (vinhos, espumantes, leitão, cortiça, associativismo, desporto...), o conteúdo informativo é inferior e quase nulo em termos de exploração de fontes, sendo principalmente constituído por entrevistas e artigos eminentemente descritivos, além de numa parte substancial dos casos serem textos criados que não foram criados pelos jornalistas residentes dos periódicos, pelo que não podem ser considerados para a análise desta tese.

Assim, retirando as edições com “cadernos especiais”, que inviabilizariam a análise pelos motivos supra referidos, acrescentando a uma bastante reduzida inclusão de artigos assinados pelos jornalistas (cujos textos são a base deste estudo), as edições escolhidas foram as seguintes:

	“Correio da Feira”	“Região Bairradina”	Notas de análise
Novembro	-	04	-
	16	-	-
	-	25	-
	30	-	-
Dezembro	-	-	Não houve edições suficientes *
Janeiro	-	06	-
	11	-	-
	-	20	-
	25	-	-
Fevereiro	01	02	“cadernos especiais” coincidiram **
	08	17	

* O jornal “Correio da Feira” deveria ter 4 edições (dias: 7, 14, 21 e 28) e o “Região Bairradina” deveria ter 5 (dias: 3, 10, 17, 24 e 31). Nos dias 28 e 31, respectivamente, não saiu o periódico, que teve dois números com “cadernos especiais”, o que deixaria somente uma edição do CF para analisar e duas do RB no mês de Dezembro, pelo que este mês não foi considerado para amostra, por representar um período de excepção com publicação de mais “cadernos especiais” do que o normal.

** Ao contrário do habitual, os “cadernos especiais” do CF saíram na terceira e quarta semanas do mês, coincidindo assim com os do RB, editados, na segunda e quarta semanas. Por esse motivo, as restantes edições foram inseridas na amostra, daí a consideração das edições do CF e RB na mesma semana, a primeira, dado que são as únicas de Fevereiro que respeitam o critério de não inclusão dos números com “cadernos especiais”.

Amostra qualitativa

A constituição da amostra qualitativa partiu da necessidade de saber concretamente de que forma as fontes são utilizadas ao longo das notícias dos jornalistas. O objectivo do estudo mais exploratório dos artigos dos profissionais foi perceber como estes fazem uso das fontes em todo o artigo, nomeadamente através da identificação eventuais tendências que se verifiquem no modo como as informações das fontes são utilizadas em cada um dos seus textos publicados.

Com a finalidade de estudar mais aprofundadamente os artigos dos jornalistas de forma representativa, foram seleccionados quatro notícias diferentes de cada edição do jornal, num total de 48 artigos, cujas características correspondem à seguinte composição:

- a) Notícia em manchete** – corresponde à notícia que faz capa na edição em causa do jornal analisado. Quando esta não é do jornalista, é seleccionada a segunda notícia em grande destaque;
- b) Notícia de destaque** – notícia escolhida de entre os diversos destaques de capa na edição em causa do jornal analisado;
- c) Notícia com fotografia** – notícia com uma imagem de tamanho igual ou superior a 14.11x7.06 cm (400x200 pixéis) e texto com duas ou três colunas, com mais de dois parágrafos por cada uma delas;
- d) Notícia sem fotografia** – a maior notícia sem imagem da edição que está a ser analisada;

A opção pela análise das notícias com as características que acabam de ser enunciadas foi uma decisão tomada após verificar a estrutura de cada um dos jornais (“Correio da Feira” e “Região Bairradina”) e a forma como os artigos estavam dispostos ao longo das páginas. Dessa aferição, foi possível concluir quais as “categorias” de notícias que podiam ser criadas para uma análise coerente, no sentido do tipo de artigos a nível formal, ou seja, em relação à sua disposição ou ausência de elementos e tamanho.

Decorrente das variáveis referidas no parágrafo anterior, a escolha da manchete do jornal é a mais natural, porque fornece um dado importante quanto ao género de notícias que merecem a maior relevância nas edições e poderá eventualmente indicar uma linha editorial e valores-notícia que possam ser utilizados pela direcção do periódico para «chamar uma notícia à capa».

No caso da notícia de destaque, a selecção desta é complementar a uma possível detecção de preceitos que determinem o que é ou não “merecedor”¹⁵ de figurar na capa, pois embora os critérios de escolha da manchete possam ser mais específicos, não deixa de ser relevante o registo das notícias que são eleitas para serem destacadas na capa de cada edição.

Relativamente à inclusão de uma notícia com uma fotografia, o tamanho desta não é ao acaso, tendo este sido o determinado porque as imagens com estas medidas ou relativamente superiores tinham, em ambos os jornais, sem excepção de edição alguma, uma quantidade equivalente de texto, que variava entre as duas e três colunas. Na primeira situação a foto tinha duas colunas lateralmente, sendo que nas notícias com três colunas uma delas era lateral e maior que as restantes duas, colocadas sob da fotografia.

Por último, a escolha das notícias sem fotografias, as maiores por edição, foi uma alternativa para poder analisar, em cada edição, um artigo com uma extensão maior, que não é garantida por nenhuma das notícias com as características das anteriores já enunciadas, dado que podem variar do pouco ao muito texto.

¹⁵ Palavra utilizada por Ângelo Pedrosa, jornalista do “Correio da Feira”, na sua entrevista, quando questionado sob a forma como se escolhem os assuntos de capa: “é consoante a importância da notícia. Colocamo-nos no lugar do leitor e procuramos saber que tema é merecedor do maior destaque numa dada edição”.

Amostra quantitativa

O principal intuito da amostra quantitativa nesta tese foi no sentido de com ela se obter uma visão geral que possibilitasse saber não só quais os tipos mais utilizados, mas também, e não menos importante, a média de fontes utilizada por notícia. Não obstante, a amostra quantitativa facultava ainda a possibilidade de constatar as secções onde existe maior número de notícias, o que eventualmente poderá estar relacionado com os gostos dos próprios leitores ou pendor temático do jornal, que recaia mais frequentemente sobre um ou outro assunto.

A amostra quantitativa foi criada para dar uma abrangência total quanto ao número e tipo de fontes utilizadas pelos jornalistas em todos os textos de cada uma das 12 edições analisadas, complementando assim os dados obtidos com a amostra qualitativa. Enquanto esta última permite a detecção de eventuais tendências no uso prático nos artigos, como por exemplo, o número de vezes em que é citada uma fonte, a amostra quantitativa fornece números absolutos e percentagens quanto às fontes de informação utilizadas.

Em termos práticos, a amostra quantitativa consistiu na verificação do número de notícias produzidas pelos jornalistas em relação aos artigos escritos pelos profissionais em colaboração com colaboradores, textos de colaboradores e notícias sem identificação, bem como do número e tipo de fontes utilizada em cada artigo. Desta forma é possível ter uma ideia aproximada do peso, em termos de volume, do trabalho do jornalista na criação de todo o conteúdo que os jornais veiculam e, a título de curiosidade, perceber o nível de cooperação que os próprios cidadãos comuns têm com os *media* regionais, que é praticamente inexistente nos meios de comunicação de âmbito nacional, exceptuando casos muito pontuais, aqui não considerando os textos de opinião ou artigos pagos a quem escreve, dado que isso não é colaboração, mas sim um serviço remunerado.

A análise quantitativa é, assim, perfeitamente justificável, uma vez que poderá revelar dados muito importantes que ajudam a responder às questões da variedade e pluralidade das fontes de informação, mas igualmente quanto a outros aspectos, que embora em segundo plano, não deixam de ser indispensáveis para a compreensão do modo como trabalham os jornalistas, cujo trabalho foi analisado para efeitos da presente tese.

CAPÍTULO 6

RESULTADOS E DISCUSSÃO CRÍTICA

Conquanto sejam escassos os estudos a nível nacional na área das fontes no jornalismo regional, um ponto unânime é que as fontes oficiais e políticas são as mais utilizadas, o que também se verifica no “Correio da Feira” e “Região Bairradina”, periódicos em que são mais elevadas as percentagens do uso de fontes institucionais (subcategoria das identificadas, nas quais se incluem as de poder). A diferenciação é mais acentuada no RB, onde predominam claramente este tipo de fontes (82%), face a somente 18% de fontes relativas ao cidadão comum. Já no CF, embora também substancialmente em maior número as fontes institucionais (67.1%), há uma tendência significativa que revela o recurso ao cidadão comum (32.9%) como fonte.

De acordo com os quatro jornalistas, a grande diferença na utilização dos diferentes tipos de fontes está relacionada com a “necessidade de ter informação que se sabe, à partida, que é credível, pois vem de uma pessoa com um certo estatuto”¹⁶. Esta declaração é de um dos jornalistas do RB, mas partilhada pelos seus três colegas de profissão, que sublinham recorrer de forma mais permanente a fontes ligadas a cargos directivos. Para estes profissionais, a justificação de usarem mais estas fontes é o facto de mais facilmente obterem dados concretos e dos quais necessitam, ainda que posteriormente procurarem, embora com menos frequência, informações de por fontes, não tão «oficiais», se considerarem que o tema assim o exige¹⁷.

¹⁶ Afirmção do jornalista do “Região Bairradina”, Renato Duarte, quando questionado o uso mais frequente das fontes institucionais, que o próprio admitiu recorrer primordialmente, pelos motivos que enuncia nesta mesma asserção.

¹⁷ As razões que levam os jornalistas a recorrer a outras fontes que não as institucionais estão

Gráfico 1 – “Correio da Feira” | Utilização das fontes identificadas

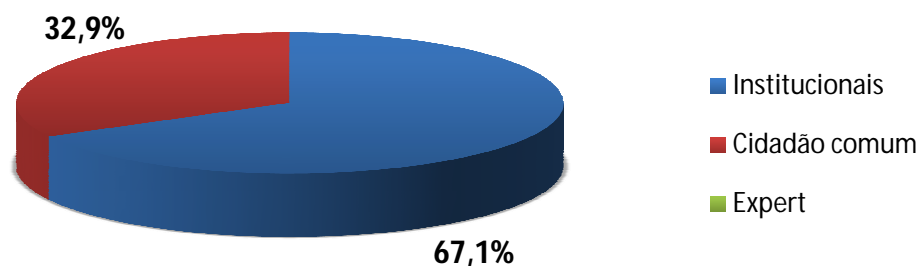
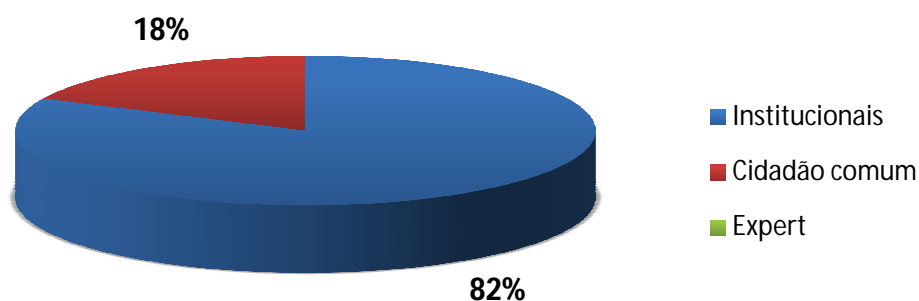


Gráfico 2 – “Região Bairradina” | Utilização das fontes identificadas



Os resultados dos jornais analisados na presente tese não são assim tão diferentes dos registados, por exemplo, na Guarda, por Victor Amaral, e publicados na sua tese de mestrado, *Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda* (Universidade do Minho, 2006). A investigação, que analisou os periódicos “A Guarda”, “Terras da Beira”, “Nova Guarda” e “O Interior”, levou o autor a concluir que, no caso concreto destas publicações, os jornalistas privilegiaram maioritariamente assuntos relacionados com a «política convencional» (vida partidária, autárquica e municipal), utilizando sobretudo fontes oficiais, veiculando desta forma as ideias das elites e instituições burocratizadas que aquelas representam.

relacionadas com a polémica do assunto abordado na notícia, sendo reconhecido que, no caso dos assuntos de política, se procuram ouvir várias partes, apesar de se admitir a possibilidade de isso nem sempre acontecer na mesma notícia, por falta de espaço e de tempo. Neste caso, as posições dos protagonistas e das várias partes são destacados os principais argumentos, remetendo-se uma abordagem mais extensa e completa em edições posteriores.

Já quase uma década antes Rogério Santos tinha sublinhado o facto de ser bastante frequente o uso das fontes oficiais por parte dos jornalistas, com especial relevância para essa mesma constatação no jornalismo regional. Em *A Negociação entre Jornalistas e Fontes* (1997), o académico realçou a importância da relação, a necessidade de avaliar e ter em conta a maior proximidade que existe entre o jornalista e as fontes no âmbito mais restrito, alertando para os problemas que daí podem decorrer. Apesar de não ter avançado exaustivamente com motivos mais elaborados que pudessem levar à mais estreita relação neste meio, deixou uma hipótese que explica, em parte, e na sua óptica, essa realidade: a eventual maior falta de conteúdo noticioso e meios (particularmente humanos) para o fazer.

Antes de passar à apresentação mais extensa dos resultados obtidos com a análise das 12 edições dos dois jornais, é necessário realçar primeiramente um cariz que se deve ter presente para a leitura dos dados, que se encontra intimamente ligado à forma como são escolhidos os temas a abordar em cada edição, numa reflexão que tem em linha de conta a Teoria do Gatekeeper. Nesse sentido, afigura-se essencial destacar que este processo de escolha dos assuntos a noticiar é bastante simples, dado que tanto no “Correio da Feira” como no “Região Bairradina” não existe uma cadeia do tamanho da que vigora, por exemplo, na imprensa de âmbito nacional, onde os assuntos que serão tratados em cada número passam por vários profissionais antes de chegarem, finalmente, ao jornalista.

O processo de *gatekeeping* nos periódicos estudados não tem hierarquias alheias ao jornalista que decidem os temas a abordar em cada edição, sendo estes discutidos entre os próprios jornalistas (e em algumas, poucas ocasiões, com o director), sem que haja mais nenhum agente que interfira directamente nesta selecção. Desta forma, os *gatekeepers* são os próprios jornalistas, que realizam a única interacção que leva a definir o que relevar em cada número do jornal, não se registando imposição alguma de ordem hierárquica nesta escolha.¹⁸

¹⁸ Informação mencionada directamente pelos jornalistas do “Correio da Feira” e “Região Bairradina”, nas entrevistas realizadas com os quatro profissionais e observação directa da actividade dos profissionais na altura da determinação de temas a abordar (no dia seguinte à saída da edição anteriormente publicada).

Embora, como se comprova pelas informações facultadas pelos quatro jornalistas do CF e RB, e corroborados pela observação empírica do seu trabalho, não haja lugar a uma cadeia de «portões» tão extensa como na realidade nacional, este mesmo factor levanta uma outra questão, relacionada com a conseqüente dupla influência que os jornalistas poderão exercer na selecção dos assuntos “noticiáveis”. Com esta função de eles próprios determinarem que temas abordar, os profissionais podem decidir, ainda que conjuntamente, os temas a tratar, e por esse motivo, estarem mais susceptíveis de serem influenciados por fontes que possam «sugerir» assuntos que possam ser noticiados.

O maior poder de decisão acarreta assim mais responsabilidade na hora de seleccionar os temas a abordar, que tem de ser balanceado da melhor forma, com a devida cautela e atenção. Somente procurando uma transmissão da informação da forma mais objectiva possível (leia-se, menos subjectiva), é que essa missão poderá ser exequível, o que apenas acontece quando os jornalistas têm consciência de que existe esta imputação do dever acrescentado. Só em pleno conhecimento desta situação é que os profissionais serão capazes de realizar um bom trabalho, mesmo com todos os constrangimentos que advêm das características específicas do jornalismo regional.

A possibilidade de ocorrência de eventuais obstáculos pela maior proximidade com as fontes é algo que os jornalistas do “Correio da Feira” e “Região Bairradina” reconhecem na entrevista e sobre a qual afirmam “prestar especial atenção para que não influencie decisões acerca do ângulo a escolher para abordar um assunto ou que informações veicular em determinado artigo”, como frisa o jornalista do CF, Rui Almeida Santos. A opinião é pessoal, mas espelha o que os restantes três jornalistas argumentam quanto a este ponto específico do seu trabalho, relativo à forma como lidam com as fontes no seu dia-a-dia. Renato Duarte, do RB completa a afirmação do colega de profissão, realçando que tem “extremo cuidado com as fontes políticas, cujas informações são bem ponderadas sempre que denotam polémica”¹⁹.

¹⁹Palavras de Rui Almeida Santos, jornalista do “Correio da Feira”, e Renato Duarte, do “Região Bairradina”, em resposta à pergunta de como ultrapassa eventuais dificuldades que advenham da relação de proximidade com as fontes de informação e, em especial, das políticas.

Em relação ao uso mais substancial de fontes que pertencem à classe social dominante, que se verifica através da predominância acentuada do recurso às fontes institucionais, como sublinhado no primeiro parágrafo desta análise de resultados (CF: 67.1%; RB: 82%), os profissionais de ambos os periódicos são peremptórios em referir, sem terem conhecimento dos valores registados nas suas notícias, que utilizam mais este tipo de fontes. Enquanto os jornalistas do RB declaram que presidentes de órgãos administrativos locais, líderes de partidos políticos e responsáveis de entidades fazem parte das fontes contactadas por rotina, os profissionais do CF admitem que também o fazem, mas de forma mais pontual, dando preferência a quem dá a conhecer ao jornal um determinado acontecimento ou facto, embora ressalvem que não descum a tarefa de contactar aquele tipo de fontes, “em relação às quais há mais autonomia e das quais não se tem dependência por não se necessitar assim tanto delas”²⁰.

A opção mais frequente dos quatro jornalistas pelas fontes institucionais é o reflexo daqueles em procurarem “fontes que sejam identificáveis perante os leitores e tenham um grau de credibilidade que permita tomar as informações que fornece como potencialmente mais críveis”²¹, realça Constantino Ferreira, jornalista do periódico de Anadia. Parecer semelhante têm os seus colegas de profissão de Santa Maria da Feira, para quem as fontes oficiais são importantes fontes de informação por “darem acesso a dados que de outra forma talvez não se conseguissem ou fosse mais complicado obter, e que têm de ser verdadeiros, pois a fonte não se podem arriscar a dar informações falsas, já que seria descartada no futuro”, completa Rui Almeida Santos²².

Observados do ponto de vista problemático, os resultados que sobressaem da investigação exaustiva às 12 edições dos jornais analisados demonstram uma diferença deveras significativa entre ambos no que respeita ao uso do cidadão comum como fonte, que tem menos «voz» no Região Bairradina. A discrepância entre as

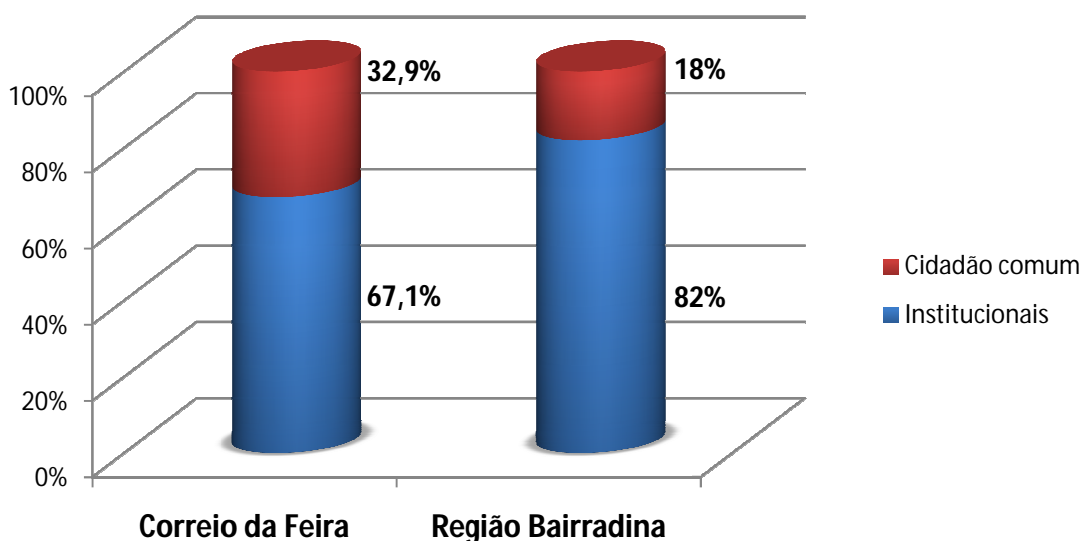
²⁰ Resposta de Ângelo Pedrosa, jornalista do “Correio da Feira”, à pergunta da relação que mantém com as fontes institucionais e, dentro destas, particularmente as políticas. O seu colega de trabalho, Rui Almeida Santos concordou com a opinião expressada pelo primeiro.

²¹ Resposta do jornalista do “Região Bairradina” quando questionado sobre o tipo de fontes de informação a que mais recorre e porquê

²² Resposta do jornalista do “Correio da Feira”, Rui Almeida Santos, à pergunta de como avaliar se as informações prestadas pelas fontes políticas são verdadeiras.

percentagens apresentadas dá conta que o jornal de Anadia utiliza mais 14.9% de fontes institucionais do que o “Correio da Feira”, o que significa um uso diminuto de pessoas da sociedade civil, sem cargos institucionais, que representam apenas 18% no RB, quase metade dos 32.9% verificados nas edições do CF.

Gráfico 3 – Análise comparativa | Utilização das fontes identificadas



A utilização maioritária das fontes institucionais nos dois jornais é justificada pelos profissionais por uma necessidade de credibilização da notícia, como foi referido nas suas declarações da entrevista (ver acima). Contudo, a análise qualitativa das 48 notícias (24 de cada jornal, 4 por edição) revela que, mesmo nas notícias em que o cidadão comum participa (eventos e actividades populares, associativas, entre outras), a utilização deste como fonte é reduzida. Nestes casos, em que se justifica plenamente, mais do que em outros casos, dar «voz» à sociedade civil, a exploração não é acentuada, com a existência de uma pequena parte das notícias com este tipo de fontes, sendo o CF que mais as usa (9 fontes/24 notícias), enquanto os jornalistas do RB utilizaram apenas 4 cidadãos comuns como fonte nos 24 artigos estudados.

Apesar de não ser fácil apontar o que poderá estar na ordem desta utilização bem menor de elementos da sociedade civil como fonte, a falta de espaço e/ou tempo

poderá ser determinante, mas também uma certa dificuldade que poderá advir da menor disposição das pessoas para falarem aos *media* ou até mesmo um certo comodismo do profissionais no recurso às fontes institucionais, mais vocacionadas e dispostas a serem questionadas pelos jornalistas. Estas são possíveis explicações para o maior uso de fontes institucionais, que podem eventualmente estar ainda ligadas a outras justificações, de ordens diversas, como futuros estudos eventualmente o possam comprovar. Neste caso, o avançar destas razões surge essencialmente da minha experiência profissional neste campo do jornalismo (o regional), da investigação empírica e conversas informais mantidas com jornalistas que exercem a sua profissão nos *media* regionais e, como tal, podem dar o seu parecer quanto aos motivos pelos quais optam mais por fontes institucionais e não tanto pelo cidadão comum.

Quanto às consequências da utilização em maior número das fontes institucionais, vale a pena recuperar alguns dos problemas que diversos estudiosos têm apontando, com especial destaque para Molotch e Lester (1974) e a chamada de atenção que estes autores fizeram quando identificaram os três agentes que participam no processo interactivo de construção das notícias. Estes seriam os promotores das notícias (*news promoters*), *news assemblers* e consumidores das notícias (*news consumers*), sendo que os primeiros mereciam uma relevância especial por parte do jornalista, que deveria procurar perceber se aqueles teriam interesses ou intencionalidades em divulgar essa notícia, fomentando o seu destaque nos *media*.

Através da observação dos dados recolhidos, é visível que grande parte dos artigos escritos pelos profissionais do CF e RB tem uma base de sustentação muito assente nas fontes institucionais, pelo que a questão das razões que levam os promotores a contactar os jornalistas é um aspecto que necessariamente tem de ser sublinhado, pois acarreta sérios problemas para o trabalho jornalístico. Uma vez que são aqueles agentes quem dá a informação aos periódicos, será natural (embora não imperativo) que o que é passado diga respeito ao que a fonte deseja divulgar e, neste caso, o jornalista deve não se limitar a reproduzir os dados que lhe são transmitidos, questionando-se sobre os motivos que levaram a fonte a entrar em contacto consigo. Aqui é essencial ter o discernimento de avaliar os dados que são divulgados, no

sentido de perceber até que ponto são importantes, mas acima de tudo, que importância terá a publicação dos mesmos para a fonte. Contudo, há que ter a capacidade de separar à partida o “trigo do joio”, não entrando num estado permanente «paranóia», questionando de forma ininterrupta se todas as informações que a fonte passa têm razões de interesse próprio, devendo o bom jornalista ser capaz, sem grandes dificuldades, de se aperceber quando os dados que recebe podem ou não estar ao serviço da conveniência de quem os faculta.

Esta avaliação das razões na base da passagem de uma determinada informação aos jornalistas leva a outra questão sobre trabalho operado nos periódicos analisados, que está relacionada com a *rotinização* da actividade profissional. Tal como os quatro jornalistas admitiram, parte da sua ronda para procurar informações é realizada por figuras políticas e outras fontes institucionais, o que explica a maior utilização destas, com as quais é mantido um contacto mais permanente, que integra a rotina semanal daqueles. A segunda maior frequência ao nível de fontes vai para as documentais, nas quais se enquadra a consulta da internet, que os quatro profissionais dizem verificar crescentemente de forma regular. Porém, de fora ficam outros tipos de fontes, tais como o cidadão comum, raramente contactado pelos jornalistas por rotina.

No caso do “Correio da Feira”, é frisado pelos seus dois profissionais que a regra geral é os acontecimentos noticiados serem os que despertem maior atenção pelo seu tema, relevância e sobretudo actualidade, sendo dada preferência à cobertura de acontecimentos que os responsáveis dos mesmos deram a conhecer ao periódico, ou seja, a ocorrências de agenda e relativas ou relacionados com as instituições²³. A realidade do RB não é muito diferente e confirmada pelos seus jornalistas, que frisam recorrer principalmente a pessoas com cargos institucionais nas suas rondas semanais para saber se há notícias que justifiquem ser publicadas, nomeadamente através do contacto a pessoas ligadas à política, quer seja no poder ou na oposição, assim como aos responsáveis pelas entidades mais importantes da sua

²³ Afirmações dos jornalistas do “Correio da Feira”, Ângelo Pedrosa e Rui Almeida, quando questionados sobre que rotinas tinham semanalmente para procurar a informação.

área de influência, a Bairrada²⁴. Nos dois jornais, é assim notória a orientação para as fontes institucionais, cuja grande predominância nas notícias de ambos os periódicos deriva desta rotina que inclui especialmente o contacto deste tipo de fontes, que representam um passo em frente para um periódico orientado para a divulgação das actividades das próprias instituições, relegando para um segundo plano a construção de um plano de acontecimentos que àquelas não dizem respeito.

A predilecção pelas fontes institucionais é denotada em ambos os jornais, que criam uma parte significativa das suas notícias com o recurso a este subtipo das fontes identificadas. Estas são, aliás, as que mais dominam nos artigos dos jornalistas, com um peso de 75.9% no “Correio da Feira” e 79.2% no “Região Bairradina”. Já os restantes tipos de fontes utilizadas é bem inferior, sobretudo ao nível das não atribuídas (CF: 6.5%; RB: 0%), oficiais (CF: 2.8%; RB: 7.5%), fidedignas (CF: 1.8%; RB: 2.5%) e não identificadas (3.7%). A segunda maior percentagem é recolhida, nos dois jornais, pelas fontes documentais (CF: 13%; RB: 10%). Este último dado não deixa de ser curioso por colocar as fontes documentais como a mais utilizada pelos jornalistas logo após as identificadas, mas pode ser explicado pelo facto de os jornalistas utilizarem crescentemente a internet como fonte de informação (principalmente a web, correio electrónico e redes sociais), numa recorrência que passa sobretudo pela consulta de informações nas páginas oficiais das entidades, de onde retiram dados que acabam por incluir nas notícias, como os próprios destacaram nas entrevistas.

Outras fontes, também elas documentais, são os panfletos e brochuras de iniciativas e eventos, muitas vezes utilizados para elaborar uma notícia sobre esse mesmo acontecimento, podendo, nestes casos, ser ou não contactadas outras fontes para complementar a informação base já incluída neste documento, embora, por prática corrente, o artigo seja elementar e mais direccionado para dar a conhecer o que vai decorrer, sem grandes pretensões além daquela, o que leva os jornalistas a não necessitarem de ouvir outras fontes, como os próprios jornalistas revelam. No entanto, quando isso acontece, os jornalistas estão a limitar-se a criar uma notícia a

²⁴ Declarações dos jornalistas do “Região Bairradina”, Constantino Ferreira e Renato Duarte, quando questionados sobre que rotinas tinham semanalmente para procurar a informação.

partir de uma fonte elementar, o documento esquemático (o que vai ocorrer), não acrescentando nada de relevante ao que já é anunciado, funcionando aqui a notícia como veículo de pura e simples divulgação, como um artigo de agenda e não um artigo informativo no sentido lato da actividade jornalística, da notícia propriamente dita.

Gráfico 4 – “Correio da Feira” | Utilização dos diversos tipos fontes

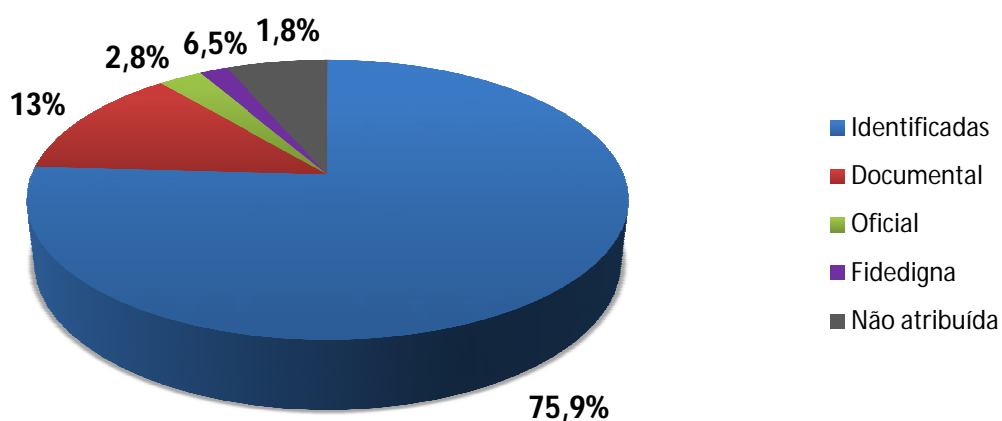
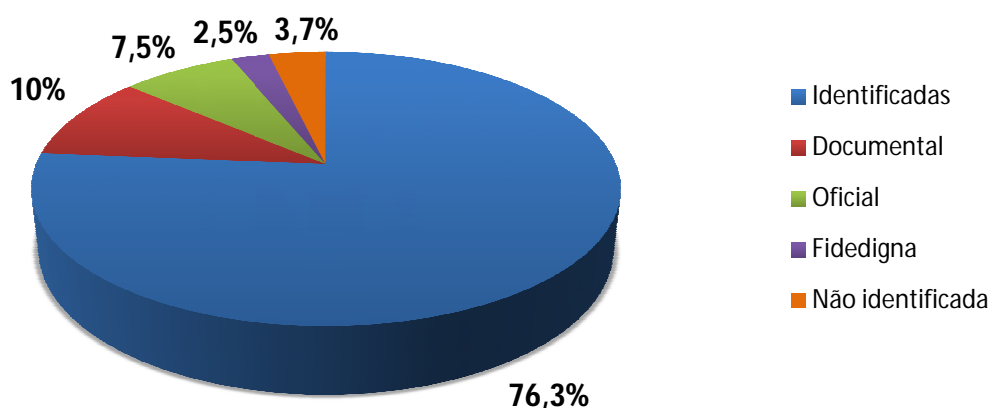


Gráfico 5 – “Região Bairradina” | Utilização dos diversos tipos fontes



Embora os quatro jornalistas reconheçam que produzem notícias desta forma elementar, salientam que o fazem somente quando o “tema não gera controvérsia e não há muito mais de interessante a dizer, porque são coisas básicas, é assim e mais nada”²⁵. A declaração é de Constantino Ferreira, do RB, mas também os restantes três jornalistas realçaram, unanimemente, que quando o assunto em causa pode ser problemático é que recorrerem a outras fontes, ou, em caso de falta de dados mais concretos, não publicam a notícia.

A análise qualitativa permite corroborar as afirmações dos jornalistas, que no “Correio da Feira” utilizaram oito fontes documentais nos 24 artigos da amostra, tendo os profissionais do “Região Bairradina” aplicado sete fontes documentais nos seus 24 textos estudados de forma qualitativa. No caso do jornal de Santa Maria da Feira, das três notícias com temas eventualmente polémicos (Rhode, TGV, Guerra em Mosteirô), apenas esta última possui uma só fonte, tendo o artigo sido construído unicamente com recurso a um comunicado de imprensa divulgado por uma força política, como é claramente referido no texto. O jornalista limitou-se a construir a notícia em torno desse mesmo documento, sem referir mais fonte alguma que refute com pontos de vista e dados de natureza distinta daquela. Já no periódico de Anadia, o único artigo passível de gerar controvérsia (Estudo de impacte ambiental) foi complementado com três outras fontes, que argumentam a favor e contra o que está em causa na fonte documental que é central para a notícia e em volta da qual esta foi elaborada²⁶.

Continuando com os resultados da análise qualitativa, nas 48 notícias a mesma fonte é citada, em média, 3.4 vezes por notícia, no conjunto dos dois jornais, o que significa que cada fonte é referida mais de três vezes por artigo. Em termos comparativos, o “Correio da Feira” utiliza mais vez a mesma fonte em cada notícia, com uma média de 4.1, enquanto o “Região Bairradina” cita a mesma fonte na mesma notícia a uma média de 2.7 vezes. Para os jornalistas, esta «reutilização» das fontes é “natural porque na maioria das ocasiões há várias coisas importantes que vale a pena

²⁵ Declaração do jornalista do “Região Bairradina”, Constantino Ferreira, quando questionado sobre um ponto da sua resposta à pergunta que tipo de fontes utiliza para a construção das notícias. Referiu que usava documentos soltos (como panfletos) e a internet.

²⁶ Consultar os anexos referentes à análise qualitativa para dados mais detalhados acerca deste ponto.

passar aos leitores”²⁷, como justifica Renato Duarte, jornalista do RB e, por palavras idênticas, Ângelo Pedrosa. No entanto, e ainda decorrente da análise qualitativa, salta à vista a evidência de que a maioria das fontes é citada várias vezes quando é institucional, nos dois jornais. Ainda assim, há um dado distintivo entre os dois periódicos, que vai de encontro à maior variedade e pluralidade de fontes verificada no jornal de Santa Maria da Feira: os oito cidadãos comuns utilizados como fonte nos 24 artigos do CF foram citados a uma média de 2.6 vezes por notícia, enquanto os cinco elementos da sociedade civil, ouvidos nos 24 textos do RB, foram citados por oito vezes, ou seja, a uma média de somente 1.6 vezes por notícia publicada²⁸.

Relativamente ao número de vezes em que uma fonte é citada no mesmo texto, destaque ainda para os artigos concernentes a temas políticos, nos quais existe uma maior preocupação com a pluralidade de vozes, dando-se oportunidade de expressão a diferentes cores partidárias. Contudo, este cuidado é tomado principalmente nos textos criados a partir das assembleias municipais e reuniões de junta de freguesia, sendo utilizadas as declarações dos protagonistas políticos, proferidas durante estes acontecimentos, não sendo colocadas questões *a posteriori* para obter material mais detalhado e único (Anexos: ver págs. 104 e 112). Desta forma, os jornalistas limitam-se às palavras ditas no decorrer daqueles encontros políticos, nos quais apenas podem dirigir perguntas na parte final, aberta ao público em geral, embora não o façam, demonstrando que aqueles profissionais consideram suficientemente relevante o que foi dito no decorrer daqueles acontecimentos, não aproveitando uma eventual e mais completa problematização que podia ser levada a cabo na sequência do surgimento de questões levantadas nas assembleias.

Embora a mesma fonte seja citada por diversas vezes ao longo do mesmo artigo, esse facto não inviabiliza a pluralidade de fontes utilizadas em cada notícia, sobretudo no CF (poder-se-ia cair no erro de citar uma fonte várias vezes e não ouvir mais nenhuma). No caso deste jornal de Santa Maria da Feira, a média de fontes em cada texto dos jornalistas é de 3.6, mais do dobro da média do periódico de Anadia,

²⁷ Resposta de Renato Duarte, quando questionado se utilizada muitas vezes declarações da mesma fonte ao longo dos seus artigos.

²⁸ Consultar os anexos referentes à análise qualitativa para dados mais detalhados acerca deste ponto.

que se fica por 1.9 fontes por notícia. À semelhança do que acontecia na utilização das citações por artigo, também na média de fontes por texto o “Região Bairradina” apresenta valores substancialmente mais reduzidos em comparação com os conferidos nas edições analisadas do “Correio da Feira”.

A diferença registada entre os dois periódicos é um ponto positivo no que diz respeito ao trabalho do “Correio da Feira”, mas revela um dado preocupante no caso do “Região Bairradina”, principalmente se recordarmos que à média de 1.9 correspondem 82% de fontes institucionais. Os dados indicam que no RB há um peso elevado das fontes com cargos oficiais, o que resulta numa prevalência para construir uma agenda muito pouco diversa, elaborada de acordo com ocorrências relacionadas com as instituições, tal é o esmagador predomínio de acontecimentos a elas ligadas ou por elas promovidos. Esta realidade denota uma eventual menor capacidade ou predisposição para que a redacção do semanário anadiense em conceber uma agenda própria e alternativa, enveredando antes por uma cobertura mediática daquele tipo de ocorrências, que assumem o papel principal na generalidade do conteúdo do jornal.

No que diz respeito às percentagens de cada tipo de fonte quanto ao seu envolvimento na notícia, há que relevar alguns aspectos. No que a este indicador concerne, os dados recolhidos demonstram que os profissionais recorrem maioritariamente a fontes participantes, que representam 90.8% no CF e 87% no RB no âmbito dos vários tipos de fontes utilizadas. Estes valores são o reflexo das fontes mais utilizadas, as identificadas, dentro das quais as fontes participantes têm um peso de 85.4% e 85.2% no “Região Bairradina” e “Correio da Feira”, respectivamente.

Neste particular, há a ressaltar que estão excluídas, naturalmente, as fontes documentais, não atribuídas e não identificadas, pois não podem ser consideradas participantes ou não participantes, dado que o primeiro não tem propriedade para ser incluir-se nestes tipos de fontes, e a ausência de dados quanto aos restantes dois não permite classificá-los de acordo com a envolvimento que possam ter nos artigos.

Gráfico 6 – Análise comparativa | Utilização das fontes quanto ao seu envolvimento nas notícias

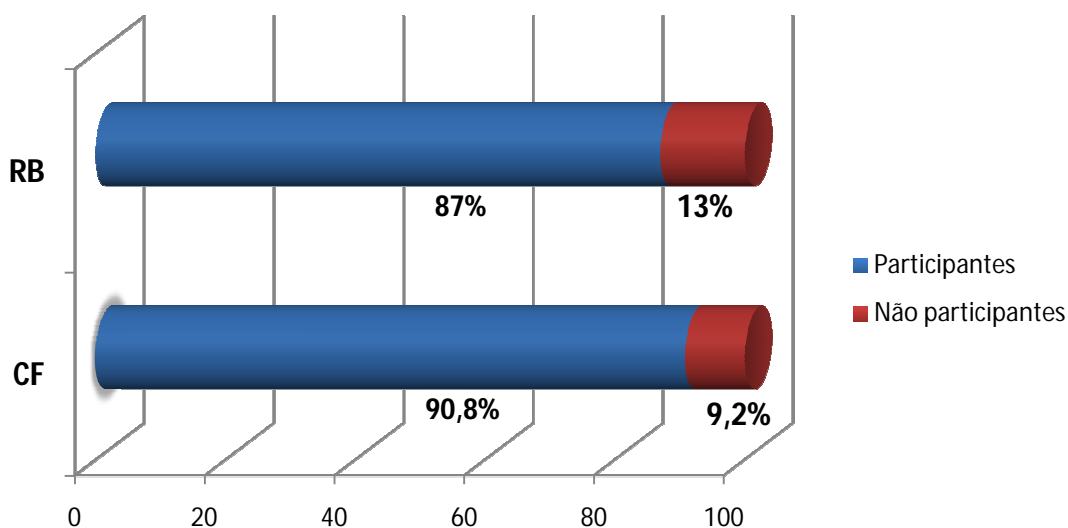
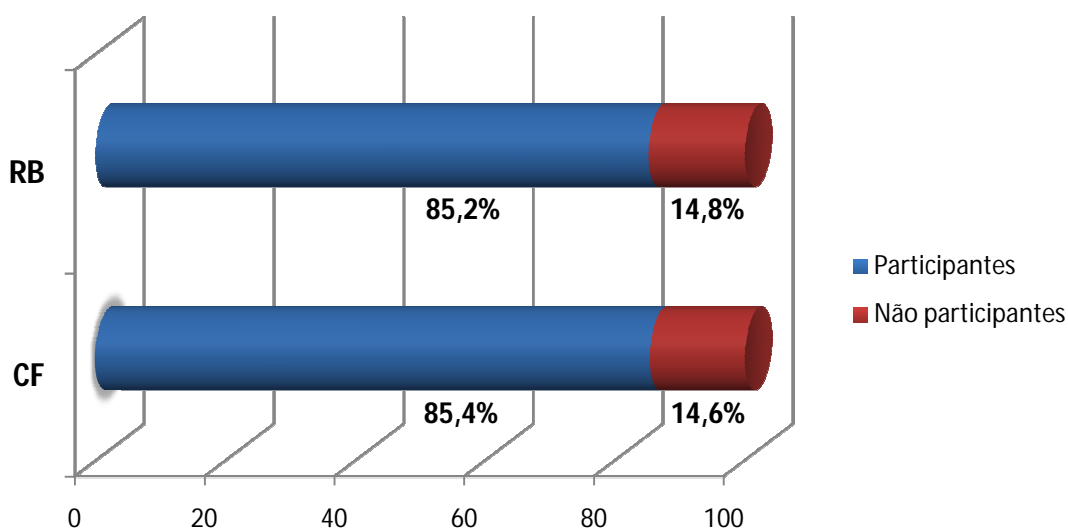


Gráfico 7 – Análise comparativa | Utilização das fontes identificadas quanto ao seu envolvimento nas notícias



Os valores apresentados nos gráficos anteriores é o reflexo de os jornalistas recorrerem a quem participa nos acontecimentos e deles faz parte, dado que o profissional dos *media* não pode estar simultaneamente nos vários locais onde decorre a acção. Esta é um recurso sobretudo essencial no jornalismo regional, pois a maioria das ocorrências concentra-se aos fins-de-semana, o que leva os profissionais à

necessidade de contactar fontes que tenham estado envolvidas no acontecimento para o poderem noticiar. Como já foi sublinhado, grande parte dessas fontes participantes são institucionais, logo, este trabalho assenta essencialmente numa actividade de secretária, mais do que de investigação, o que é uma consequência directa da falta de meios humanos dos jornais em que trabalham, uma vez que os profissionais existentes são insuficientes para trabalharem as notícias sob a forma preferencial de narração do jornalista que presenciou a ocorrência, e não de relato segundo o que lhe foi contado.

Analisando os números facultados pelo estudo quantitativo das notícias escritas pelos jornalistas, verificamos que as fontes utilizadas não apresentam uma grande variação quanto ao seu envolvimento se colocarmos lado a lado os cinco diferentes tipos de fontes a que os profissionais recorrem. Já no que diz respeito aos subtipos das fontes identificadas, as chefias burocráticas são mais utilizadas no CF sob a forma de participativas (92.3%) do que no RB (70%), sendo por sua vez mais habitual que o cidadão comum ouvido pelo jornal de Anadia seja participante (RB: 81.8%; CF: 74.1%). Quanto aos restantes indicadores, a oscilação varia entre os 0.3% (chefias de empresariais/responsáveis) e os 7.1% (chefias de poder).

Esta última percentagem deve ser frisada, uma vez que revela a maior iniciativa dos jornalistas do “Correio da Feira” para contactarem fontes de poder, mesmo quando estas não estão envolvidas na notícia, indiciando uma maior preocupação dos profissionais do CF em obter informação junto do sector político, demonstrando uma relação mais próxima entre ambos. Esta ligação pode ser importante para obter informação mais detalhada e possivelmente mais credível, mas denota igualmente a existência de uma cautela que leva os profissionais a recorrerem frequentemente a este tipo de fontes, sejam estas participantes ou não, o que se reflecte nas notícias na sua globalidade, com 43% dos artigos do CF a serem de teor político, enquanto no RB o peso destes textos é relativamente mais baixo (31%).

Tabela 1 – Análise comparativa | Tipos de fontes utilizadas, quanto ao envolvimento²⁹

	Correio da Feira			Região Bairradina		
	Total	P	NP	Total	P	NP
Identificadas	82	90,2% (74)	9,8% (8)	61	85,2% (52)	14,8% (9)
Documental ³⁰	14	-	-	8	-	-
Oficial	3	100% (3)	0% (0)	6	100% (6)	0% (0)
Não atribuída ⁶	7	-	-	-	-	-
Fidedigna	2	100% (2)	0% (0)	2	100% (2)	0% (0)
Não identificada	-	-	-	3	-	-
Total	108	79	8	80	60	9

Tabela 2 – Análise comparativa | Fontes identificadas utilizadas, quanto ao envolvimento

		Correio da Feira			Região Bairradina		
		Total	P	NP	Total	P	NP
Institucionais	PP ³¹	19	89,5% (17)	10,5% (2)	17	82,4% (14)	17,6% (3)
	CER	10	93,8% (9)	6,2% (1)	17	94,1% (16)	5,9% (1)
	CB	26	92,3% (24)	7,7% (2)	10	70% (7)	30% (3)
	CT	0	0	0	6	100% (6)	0% (0)
Cidadão comum		27	74,1% (20)	25,9% (7)	11	81,8% (9)	18,2% (2)
Experts		0	-	-	-	-	-
		82	70	12	61	52	9

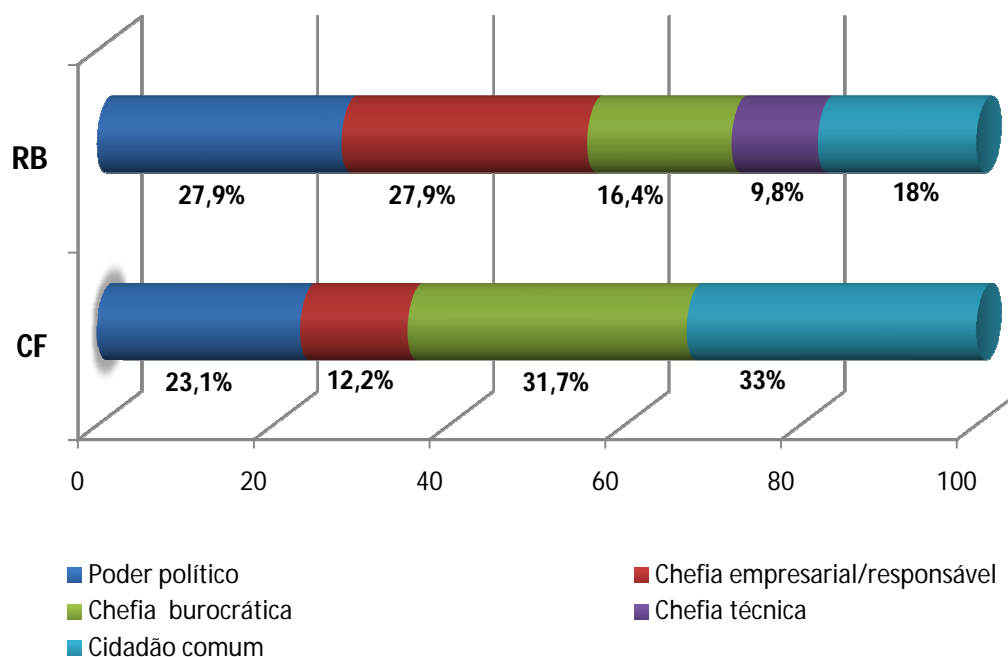
A maior importância das notícias relacionadas com a política no jornal de Santa Maria da Feira é visível na utilização de fontes ligadas a elementos desta classe profissional (CF: 54.9% = PP+CB), superior aos 44.3% do RB (PP+CB). Em termos comparativos com as restantes fontes identificadas, no “Correio da Feira” vigora ainda uma parte significativa de fontes da sociedade civil (cidadão comum: 33%) e chefias empresariais/responsáveis (12.2%). Por sua vez, os dados do “Região Bairradina” revelam uma grande utilização de fontes de chefia empresarial/responsável (27.9%), chefias técnicas (9.8%) e somente 18% relativos ao cidadão comum. Assim, enquanto o CF utiliza mais fontes ligadas à política do que o RB, este último dá muito menos «voz» ao cidadão comum nas peças escritas pelos jornalistas.

²⁹ Divisão entre Participantes (P) e Não Participantes (NP)

³⁰ A classificação das fontes quanto ao seu envolvimento na notícia não abrange, naturalmente, as documentais, não atribuídas nem não identificadas

³¹ Poder Político (PP), Chefias Empresariais/Responsáveis (CER), Chefias Burocráticas (CB), Chefias Técnicas (CT)

Gráfico 8 – Análise comparativa | Utilização de fontes identificadas



Como se pode depreender pelos resultados obtidos com a amostra qualitativa, quantitativa, entrevistas e observação empírica que têm vindo a ser expostos neste capítulo, a semelhança dos recursos entre as duas empresas acaba por colocar em pé de igualdade o “Correio da Feira” e “Região Bairradina” ao nível dos recursos humanos, técnicos e financeiros. A grande distinção entre os periódicos está relacionada com a forma de trabalho aplicada na criação das notícias que demonstra maior ou menor pluralidade de fontes utilizadas nos artigos, tendo a análise comprovado que os jornalistas do CF utilizam, em média, quase o dobro das usadas pelos profissionais do RB. A mesma situação se verifica no concernente à média de vezes que a mesma fonte é citada no mesmo artigo, sendo de 4.1 vezes no jornal de Santa Maria da Feira e apenas 2.7 vezes no periódico de Anadia.

Embora mais presente a utilização das fontes institucionais seja esmagadora nas notícias dos jornalistas do “Correio da Feira” (75.9%) e “Região Bairradina” (76.3%), a diversidade e pluralidade daquelas não é comprometida na totalidade. No caso do primeiro periódico, há quase três fontes diferentes utilizadas por notícia (3.6),

distribuídas quatro tipos além das institucionais. Por sua vez, o RB tem bem menos fontes por artigo (1.9), mas igual número de fontes diferentes utilizadas (cinco).

Um outro ponto divergente entre os dois jornais é consequência do espaço geográfico em que actuam, sendo maior o volume de informação no CF (263 notícias) do que no RB (241 notícias), diferença essa que aumenta se considerarmos as breves (CF: 368; RB: 261), que embora não tenham preponderância para a presente tese, são um elemento crucial no “Correio da Feira” porque, como faz questão de sublinhar Rui Almeida Santos, “as breves são uma forma importante de darmos mais informação aos leitores, permitindo contar algo em poucas palavras, deixando espaços do jornal para outros artigos, nomeadamente para que se destaquem os acontecimentos mais recentes, um dos critérios de selecção das notícias”³², conclui.

Olhando para os resultados conseguidos pela investigação realizada para a presente tese, e avaliando o seu contexto diferencial, é perceptível que ambos os periódicos apresentam uma orgânica que se encaixa mais nos pressupostos da teoria estruturalista do que da interaccionista, dado que prevalece uma orientação algo unidireccional entre os *media* e definidores primários, onde prevalece de forma considerável a iniciativa destes últimos. No entanto, o determinismo excessivo que Traquina e outros académicos apontaram a esta teoria, por considerarem que deixa um espaço de manobra limitado aos jornalistas, não é tão acentuado na forma como aquela se aplica ao “Correio da Feira” e “Região Bairradina”.

A maior identificação do panorama dos jornais analisados com a teoria estruturalista, verificada em ambos os *media*, é mais evidente no periódico de Anadia, como se explica no parágrafo seguinte, mas o facto de ambos construírem a sua agenda noticiosa tendo maioritariamente em conta ocorrências ligadas às instituições, une o CF e RB nessa proximidade superior ao quadro característico apresentado pela corrente estruturalista. A predominância do acompanhamento daquele género de acontecimentos é substancialmente mais significativa e o jogo de medição de forças

³² Ponto sublinhado por Rui Almeida Santos, jornalista do “Correio da Feira”, no seguimento da pergunta que lhe havia sido colocada sobre os critérios de selecção das notícias.

para aceder aos jornais é realizado essencialmente entre os diversos promotores que pretendem divulgar informação, não desempenhando a organização espacial e temporal dos jornais uma função tão determinante para a definição dos critérios de noticiabilidade, como é predicado da teoria interaccionista.

O menor distanciamento do RB em relação aos pressupostos estruturalistas explica-se não só pelo supra-referido, mas também pela evidência de que cada notícia tem somente 1.9 fontes/notícia, bem menos do que os 3.6 apresentados pela publicação de Santa Maria da Feira. O mesmo se regista ao nível da utilização do cidadão comum como fonte, que iguala os 32.9% no “Correio da Feira”, enquanto o “Região Bairradina” apresenta uma percentagem de somente 18%. Já quanto à diversidade de fontes utilizada, a situação é exactamente a mesma em ambos os jornais (cinco tipos diferentes de fontes), notando-se aqui já uma menor distância entre os dois periódicos, com a diferença de percentagem de utilização das fontes institucionais a ser de apenas 0.4% (CF: 75.9; RB: 76.3%). Porém, os periódicos voltam a registar variações consideráveis no que diz respeito à média de vezes em que é citada uma fonte na mesma notícia (CF: 4.1; RB: 2.7%), o que, aliado à média de fontes mais baixa utilizada pelo jornal de Anadia, revela uma menor variedade e pluralidade de fontes neste periódico da Bairrada.

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo regional tem vindo a desenvolver-se de forma acentuada na última década e é uma realidade que mais de metade dos jornalistas destes periódicos já tem carteira profissional. As empresas perceberam que a chave para o sucesso está no bom trabalho, que só pode ser realizado por pessoas com capacidades para tal e que se dediquem por inteiro a esta actividade. Os resultados desta nova atitude são jornais crescentemente cuidados e bastante distintos do amadorismo que a profissão vivia há não tão tempo quanto isso.

A maior profissionalização do jornalismo, nos casos concretos do “Correio da Feira” e “Região Bairradina”, resultam num maior cuidado no tratamento da informação e escolha das fontes, que são principalmente identificadas. A preferência dos quatro jornalistas por fontes não anónimas é confirmada pelos próprios, e um aspecto eventualmente positivo, revelador da menor importância concedida ao carácter de anonimato, ainda que este seja perante o público e não o jornalista.

O facto de serem mais utilizadas as fontes identificadas é um dado importante, mas dentro dessas, as fontes políticas são aplicadas em grande maioria, o que representa uma vertente eminentemente orientada para essa classe profissional, uma realidade preocupante dada esta preponderância maioritária daquelas, ligada a todos os problemas que isso acarreta.

Os valores referentes à maior utilização das fontes institucionais revelam, por um lado, uma preocupação acrescida em obter informações supostamente mais

credíveis e exactas, porque os informadores são agentes com acesso privilegiado àquela; e por outro lado, uma necessidade de avaliar correctamente e de forma mais cuidada a informação que é passada pelas fontes que, como parte interessada na divulgação da factos ou acontecimentos, podem ter interesses por detrás dessa acção de os querer tornar públicos. Assim, apesar de a informação destas fontes ser mais privilegiada devido à sua natureza, é exigido ao jornalista um balanceado cauteloso das suas relações com as fontes e a importância dada à informação por esta transmitida, mais no jornalismo regional que no de abrangência nacional. Uma vez que se está perante uma área geográfica mais reduzida, e conseqüentemente, com um menor número de fontes, há menores oportunidades de notícia, sendo de aproveitar as fontes existentes, sem que estas sejam sobrevalorizadas ao ponto de não ser devidamente avaliada a informação por elas prestada.

Apesar das limitações próprias dos *media* regionais, o “Correio da Feira” e “Região Bairradina” conseguem operar de forma positiva nas suas áreas de influência, com um trabalho mais plural no primeiro do que no segundo jornal, ao nível da diversificação e multiplicidade de fontes. Em ambos os casos, os profissionais têm linhas de orientação semelhantes pelas quais se regem, nomeadamente no que diz respeito à forma como encaram as fontes e a relação que mantêm com estas, assim como a maior tendência em recorrer a fontes não anónimas, que segundo os quatro jornalistas são um passo crucial na credibilização das notícias. No entanto, a sua agenda de acontecimentos é demasiado determinada por ocorrências ligadas às instituições, o que demonstra a incapacidade de criar uma agenda própria, alternativa e construída com independência daqueles.

As realidades dos concelhos que os dois periódicos servem informativamente são diferentes, cada um com a sua especificidade própria a nível geográfico, demográfico, económico, social e cultural, o que só contribui para identificar o próprio jornal com o meio no qual está inserido. Por isso, não é de estranhar a maior importância dada pelo CF ao associativismo e desporto (mais de 52% nas edições analisadas), visto que a sua esfera de acção é mais rica nestas duas áreas, com uma mais reduzida preponderância no RB (menos de 35%), que opera numa área de

influência menos populosa, mas bastante participativa e interventiva nos *media* regionais, que resulta na forte componente colaborativa do periódico de Anadia, no qual os artigos de colaboradores excede, em média, os 30% do total de textos de cada edição, mais de metade dos 12.6% do “Correio da Feira”.

O estudo das 12 edições do “Correio da Feira” e “Região Bairradina” permitiram extrair algumas conclusões interessantes quanto à forma de agir e lidar com os constrangimentos que os jornalistas enfrentam quotidianamente na prática da sua profissão. Estes procuram não só manter uma relação próxima, mas distante o suficiente com as suas fontes, atendendo à diversidade e pluralidade de fontes sempre que o assunto o justifica (ou seja, quando o teor do seu conteúdo é eventualmente mais propenso a despoletar polémica). A maior atenção é dada aos temas que potencialmente têm mais importância para os leitores, sendo aqueles escolhidos por valores-notícia que não são rígidos ou definidos escrupulosamente, mas seleccionados de acordo com dois preceitos base: o tempo (critérios de actualidade, novidade) e proximidade (com os leitores e os seus possíveis interesses).

Os resultados investigação que incidiu sobre um jornal de Santa Maria da Feira e outro de Anadia não podem, na sua totalidade, ser estendidos ao jornalismo regional na sua globalidade nacional, mas são eventualmente mais uma contribuição, ainda que localizada espacial e temporalmente, para a compreensão desta área de actuação tão particular da profissão de informar nos jornais regionais. Ficou provado que as fontes institucionais – em especial as políticas e de poder – são as mais utilizadas em ambos os periódicos, como estudos de outros concelhos já haviam concluído para a zona territorial de influência dos *media* nestes estudados.

A maior contribuição da presente tese prende-se com o confronto das realidades do trabalho dos jornalistas com aquilo que estes pensam e concretização ao nível da sua relação com os diferentes aspectos da sua actividade profissional no que diz respeito às fontes, relação com estas (e suas implicações positivas ou negativas) e tratamento dado à informação por elas facultada para a criação da notícia final. A conclusão que se pode retirar é de que os jornalistas de ambos os *media* analisados

procuram ultrapassar as eventuais dificuldades que possam surgir, optando por agir de forma coordenada, respeitando normas profissionais e actuando de acordo com os pressupostos do jornalismo em geral. No entanto, é de realçar a importância maioritária dada aos órgãos de poder (em especial o político), que é por demais evidente nos dois periódicos. Assim, embora os jornalistas tenham consciência particularidades do jornalismo regional e as singularidades que lhe estão inerentes, acedem ao predomínio daquelas fontes nos seus artigos, ainda que tentem fazê-lo sem descurar a máxima da profissão: informar os leitores sobre que interessa, de forma imparcial e objectiva.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL; Victor Manuel dos Santos (2006); *Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda*; Universidade do Minho
- BERLO, David Kenneth (1960); *The process of communication: An Introduction to Theory and Practice*; Holt, Rinehart e Winston; Nova Iorque
- BERLO, David Kenneth (2003); *O Processo da Comunicação: Introdução à Teoria e à Prática*; Martins Fontes; São Paulo
- BIRD, S. Elizabeth e DARDENNE, Robert W. (1988); *Myth, Chronicle and Story: Exploring the Narrative Qualities of News in Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"* (1999); Nelson Traquina; Vega
- BOORSTIN, J. Daniel (1961); *The Image: or What Happened to the American Dream?*; Atheneum; Nova Iorque
- BREED, Warren (1955); *Social Control in The Newsroom: A Functional Analysis in Social Forces – Vol. 33*, de 1955
- CABRERA, Nelson; PONTE Ana e SANTOS, Rogério (2001); *O Estudo do Jornalismo Português em Análises de Caso*; Caminho; Lisboa
- COLBY, B. N. (1975); *Culture Grammers in Science*, vol. 187 citado em TRAQUINA, Nelson (2002); *O Que é o Jornalismo*; Quimera
- CHAPARRO, Carlos Manuel (2001); *Linguagem dos Conflitos*. Minerva; Coimbra
- CHAPARRO, Carlos Manuel (2007); *Pragmática do jornalismo*; Summus; São Paulo
- CHAPARRO, Carlos Manuel (2009); *Iniciação a uma Teoria das Fontes*; Publicado online em O Xis da Questão: http://oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=377 (consultado em 28 de Novembro de 2009)
- CHATELAT, Bernard (1979); *Trente Modèles Pour Communiquer*; Mimeo; Paris
- ERICSON, V., R., Baranek, M., P. e Chan, B. J. (1987); *Visualizing Deviance: A Study of News Organization*; University of Toronto Press; Toronto
- ERICSON, Richard V., Patricia M. BARANEK, e Janet B.L.CHAN (1989), *Negotiating Control: a Study of News Sources*; University of Toronto Press; Toronto;
- GARCIA, Luís (1994); *Principais Tendências da Evolução do Universo dos Jornalistas Portugueses em Vértice*, N.º 60 (Maio/Junho)

- GANS, Herbert (1979); *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*; Pantheon Books; Nova Iorque
- GANS, Herbert (1980); *Decidin'g What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*; Vintage Books; Nova Iorque.
- GIEBER, Walter e JOHNSON, Walter (1961); *The City Hall Beat: A Study of Reporter and Source Roles*; Journalism Quarterly – Volume 38, Nº3 (Summer)
- GITLIN, Todd (1979); *News as Ideology and Contest Area: Toward a Theory of Hegemony, Crisis and Opposition* in *Socialist Review*, 48 – Volume 9, N.º 6
- GUEREVICHT, Michael e BLUMLER, Jay (1982); *The Construction of Electronic News: An Observation Study of the BBC in Mass Media Organizations: Creativity and Constraint*; Sage Publications; Beverly Hills
- GRUNIG, James, Hunt, Todd (1984); *Managing Public Relations*; Rinehart & Winston; Nova Iorque
- HALL, Stuart, C., Critcher, Jefferson, Tony, Clarke, John, Roberts, Brian (1973); *The Social production of News: Mugging in the Media*, in TRAQUINA, Nelson (1999); *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias" – 2ª Edição*; Vega; Lisboa
- HALL, Stuart, C., Critcher, Jefferson, Tony, Clarke, John., Roberts, Brian (1978); *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order – Critical Social Studies*; Holmes & Meier; Londres
- HALL, Stuart (1984); *The Narrative Construction of Reality: An Interview With Stuart Hall*; publicação Southern Review, Vol. 17 – Nº1
- HOCH, Paul (1974); *The Newspaper Game: The Political Sociology Of the Press*; Calder Boyars; Londres
- LAGE, Nilson (2001). *A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística*; Publicações Record; Rio de Janeiro
- LIPPMANN, Walter (1922); *Public Opinion*; Free Press; Nova Iorque
- LIPPMANN, Walter Lippmann, citado por HOCH, Paul in *The Newspaper Game: The Political Sociology Of the Press* (1974); Calder & Boyars; Londres
- MCQUAIL, Denis (2003); *Teoria da Comunicação de Massas*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa
- McNAIR, Brian (1998). *The Sociology of Journalism*; Arnold; Londres

- MESQUITA, Mário (1994); *Portugal - 20 anos de Democracia*; Círculo de Leitores; Lisboa
- MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn (1974); *News as Purposive Behavior: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents and Scandals* in *American Sociological Review* – Vol. 39, N°1
- PARK, Robert Ezra; MCKENZIE, Roderick; BURGESS, Ernest (1925); *The City: Suggestions for the Study of Human Nature in the Urban Environment*; University of Chicago Press; Chicago
- PHILLIPS, E., Barbara (1976); *What is the News? Novelty Without Change* in *Journal of Communication* Vol. 26 – N°4
- RIBEIRO, Vasco (2006); *Fontes sofisticadas de informação – Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13047/2/FontesSofisticadasdeInformao000069327.pdf> (consultado a 13 Novembro de 2009)
- ROCHA, Heitor Costa Lima (2008); *Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação*; Disponível em http://www.labcom.ubi.pt/ec/04/html/04-Heitor_Rocha-Habermas_e_a_Teoria_do_Jornalismo.html (consultado a 21 Dezembro de 2009)
- RODRÍGUEZ, Pepe (1994); *Periodismo de investigación: técnicas y estrategias*; Paidós Papeles de Comunicación; Barcelona
- ROEH, Itzhak Roeh, *Journalism and Storytelling, Coverage as Narrative* in *American Behavioral Scientist* – Vol. 13
- SANTOS, Rogério (1997); *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*; Minerva; Coimbra
- SCHLESINGER, Philip (1978); *Putting "Reality" Together*; Methuen; Nova Iorque
- SCHLESINGER, Philip (1980); *Newsmen and Their Time Machine*, in *The British Journal of Sociology*. Vol. 28 – N°3
- SIEBET, Fredrick; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. (1956); *Four Theories for the Press*; University of Illinois Press; Urbana Illinois
- SIGAL, Leon (1973); *Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking*. Lexington, Mass: D. C. Heath
- SCHUDSON, Michael (1982). *The Politics of Narrative Form: Emergence of News*

- Conventions in Print and Television*. Coleção Daedalus, Volume 111
- SCHUDSON, Michael (1995); *The Power of The News*; Harvard University Press; Cambridge, Massachusetts
- SOUSA, Jorge Pedro; *A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: Um estudo exploratório*; Universidade Fernando Pessoa; Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.html> (consultado a 3 de Janeiro de 2010)
- TRAQUINA, Nelson (1999). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*; Vega Editora; Lisboa
- TRAQUINA, Nelson (2002); *O Que é o Jornalismo*; Quimera
- TUCHMAN, Gaye (1972); *American Journal of Sociology*, Vol.77, N^o4 – Capítulo *Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity*, citado por Nelson Traquina em *O Que é o Jornalismo* (2002); Quimera
- TUCHMAN, Gaye (1976); *Telling Stories* – publicação *Journal Of Cummunication*, Vol. 26, N^o4 in *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"* (1999); TRAQUINA, Nelson
- TUCHMAN, Gaye (1978); *Making The News: A Study in the Construction of Reality*; The Free Press; Nova Iorque
- TUNSTALL, Jeremy (1971); *Journalists at Work*; Constable; Londres;
- VIEIRA, Joaquim (2007); *Jornalismo Contemporâneo: Os Média Entre a Era de Gutenberg e o Paradigma Digital*; Edeline; Lisboa
- VIZEU, Alfredo (2008); *Decidindo o que é notícia. Os bastidores do telejornalismo*; Universidade Federal de Pernambuco; Disponível em <http://www.scribd.com/doc/9641468/Decidindo-o-que-e-noticia-Os-bastidores-do-telejornalismo-Alfredo-Vizeu> (consultado a 1 de Dezembro de 2009)
- WHITE, David Manning e DEXTER, Lewis Anthony (1964); *The 'Gatekeeper': A Case Study in the Selection of News in People, Society, and Mass Communication*; Free Press; Nova Iorque
- WOLF, Mauro (1987); *Teorias da Comunicação*; Editorial Presença; Lisboa; Disponível em <http://www.scribd.com/doc/6883835/TEORIAS-DA-COMUNICACAO> (consultado a 7 de Setembro de 2009)

ANEXOS

ANEXOS PARTE I

Anexo 1: Guião das entrevistas

As próximas questões foram as colocadas aos jornalistas nas entrevistas individualizadas a que estes responderam sem que tivessem conhecimento dos resultados obtidos com a análise das suas notícias e do conteúdo geral dos periódicos nos quais trabalham.

Sublinhe-se, antes de mais, que como em qualquer entrevista pessoal, outras interrogações pertinentes foram surgindo ao longo da mesma, estando estas devidamente identificadas ao longo da discussão crítica dos resultados.

1. Quem é responsável por escolher os temas a tratar em cada edição? Porquê?
2. Como é realizada a selecção dos assuntos a noticiar na semana seguinte? (Na sequência: Quais os critérios dessa triagem?)
3. Têm a sensação de que há excesso ou falta de informação para criar notícias? (Na sequência: Porque acham que isso acontece?)
4. Na eventualidade de excesso de informação, como a seleccionam?
5. Em caso de falta de acontecimentos a noticiar, que mecanismos activam para contornar esse obstáculo?
6. Recebem um volume de comunicados de imprensa e notas informativas muito ou pouco elevado? Como tratam habitualmente esses documentos e de que forma escolhem se devem ou não ser publicadas as informações neles veiculadas?
7. Têm ideia do género de fonte que mais utilizam? (na sequência: Porquê?)
8. Que tipo de relação mantêm com as fontes de informação?
9. Relativamente a fontes ligadas a instituições, entidades ou pertencentes ao sector do poder político e económico, como é gerida a vossa relação? Igual às demais ou há distinções? (Na sequência: Quais?)
10. Como avaliam as informações facultadas pelas fontes ao nível da veracidade?
11. De que forma é gerida a vossa relação com as fontes de maior proximidade?
12. Têm rotinas de contactar fontes? (Se a resposta for positiva: que tipo de fontes contactam mais regularmente e porquê; Se a resposta for negativa: porque não

existe esse hábito de fazer uma ronda pelas fontes?)

13. São mais as fontes a contactarem-vos ou o contrário? (colocação desta pergunta depende da resposta à anterior)

14. Recorrem muito ou pouco ao cidadão comum como fonte? Porquê (que vantagens ou desvantagens vê nessa acção e que prós e contras outros tipos de fontes, como as de poder ou institucionais?)

15. Nas reuniões de Câmara e Juntas de Freguesia, porque colocam citações dos protagonistas durante aqueles encontros e não os questionam para obter eventualmente informações mais completas no final?

16. Como vêm o vosso trabalho na óptica dos valores profissionais do jornalismo?

17. Com que tipo de problemas e obstáculos mais se deparam ao nível das fontes e da gestão da relação com estas? Qual é o género de fontes que mais dificuldades causa?

O guião de questões supra-mencionado serviu de base às entrevistas dos quatro profissionais do “Correio da Feira” e “Região Bairradina”, que têm no jornalismo a sua única actividade laboral. Os quatro possuem carteira profissional e experiência de, pelo menos, uma década, tendo um deles trabalhado numa publicação de âmbito nacional (estágio profissional). Ao nível da formação, dois dos jornalistas têm curso superior em comunicação – vertente jornalismo (um no CF e um no RB), e os restantes um curso técnico-profissional de comunicação.

ANEXOS – PARTE II

“Correio da Feira”

Anexo 2 – Análise qualitativa do “Correio da Feira”

Quadro 1: Amostra 1/6: Edição 5645, de 16/11/09

<i>Manchete</i>	<i>Solução da Rohde passa por reduzir para metade</i>
	Documental: plano de viabilização da Rohde
	Identificada (CT): representante do sindicado dos trabalhadores
	Total de fontes: 2
<i>Destaque</i>	<i>Câmara quer TGV em túnel no Europarque e em Rio Meão</i>
	Documental: parecer enviado pela CMF à Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
	Identificada (CB): vereador da CMF (o mesmo que assina documento enviado)
	Identificada (CB): vice-presidente Câmara Municipal da Feira
	Total de fontes: 3
<i>Com foto</i>	<i>Campanha sensibilizou 251 potenciais dadores de medula</i>
	Identificada (CC): dadora de medula
	Identificada (CER): responsável organização da iniciativa (declarações e dados)
	Total de fontes: 2
<i>Sem foto</i>	<i>Zona Verde entrega certificados</i>
	Identificada (CER): directora-geral do ZV (dados e informações adicionais)
	Total de fontes: 1

Quadro 2: Amostra 2/6: Edição 5647, de 30/11/09

<i>Manchete</i>	<i>Pai Natal chega à cidade de helicóptero</i>
	Oficial: "a organização alega"
	Documental: plano de actividades da iniciativa
	Identificada (CT): administrador executivo da organização
	Total de fontes: 2
<i>Destaque</i>	<i>Câmara mantém imposta taxa máxima (em assembleia municipal)</i>
	Identificada (PP): presidente da CM Feira
	Identificada (CB): líder do maior partido da oposição
	Identificada (CB): membro do terceiro partido da oposição
	Identificada (CB): membro do quarto partido da oposição
	Identificada (CB): presidente de uma Junta de Freguesia
	Identificada (CB): vereador do maior partido da oposição
Identificada (CB): colectivo (maior partido da oposição)	
	Total de fontes: 7

Com foto	<i>Professores aprendem a explorar quadros interactivos</i>
	Identificada (CB): vereadora da educação
	Total de fontes: 1
Sem foto	<i>PT corta telecomunicações da empresa</i>
	Oficial: fonte da administração
	Oficial: "a PT esclarece" (esclarecimento dado por responsável)
	Identificada (CT): administradora judicial
	Total de fontes: 1

Quadro 3: Amostra 3/6: Edição 5652, de 11/01/10

Manchete	<i>"Há sucateiros que estão a ser perseguidos"</i>
	Identificada (PP): autor declaração da frase do título (pre. Junta)
	Total de fontes: 1
Destaque	<i>Município aposta na promoção integrada dos seus produtos</i>
	Oficial: "a autarquia feirense pretende"
	Total de fontes: 1
Com foto	<i>"Se não fosse o PS o aterro já estava em Canedo"</i>
	Identificada (CB): autor da citação que dá título ao artigo
	Identificada (CB): secretário de estado do ambiente
	Total de fontes: 2
Sem foto	<i>"A Floresta" pela Orquestra de Jovens da Feira</i>
	Não atribuída: utilização de citação, sem qualquer referência ao autor
	Documental: informação retirada do folheto de anúncio do espectáculo
	Total de fontes: 2

Quadro 4: Amostra 4/6: Edição 5654, de 25/01/10

Manchete	<i>Milhares nos 505 anos das fogaceiras</i>
	Identificada (CC): uma das figurantes do cortejo
	Não atribuída: utilização de citação, sem qualquer referência ao autor
	Documental: declaração do fundador do Escutismo mundial (Baden Powell)
	Identificadas (PP, CB): presidente CMF, líder maior partido da oposição
	Identificadas (CB): dois deputados portugueses da Assembleia da República
	Identificadas (PP): Governador Civil distrito de Aveiro
	Identificada: Cristina Tenreiro (não se diz quem é ou o que representa)
	Total de fontes: 9

Destaque	<i>Cantar com alma em forma de sonho real</i>
	Oficial: "a autarquia feirense pretende"
	Não atribuída: versos de uma das músicas, sem referir o são
	Identificada (CC): cantora (palavras de abertura do concerto)
	Identificada (CB): vereadora da cultura
	Total de fontes: 4
Com foto	<i>"Hotel tem pernas para andar, junto às Termas"</i>
	Identificada (PP): autor da frase que dá título à peça (presidente de Junta)
	Total de fontes: 1
Sem foto	<i>"Guerra de lugares em Mosteirô"</i>
	Documental: comunicado de imprensa (partido político da CDU)
	Total de fontes: 1

Quadro 5: Amostra 5/6: Edição 5655, de 01/02/10

Manchete	<i>"Câmara Municipal beneficia o jornal Terras da Feira"</i>
	Documental: construída a partir do documento de estatísticas
	Total de fontes: 1
Destaque	<i>"É essencial o aumento de serviços e da capacidade do hospital"</i>
	Identificada (CB): vereador da oposição
	Identificada (PP): presidente da CMF
	Total de fontes: 2
Com foto	<i>Enfermeiros em luta contra a discriminação</i>
	Não atribuída: citação entre aspas, sem autor referenciado
	Total de fontes: 1
Sem foto	<i>Acordo de cooperação foi assinado na Feira</i>
	Identificada (CER): presidente entidade envolvida (1ª parte envolvida)
	Identificada (PP): presidente da CMF (2ª parte envolvida)
	Total de fontes: 2

Quadro 6: Amostra 6/6: Edição 5655, de 08/02/10

<i>Manchete</i>	<i>Grito de dor da mãe terra</i>
	Identificada (CER): participante (empresário)
	Identificada (CC): participante na iniciativa
	Identificada (CC): participante na iniciativa
	Identificada (CC): participante na iniciativa (professora)
	Identificada (CC): participante na iniciativa
	Identificada (CC): participante na iniciativa (ex-jogador)
	Identificada (CC): participante na iniciativa
	Total de fontes: 7
<i>Destaque</i>	<i>Hino à música com igreja cheia</i>
	Documental: consulta dos históricos online dos artistas
	Não atribuída: citação entre aspas, sem autor referenciado
	Total de fontes: 2
<i>Com foto</i>	<i>Mosteirô promete fazer a diferença</i>
	Identificada (CT): membro da organização da iniciativa
	Total de fontes: 1
<i>Sem foto</i>	<i>Empresários feirenses à procura de oportunidades de negócio na Venezuela</i>
	Identificada (CB): vereador da CMF
	Total de fontes: 1

Anexo 3 – Análise quantitativa do “Correio da Feira”

Tabela 3: Dados globais das edições analisadas

Notícias Jornalistas	104
Notícias Jornalistas com Colaborador	16
Notícias Colaborador	17
Notícias sem identificação	126
Total de notícias (sem as breves)	263
Breves	105
Total de notícias	368

Gráfico 9 – Peso das breves no “Correio da Feira”

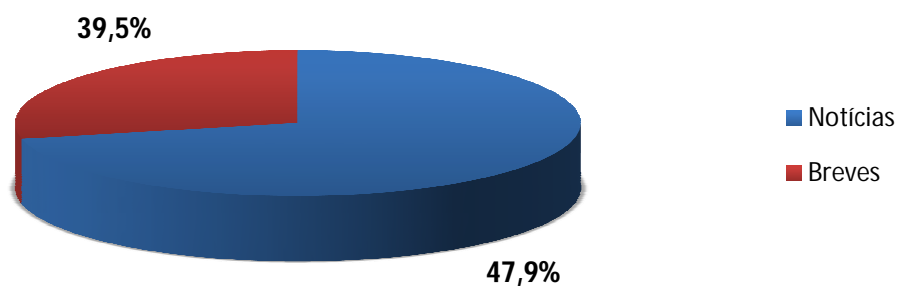


Gráfico 10 – Notícias quanto ao seu autor

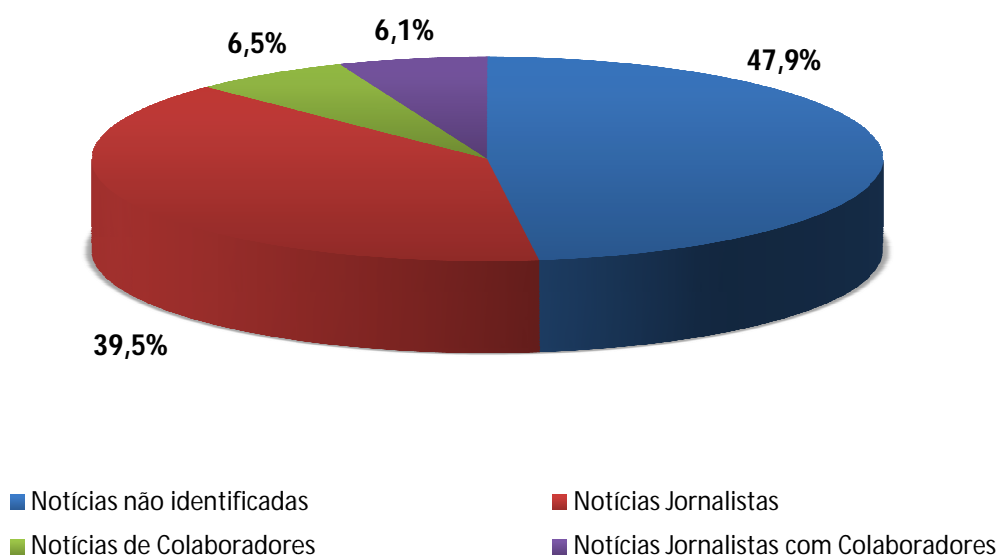


Tabela 4: Notícias e breves por secção

Secção	Notícias: Edições analisadas							Breves: Edições analisadas						
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	Total	A1	A2	A3	A4	A5	A6	Total
Local	19	24	18	17	14	14	106	7	11	1	8	7	5	39
Desporto	22	25	25	21	18	19	130	4	3	7	12	18	9	53
Auto	3	0	3	1	1	3	11	1	1	1	1	1	1	6
Economia	3	0	0	1	0	0	4	2	1	1	1	1	1	7
Cultura	0	0	2	3	1	1	7	-	-	-	-	-	-	-
Geral	0	1	0	0	2	0	3	-	-	-	-	-	-	-
Política	0	0	0	0	0	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Total	47	50	48	43	36	39	263	14	16	10	22	27	16	105

Gráfico 11 – Notícias por secção

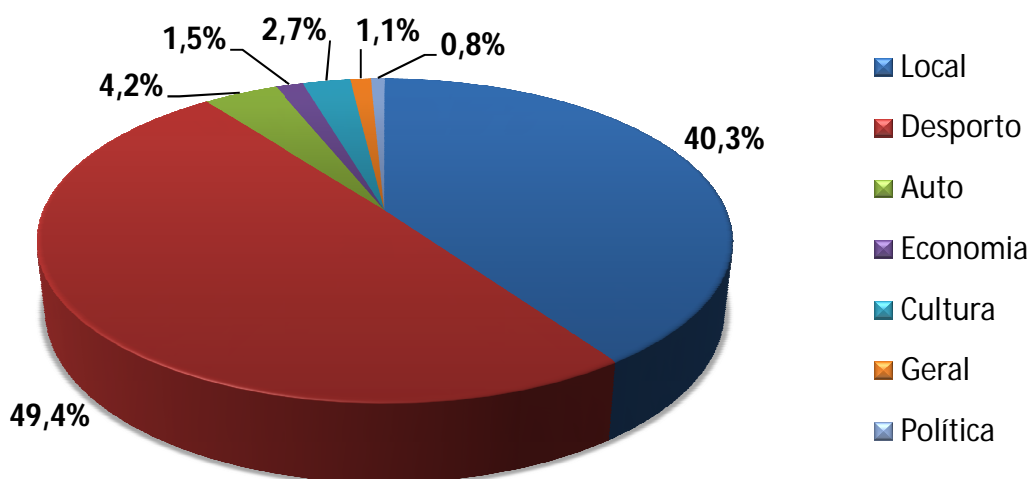
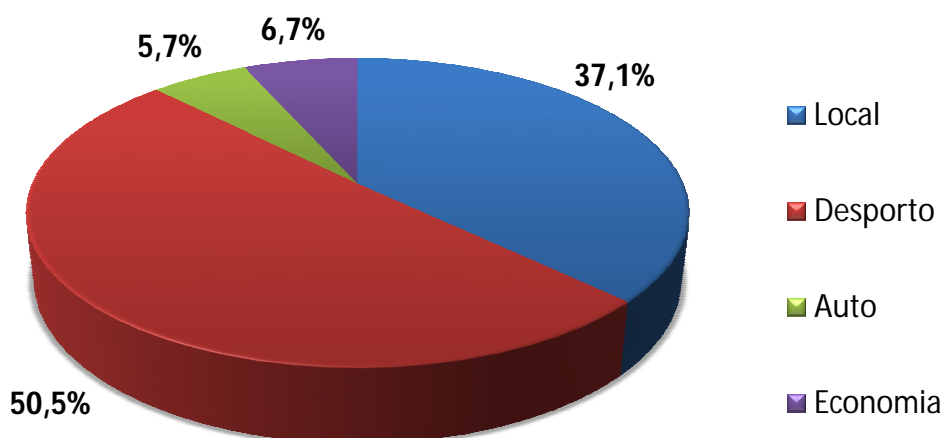


Gráfico 12 – Breves por secção



ANEXOS – PARTE III

“Região Bairradina”

Anexo 4 – Análise qualitativa do “Região Bairradina”

Quadro 7: Amostra 1/6: Edição 1080, de 04/11/09

<i>Manchete</i>	<i>Apanhados 18 condutores</i>
	Não identificada (dados pormenorizados sem enunciar a fonte)
	Total de fontes: 1
<i>Destaque</i>	<i>Nasceu a associação CADES</i>
	Identificada (CER): presidente da associação criada
	Total de fontes: 1
<i>Com foto</i>	<i>Câmara pergunta pela qualidade de vida no concelho</i>
	Identificada (PP): presidente da CM Mealhada
	Total de fontes: 1
<i>Sem foto</i>	<i>Produtores aderem ao Dia Europeu do Enoturismo</i>
	Nenhuma fonte referenciada

Quadro 8: Amostra 2/6: Edição 1083, de 25/11/09

<i>Manchete</i>	<i>"Trevos" perdem presidente</i>
	Oficial: militar da GNR (sem nome referenciado)
	Identificada (PP): presidente CMM
	Não identificada: segundo o RB conseguiu apurar)
	Identificada (CER): director futebol Anadia
	Identificada (CT): treinador da equipa sénior
	Identificada (CC): ex-treinador do Anadia FC
	Identificada (CC): ex-presidente da Assembleia-geral do AFC
<i>Destaque</i>	<i>Sexagenária morta à facada durante um assalto</i>
	Fidedigna: "segundo alguns populares ouvidos pelo RB" (conhecidos)
	Total de fontes: 1
<i>Com foto</i>	<i>Rotary Clube Curia-Bairrada promove "Devaneios sobre a Saúde"</i>
	Identificada (CER): médico responsável pela iniciativa
<i>Sem foto</i>	<i>Orquestra Sinfónica da Ucrânia protagoniza Concerto de Natal</i>
	Documental: site com historial da banda e panfleto da iniciativa
	Total de fontes: 1

Quadro 9: Amostra 3/6: Edição 1089, de 06/01/10

Manchete	<i>Traçado do TGV em discussão pública</i>
	Documental: Estudo de Impacto Ambiental
	Identificada (PP): Ministro da Agricultura
	Identificada (CB): uma das vozes contra traçado do TGV
	Identificada (CB): membro da Assembleia da República
	Documental: moção contra traçado do TGV (Assembleia Municipal Anadia)
	Total de fontes: 5
Destaque	<i>Rota da Bairrada com 370 mil euros para promoção</i>
	Identificada (CER): presidente da Rota da Bairrada
	Total de fontes: 1
Com foto	<i>Momentos especiais com vinhos nacionais promovidos até Dia de Reis</i>
	Documental: comunicado de imprensa da organização (com citações)
	Documental: site da câmara (artigo de promoção do evento)
	Total de fontes: 2
Sem foto	<i>Reunião de Câmara aqueceu</i>
	Identificada (CB): membro Assembleia Municipal Mealhada
	Identificada (CB): membro Assembleia Municipal Mealhada
	Identificada (CB): membro Assembleia Municipal Mealhada
	Identificada (CB): membro Assembleia Municipal Mealhada
	Identificada (CB): membro Assembleia Municipal Mealhada
	Identificada (CB): membro Assembleia Municipal Mealhada
Total de fontes: 6	

Quadro 10: Amostra 4/6: Edição 1091, de 20/01/10

Manchete	<i>Saldos já não são o que eram</i>
	Identificada (CER): 1º proprietário de loja
	Identificada (CER): 2º proprietário de loja
	Identificada (CER): 3º proprietário de loja
	Identificada (CER): co-proprietário de uma loja
	Identificada (CER): 4º proprietário de loja
	Total de fontes: 5
Destaque	<i>Nunca é tarde para aprender</i>
	Identificada (PP): presidente de Junta de Freguesia
	Identificada (CC): professora
	Identificada (CC): uma das alunas
	Identificada (CC): segunda aluna
	Total de fontes: 4

Com foto	<i>"A rede viária encontra-se em mau estado"</i>
	Identificada (PP): presidente de Junta da freguesia em causa
	Total de fontes: 1
Sem foto	<i>Lopes de Sousa expõe na Câmara Municipal</i>
	Documental: percurso do artista (consulta online)
	Total de fontes: 1

Quadro 11: Amostra 5/6: Edição 1093, de 03/02/10

Manchete	<i>Última versão do PDM entregue na semana passada</i>
	Identificada (CB): responsável do Edil
	Identificada (PP): presidente da CM Anadia
	Total de fontes: 2
Destaque	<i>Voluntários precisam-se</i>
	Identificada (CT): um dos coordenadores
	Total de fontes: 1
Com foto	<i>Tamengos visto à lupa na "nova" Aqua Nativa</i>
	Identificada (CER): uma das responsáveis
	Identificada (CER): outro dos responsáveis
	Identificada (CER): outro dos responsáveis
	Total de fontes: 3
Sem foto	<i>Anadia recebe cerca de dois milhões de euros do PIDDAC</i>
	Documental: PIDDAC divulgado
	Total de fontes: 1

Quadro 12: Amostra 6/6: Edição 1093, de 03/02/10

Manchete	<i>Milhares de forasteiros na Mealhada</i>
	Nenhuma fonte
Destaque	<i>Detido por tráfico de droga em Avelãs de Caminho</i>
	Oficial: fonte da polícia
	Total de fontes: 1
Com foto	<i>Parque Urbano com novo investimento</i>
	Oficial: fonte da CM Mealhada
	Total de fontes: 1
Sem foto	<i>Escolíadas arrancam mesmo... em Ílhavo</i>
	Oficial: dados facultados por um membro da organização (não citado)
	Total de fontes: 1

Anexo 5 – Análise quantitativa do “Região Bairradina”

Tabela 5: Dados globais das edições analisadas

Noticias Jornalistas	49
Noticias Colaborador	75
Noticias sem identificação	117
Total de notícias (sem as breves)	241
Breves	20
Total de notícias	261

Gráfico 13 – Peso das breves no “Região Bairradina”

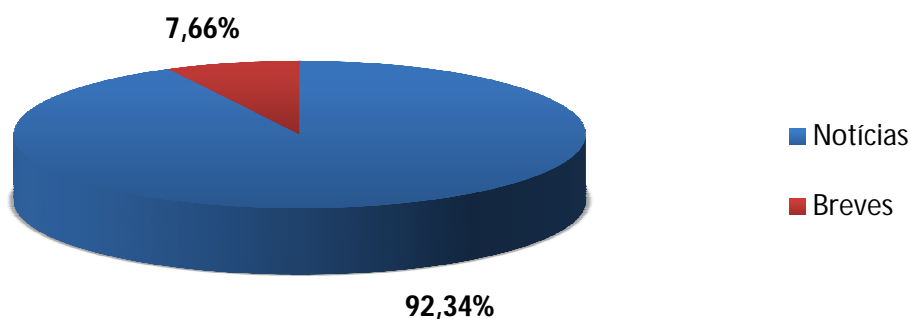


Gráfico 14 – Notícias quanto ao seu autor

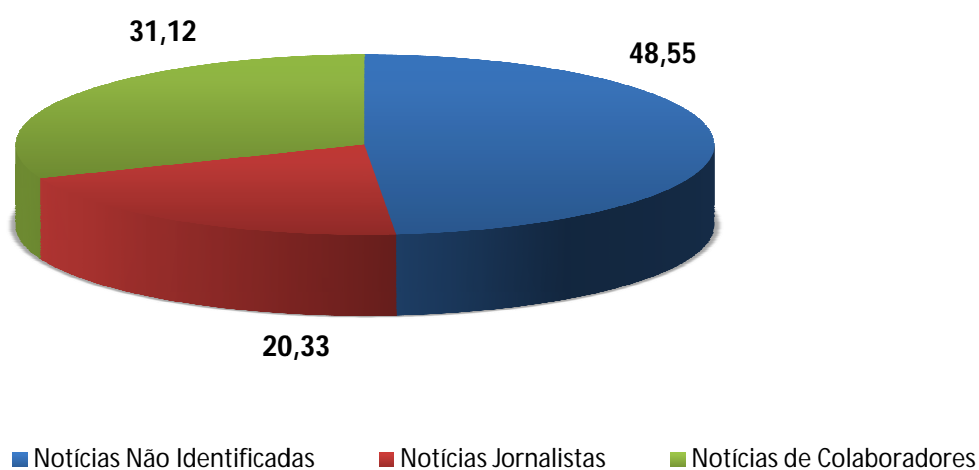


Tabela 6: Notícias e breves por secção

Secção	Notícias: Edições analisadas							Breves: Edições analisadas						
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	Total	A1	A2	A3	A4	A5	A6	Total
Anadia	16	17	12	15	15	16	91	0	1	1	2	2	3	9
Mealhada	8	0	3	4	4	2	21	0	0	0	0	0	0	0
O. Bairro	0	0	3	3	3	0	9	0	0	0	0	0	0	0
Bairrada	4	12	7	1	8	10	42	2	1	0	2	2	2	9
Desporto	16	11	12	16	16	7	78	0	2	0	0	0	0	2
Total	44	40	37	39	46	35	241	2	4	1	4	4	5	20

Gráfico 15 – Notícias por secção

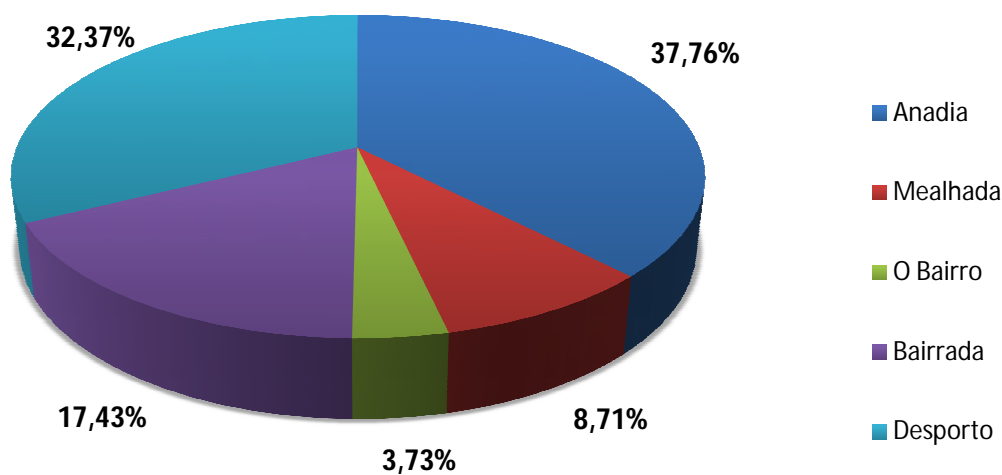


Gráfico 16 – Breves por secção

